

# IHU ONLINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Nº 439 - Ano XIV - 31/03/2014

ISSN 1981-8769 (impresso)

ISSN 1981-8793 (online)



UNISINOS

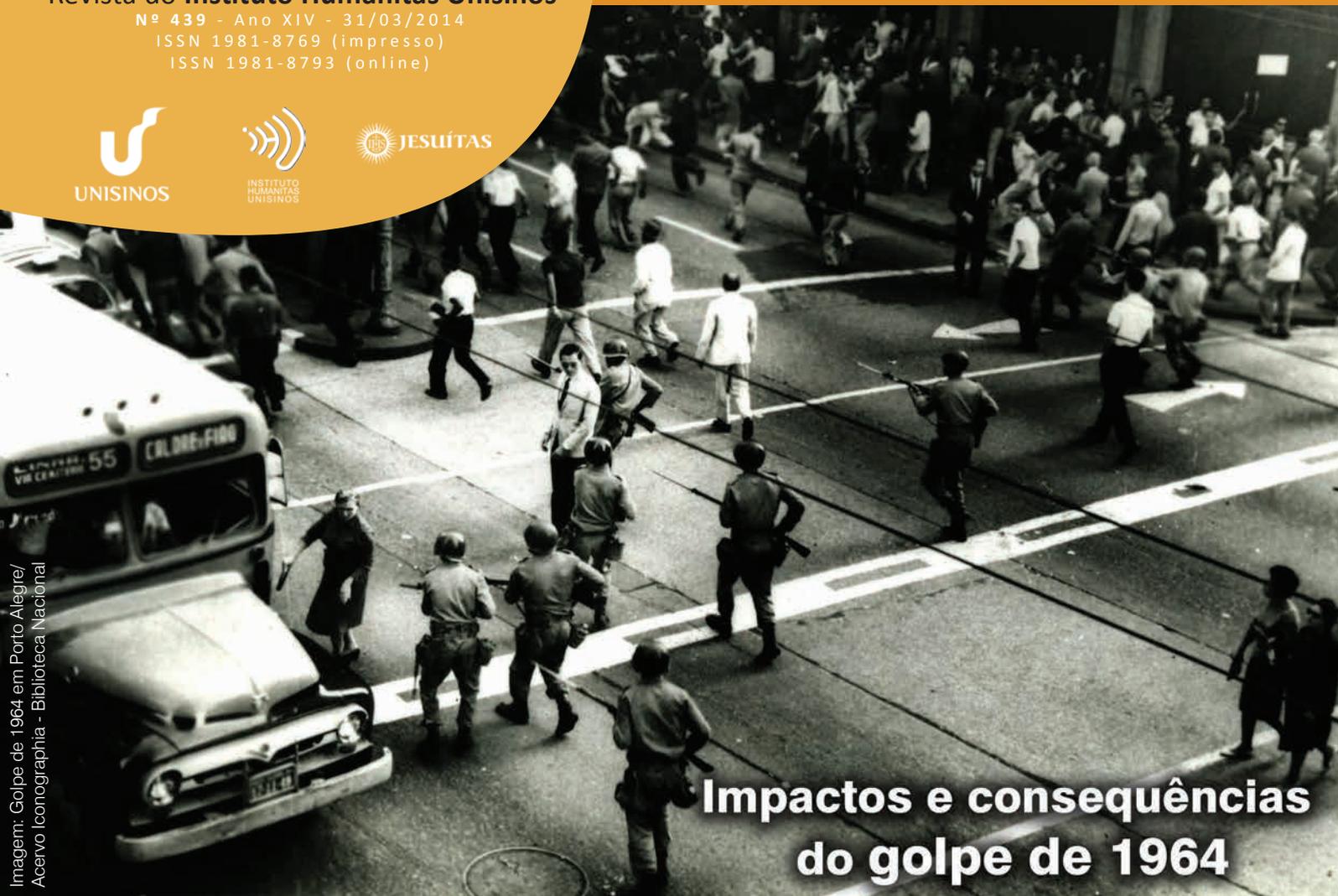


INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS



JESUÍTAS

## Brasil, a construção interrompida



### Impactos e consequências do golpe de 1964

**Jair Krischke:**

O regime militar é a trajetória da mentira

**José C. Moreira:**

“Não há tema mais atual do que a memória”

**Alexandre Rocha:**

A invenção interrompida da cultura da diversidade

E MAIS

**Charles Camosy:**

O domínio sobre os animais na ética cristã histórica

**Bernardo Kucinski:**

K. em busca da verdade. Livro reúne realidade e ficção para visitar os anos de chumbo

**Marcus Mello:**

Noite e nevoeiro: “Um alerta para as futuras gerações”

# Brasil, a construção interrompida

## Impactos e consequências do golpe de 1964

“Nã há tema mais atual do que a memória”, afirma o pesquisador José Carlos Moreira. “Entender o passado como morto é o caminho mais rápido para eliminarmos nosso futuro”, destaca ele em entrevista publicada nesta edição. O direito à memória e ao não esquecimento são as principais razões para a **IHU On-Line** publicar este segundo volume sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar. As duas edições inserem-se no contexto do ciclo de estudos *50 anos do Golpe de 64. Impactos, (des)caminhos, processos*, promovido pelo **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**.

**Ricardo Ismael de Carvalho**, diretor do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, analisa o golpe de Estado a partir da perspectiva da produção intelectual de Furtado, um dos mais importantes economistas brasileiros. **Jair Krischke**, ativista dos direitos humanos, ressalta a trajetória de mentiras que marcou todo o histórico do regime militar no Brasil e suas repercussões na América Latina, analisando as origens do pensamento militar brasileiro que levou ao golpe de Estado.

**José Carlos Moreira**, professor e pesquisador do Programa de Pós-Gra-

duação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS e vice-presidente da Comissão de Anistia, analisa as relações entre empresários e militares e o favorecimento aos simpatizantes do regime com financiamentos e contratos públicos. **Juremir Machado**, jornalista, historiador e professor da PUCRS, descreve a relevância do papel da mídia na legitimação do regime golpista.

**Marco Aurélio Santana**, sociólogo e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, retrata as dificuldades e conquistas dos movimentos sindicais antes e depois de 1964. **Fábio Pires Gavião**, historiador e coordenador da licenciatura em História da Universidade Anhanguera de São Paulo, aborda a constituição dos movimentos sociais católicos de esquerda no contexto do golpe civil-militar de 1964.

**Antônio Cechin**, irmão marista, preso e torturado durante o regime, aponta que grande parte da Igreja Católica apoiou o golpe. No entanto, grupos minoritários alinhados ao Concílio Vaticano II tornaram-se importantes grupos de resistência. Já **Alexandre Rocha**, jornalista e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, resgata a força das mani-

festações culturais brasileiras antes e depois do Golpe — uma força ativa e criativa combatida pelos militares.

A historiadora **Claudia Wasserman**, também professora da UFRGS, analisa a Campanha da Legalidade e o seu legado para a sociedade brasileira. Por fim, o documentarista **Paulo Fontenelle**, diretor de Dossiê Jango (2012), defende que não investigar o falecimento do ex-presidente é fechar os olhos para nossa própria história.

Complementam esta edição entrevistas com o crítico de cinema **Marcus Mello**, sobre a obra do cineasta francês Alain Resnais, especialmente o filme *Noite e Nevoeiro* (1955); com o jornalista e escritor **Bernardo Kucinski**, sobre seu livro com inspiração autobiográfica *K. Relato de uma busca* (São Paulo: Cosac Naify, 2014); e, finalmente, com o teólogo **Charles Camosy**, professor da Universidade de Fordham (Estados Unidos), sobre a relação do ser humano com os animais na perspectiva da ética cristã. Integra o material, também, uma matéria especial sobre o **Cadernos IHU ideias** nº 205, intitulado *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro*, de Fábio Konder Comparato.

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana!



Instituto Humanitas  
Unisinos

UNISINOS

Endereço: Av.  
Unisinos, 950,  
São Leopoldo/RS.  
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 – ramal 4128.

E-mail: [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br).

Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling.  
Gerente Administrativo: Jacinto  
Schneider ([jacintos@unisinos.br](mailto:jacintos@unisinos.br)).

IHU

**IHU On-Line** é a revista  
semanal do Instituto  
Humanitas Unisinos – IHU  
ISSN 1981-8769.

**IHU On-Line** pode ser  
acessada às segundas-feiras,  
no sítio [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br).

Sua versão impressa circula às  
terças-feiras, a partir das 8h,  
na Unisinos.

### REDAÇÃO

Diretor de redação: Inácio  
Neutzling ([inacio@unisinos.br](mailto:inacio@unisinos.br)).  
Redação: Inácio Neutzling,  
Andriolli Costa MTB 896/MS  
([andriollicb@unisinos.br](mailto:andriollicb@unisinos.br)),  
Luciano Gallas MTB 9660  
([lucgallas@unisinos.br](mailto:lucgallas@unisinos.br)),  
Márcia Junges MTB 9447  
([mjunges@unisinos.br](mailto:mjunges@unisinos.br)),  
Patrícia Fachin MTB 13.062  
([prfachin@unisinos.br](mailto:prfachin@unisinos.br)) e  
Ricardo Machado MTB 15.598  
([ricardom@unisinos.br](mailto:ricardom@unisinos.br)).  
Revisão: Carla Bigliardi

Colaboração: César Sanson,  
André Langer e Darli Sampaio,  
do Centro de Pesquisa e Apoio  
aos Trabalhadores – CEPAT, de  
Curitiba-PR.

Projeto gráfico: Agência  
Experimental de Comunicação  
da Unisinos – Agexcom.  
Editoração: Rafael Tarcísio  
Forneck

Atualização diária do sítio:  
Inácio Neutzling, Patrícia Fachin,  
Fernando Dupont, Juliete Rosy  
de Souza, Suélen Farias e Julian  
Kober

# LEIA NESTA EDIÇÃO

## TEMA DE CAPA | Entrevistas

- 5 **Ricardo Ismael** – Brasil, a construção interrompida
- 11 **Jair Krischke** – Regime militar: A trajetória da mentira
- 18 **José Carlos Moreira** – “Não há tema mais atual do que a memória”
- 25 **Juremir Machado** – A imprensa prepara para o golpe
- 27 **Marco Aurélio Santana** – Retração e reação - Os movimentos sindicais no contexto pré-Golpe
- 30 **Fabio Gavião** – Igreja e movimentos sociais – Da legalidade à clandestinidade
- 36 **Antonio Cechin** – Igreja, entre o apoio e a resistência ao golpe de 1964
- 42 **Alexandre Rocha** – A invenção interrompida de uma cultura da diversidade
- 50 **Claudia Wasserman** – Conquistas e derrotas da Campanha da Legalidade
- 53 **Paulo Fontenelle** – Dossiê Jango – Vida e morte de controvérsias
- 56 **Baú da IHU On-Line**

## DESTAQUES DA SEMANA

- 58 **Destaques On-Line**
- 59 **Marcus Mello** – Noite e nevoeiro: “Um alerta para as futuras gerações”
- 62 **Bernardo Kucisnki** – K. em busca da verdade
- 65 **Charles Camosy** – “Os animais são nossos companheiros, não nosso alimento”

## IHU EM REVISTA

- 68 **Agenda de Eventos**
- 69 **Especial – Fábio Konder Comparato** - A memória do regime empresarial-militar brasileiro
- 70 **Publicação em Destaque** – Cadernos Teologia Pública: O lugar da mulher nos escritos de Paulo
- 71 **Retrovisor**



[twitter.com/ihu](https://twitter.com/ihu)



<http://bit.ly/ihuon>



[www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)

**Tema  
de  
Capa**

**Destques  
da Semana**

**IHU em  
Revista**

# Brasil, a construção interrompida

Ricardo Ismael de Carvalho lança luz sobre o golpe de Estado brasileiro, em 1964, desde a perspectiva da produção intelectual do economista Celso Furtado

POR RICARDO MACHADO E ANDRIOLLI COSTA

“É evidente que o golpe é um desfecho trágico para uma geração que sonhou com um Brasil que se modernizasse na economia, mas que também avançasse no ponto de vista democrático e social. É uma geração impedida de levar a cabo um projeto concebido por tantos anos. (...) O livro [*Brasil, a Construção Interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992], portanto, tenta resgatar uma bandeira que foi muito carregada por Celso Furtado e sua geração: a ideia de retomar a construção de um Brasil economicamente moderno e forte, democrático e socialmente justo. Essa é a construção interrompida”, esclarece o professor e diretor do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, Ricardo Ismael de Carvalho, em entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**.

Poucos anos após a reabertura democrática do Brasil, Celso Furtado tenta diagnosticar a situação político-econômica nacional da época, mas a interpreta a partir dos impactos gerados pelo Golpe Civil-Militar de 1964, embora o contexto globalizante da década de 1990 impunha novos desafios. “O livro *Brasil: a construção interrompida* vem em um momento de muita inquietação intelectual de Celso Furtado, em um contexto histórico marcado pela redemocratização e crise econômica no Brasil, tendo como pano de fundo a lógica da globalização. A partir dos anos 1990, depois da Constituição de 1988, o desafio nacional é diferente daquele dos anos 1950, marcado pela Guerra Fria e pela busca por industrialização. Os desafios são outros: que o país fosse capaz de manter a unidade federativa em um mundo onde, muitas vezes, os vínculos de um estado brasileiro com o exterior são maiores do que internamente com os demais estados”, destaca Carvalho. “Furtado era um reformista, e sem dúvida nenhuma,

queria um capitalismo regulado, cuja inspiração é o Estado de bem-estar social. (...) Ele deseja um capitalismo que garanta emprego, educação, saúde e previdência, que são os pilares clássicos do Estado de bem-estar social”, complementa.

Ricardo Ismael de Carvalho é graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Trabalhou na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, empresa integrante do grupo Eletrobrás, no período de 1984 a 1992, na qual foi também membro eleito da Comissão Sindical do Sindicato dos Urbanitários de Pernambuco. Em 1992 iniciou uma transição profissional e concluiu o mestrado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ, onde também se doutorou em Ciência Política, em 2001. Realizou pós-doutorado no Centro de Estudos da Metrópole – CEM, em São Paulo, em 2013. Atualmente é professor e pesquisador do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, onde leciona desde 1995, e diretor do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.

As obras de Celso Furtado continuam a ser editadas permanentemente nesses dez anos desde a morte dele. O ano passado foi o livro *Essencial Celso Furtado* (São Paulo: Companhia das Letras/Penguin, 2013), seleção de textos de sua autoria, tanto de economia como de política, cultura e ciência. Este ano está previsto o lançamento do título *Obra autobiográfica* (São Paulo: Companhia das Letras, 2014) e, também, *Anos de Formação: 1938-1948 – o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado*. Todas as obras foram organizadas por Rosa Freire d’Aguilar, esposa de Celso Furtado.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Qual a importância da obra *Brasil, a Construção Interrompida* para entendermos a história político-econômica do Brasil após o Golpe de 1964?**

**Ricardo Ismael de Carvalho –** A primeira edição do livro “Brasil: a construção interrompida” foi publicada em 1992. A obra retoma uma preocupação constante de Celso Fur-

tado<sup>1</sup>: olhar o país como um Estado-

<sup>1</sup> Celso Furtado (1920-2004): economista brasileiro, membro do corpo permanente de economistas da ONU. Foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento

nação em formação, cujo grande desafio é definir um projeto de desenvolvimento que consiga integrar os interesses muitas vezes contraditórios e divergentes dos Estados que formam a federação. Em 1999, entrevistando Furtado em seu apartamento em Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro, ele lembrava que a integração nacional não vinha do futebol ou do carnaval, mas de um projeto que articule os diferentes interesses econômicos no país. Para ele, a última vez que havíamos visto algo assim foi nos Governos Vargas<sup>2</sup> e

Juscelino Kubitschek<sup>3</sup>, durante o processo de industrialização brasileiro.

Naquele período, seguindo as ideias da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal, havia o objetivo de redefinir o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho. Assim, ao invés de ser um mero exportador de matéria-prima, o Brasil passaria a integrar o clube de países industrializados. A industrialização, que já havia sido implementada no Sul e Sudeste do país, seria levada pelo próprio Celso Furtado para o Nordeste a partir de 1959, com a criação da Sudene<sup>4</sup>. Iniciativas semelhantes aconteceram também no Norte e no Centro-Oeste.

O projeto nacional, resumidamente, era visto por Celso Furtado baseado no seguinte tripé: a defesa dos interesses nacionais, para não se deixar subordinar pelo capitalismo dos países Desenvolvidos; um viés *federativo*, pois ele sabia que em um país continental como o nosso, o crescimento deveria ser de todos e, por fim, que esta pujança e crescimento econômico se transformasse também em bem-estar social. Ou seja, é preciso que o crescimento seja traduzido em redução da desigualdade de renda, no combate à pobreza e no avanço das políticas clássicas do Estado de

bem-estar social como educação, saúde, previdência, etc.

### IHU On-Line – Em que altura de sua produção intelectual, Celso Furtado escreve *A construção interrompida*?

**Ricardo Ismael de Carvalho** – A trajetória de vida Celso Furtado pode ser dividida em algumas fases, e que de certa forma se reflete na sua produção bibliográfica. Existe um período muito rico que será alimentado pelos seus estudos sobre a Europa do pós-guerra, pela sua passagem na Cepal e por sua participação nos Governos JK, Jânio Quadros<sup>5</sup> e João Goulart<sup>6</sup>. No período que antecede o Golpe de 1964, Furtado esteve fortemente envolvido com diagnósticos sobre a realidade brasileira e os instrumentos de ação sobre a mesma. Procura pensar sobre os desafios do processo de industrialização – inclusive levando-o para o Nordeste, via Sudene. Depois, durante o Governo Goulart, tornou-se

Econômico e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e membro da Academia Brasileira de Letras. Algumas de suas obras são *A economia brasileira* (1954) e *Formação econômica do Brasil* (1959), apresentado pelo Prof. Dr. André Moreira Cunha (UFRGS) em 11-09-2003 no evento Ciclo de Estudos sobre o Brasil. A editoria Entrevista da Semana da revista IHU On-Line edição 155<sup>a</sup>, de 12-09-2005 repercutiu a criação do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, na Finlândia, com entrevistas a diversos especialistas. Confira em <http://migre.me/BhSp>. (Nota da IHU On-Line)

2 **Getúlio Vargas [Getúlio Dornelles Vargas]** (1882-1954): político gaúcho, nascido em São Borja. Foi presidente da República nos seguintes períodos: 1930 a 1934 (Governo Provisório), 1934 a 1937 (Governo Constitucional), 1937 a 1945 (Regime de Exceção) e de 1951 a 1954 (Governo eleito popularmente). Sobre Getúlio Vargas, o IHU promoveu o *Seminário Nacional A Era Vargas em Questão - 1954-2004*, realizado de 23 a 25 de agosto de 2004. Em paralelo ao evento, foi organizada a exposição *Eu Getúlio, Ele Getúlio, Nós Getúlios* no Espaço Cultural do IHU. A IHU On-Line dedicou duas edições ao tema Vargas, a 111, de 16-08-2004, intitulada *A Era Vargas em Questão - 1954-2004*, disponível em <http://bit.ly/ihuon111>, e a 112, de 23-08-2004, chamada *Getúlio*, disponível em <http://bit.ly/ihuon112>. Na edição 114, de 06-09-2004, em <http://bit.ly/ihuon114>, Daniel Aarão Reis Filho concedeu a entrevista *O desafio da esquerda: articular os valores democráticos com a tradição estatista-desenvolvimentista*, que também abordou aspectos do político gaúcho. Em 26-08-2004, Juremir Machado da Silva, da PUC-RS, apresentou o *IHU Ideias Getúlio, 50 anos depois*. O evento gerou a publicação do número 30 dos *Cadernos IHU Ideias*, chamado *Getúlio, romance ou biografia?*, disponível em <http://bit.ly/ihu30>. Ainda a primeira edição dos *Cadernos IHU em formação*, publicada pelo IHU em 2004, era dedicada ao tema, recebendo o título *Populismo e Trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em <http://bit.ly/ihuem01>. (Nota da IHU On-Line)

3 **Juscelino Kubitschek de Oliveira** (1902-1976): médico e político brasileiro, conhecido como JK. Foi presidente do Brasil entre 1956 e 1961, sendo o responsável pela construção de Brasília, a nova capital federal. Juscelino instituiu o plano de governo baseado no slogan “Cinquenta anos em cinco”, direcionado para a rápida industrialização do país (especialmente via indústria automobilística). Além do progresso econômico, no entanto, houve também um grande aumento da dívida pública. Sobre JK, confira a edição 166, de 28-11-2005, *A imaginação no poder. JK, 50 anos depois*, disponível em <http://bit.ly/ihuon166>. (Nota da IHU On-Line)

4 **Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)**: entidade de fomento econômico desenvolvimentista brasileira, destinada a promover soluções socioeconômicas à Região Nordeste do Brasil, periodicamente afetada por estiagens e com populações com baixo poder aquisitivo e pouca instrução educacional. Sua sede está localizada na cidade do Recife, no estado de Pernambuco. Foi criada pela Lei 3.692, de 1959, e idealizada no governo do presidente Juscelino Kubitschek, tendo à frente o economista Celso Furtado, como parte do programa desenvolvimentista então adotado. (Nota da IHU On-Line)

5 **Jânio da Silva Quadros** (1917-1992): político e o vigésimo segundo presidente do Brasil, entre 31 de janeiro de 1961 e 25 de agosto de 1961 - data em que renunciou. Em 1985 elegeu-se prefeito de São Paulo pelo PTB. (Nota da IHU On-Line)

6 **João Belchior Marques Goulart ou Jango** (1919-1976): presidente do Brasil de 1961 a 1964, tendo sido também vice-presidente, de 1956 a 1961 - em 1955, foi eleito com mais votos que o próprio presidente, Juscelino Kubitschek. Seu governo é usualmente dividido em duas fases: fase parlamentarista (da posse, em janeiro de 1961, a janeiro de 1963) e fase presidencialista (de janeiro de 1963 ao golpe militar de 1964). Jango fora ainda ministro do Trabalho entre 1953 e 1954, durante o governo de Getúlio Vargas. Foi deposto pelo golpe militar do dia 1º de abril de 1964 e morreu no exílio. Confira a entrevista *“Jango era um conservador reformista”*, com Flavio Tavares, de 19-12-2006, em <http://bit.ly/ihu191206>; *João Goulart e um projeto de nação interrompido*, com Oswaldo Munteal, de 27-08-2007, em <http://bit.ly/ihu270807>. Confira também as entrevistas com Lucília de Almeida Neves Delgado, intituladas *O Jango da memória e o Jango da História*, publicada na edição 371 da IHU On-Line, de 29-08-2011, em <http://bit.ly/ihuon371> e *“Dúvidas sobre a morte de Jango só aumentam”*, de 05-08-2013, em <http://bit.ly/ihu050813>. Veja ainda *“João Goulart foi, antes de tudo, um herói”*, com Juremir Machado, de 26-08-2013, em <http://bit.ly/ihu260813> e *Comício da Central do Brasil: a proposta era modificar as estruturas sociais e econômicas do país*, com João Vicente Goulart, de 13-03-2014, em <http://bit.ly/ihu130314>. (Nota da IHU On-Line)

Ministro do Planejamento, tentando contribuir para o avanço da agenda reformista. Os tempos de sua formação como economista, a experiência no setor público e os antecedentes do regime autoritário estão registrados em suas obras autobiográficas: *A fantasia organizada* (Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1985), *A fantasia desfeita* (Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1989) e *Os ares do mundo* (Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1992).

Entre suas obras econômicas mais relevantes podemos destacar: *Formação econômica do Brasil* (Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959), *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961) e *O mito do desenvolvimento econômico* (Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1974).

### Construção Interrompida

O livro *Brasil: a construção interrompida* vem em um momento de muita inquietação intelectual de Celso Furtado, em um contexto histórico marcado pela redemocratização e crise econômica no Brasil, tendo como pano de fundo a lógica da globalização. A partir dos anos 1990, depois da Constituição de 1988, o desafio nacional é diferente daquele dos anos 1950, marcado pela Guerra Fria e pela busca por industrialização. Os desafios são outros: que o país fosse capaz de manter a unidade federativa em um mundo onde, muitas vezes, os vínculos de um estado brasileiro com o exterior são maiores do que internamente com os demais estados. O desafio do Brasil nos anos 1990 era encontrar um caminho, por onde pudesse continuar fortalecendo e modernizando sua economia, e enfrentando a desigualdade social e a pobreza.

A preocupação de Furtado pode ser assim apresentada: como estabelecer um novo projeto nacional que consiga integrar os diferentes interesses dos estados brasileiros no contexto da globalização e que possa levar o Brasil a se tornar efetivamente desenvolvido. Não apenas desenvolvido do ponto de vista econômico, mas principalmente do ponto de vista social. E esse projeto ainda hoje está por se fazer, não tem uma conclusão. Ainda hoje o Brasil, de certa maneira, luta e tenta estimular a imaginação de seus grandes pensadores nessa direção.

### IHU On-Line – De que maneira a interrupção do Plano Trienal proposto por Celso Furtado torna-se um dos principais entraves à continuidade de um modelo de país discutido no livro *A Construção Interrompida*?

**Ricardo Ismael de Carvalho** – Celso Furtado faz parte de uma geração que sofreu muito com o golpe militar de 1964. Existe um livro dele chamado *A pré-revolução brasileira* (Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962) que procura descrever a natureza do conflito em curso. Naquele ambiente do Governo Goulart, tínhamos de um lado forças conservadoras, que terminaram dando o golpe, e do outro forças no campo da esquerda, que achavam que as reformas de base eram insuficientes.

Celso Furtado sempre foi um pensador reformista, e tentava convencer a todos que se aquelas reformas fossem implementadas, e tivessem o apoio da esquerda e de outros setores políticos, já representariam um grande avanço para o país naquele momento. De certa forma ele sente o fracasso de não ter conseguido vencer as armadilhas daquele contexto, que resultaram no golpe militar. É evidente que o golpe é um desfecho trágico (e está aí o livro *A fantasia desfeita*), para uma geração que sonhou com um Brasil que se modernizasse na economia, mas que também avançasse no ponto de vista democrático e social. É uma geração impedida de levar a cabo um projeto concebido por tantos anos.

Em *Brasil: a construção interrompida*, Furtado estava consciente que não podia voltar ao Brasil dos anos 1950, ao Brasil que antecedeu o golpe. O mundo mudou. Havia necessidade da indústria e da economia responderem de outra maneira aos desafios que se apresentavam. Na medida em que a globalização chegou com muita intensidade, ele via as elites políticas e econômicas despreparadas para enfrentar os novos desafios.

Furtado escreveu esse livro ainda durante o governo Collor<sup>7</sup>, que,

<sup>7</sup> Fernando Affonso Collor de Mello (1949): político, jornalista, economista, empresário e escritor brasileiro, prefeito de Maceió de 1979 a 1982, governador de Alagoas de 1987 a 1989, deputado federal de 1982 a 1986, 32º presidente do Brasil,

apesar de ter sido a primeira eleição direta, foi um governo que deixou um legado de muita frustração, e que terminou em um *impeachment*. Enfim, quando ele escreve este livro, preocupa-se muito com a tendência dominante de abandonar a ideia do mercado interno como motor do crescimento. Além disso, denuncia que a lógica da globalização pode levar ao enfraquecimento da interdependência das regiões brasileiras, reduzindo os vínculos de solidariedade entre as mesmas. Finalmente, discorda fortemente do predomínio da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas, pois seria negar definitivamente a possibilidade de um projeto nacional que articulasse os interesses dos estados e das regiões brasileiras.

O livro, portanto, tenta resgatar uma bandeira que foi muito carregada por Celso Furtado e sua geração: a ideia de retomar a construção de um Brasil economicamente moderno e forte, democrático e socialmente justo. Essa é a construção interrompida.

### IHU On-Line – A partir da criação das ligas camponesas e demais movimentos de protagonismo social, o Nordeste exerce importante papel no pré-golpe. De que forma a supressão desse protagonismo pelos militares afetou a região?

**Ricardo Ismael de Carvalho** – De fato há um ponto muito importante na sua pergunta. O Nordeste talvez seja o grande exemplo do subdesenvolvimento brasileiro. O país acabou gerando um sistema híbrido, onde havia uma indústria moderna convi-

de 1990 a 1992, e senador por Alagoas de 2007 até a atualidade. Foi o presidente mais jovem da história do Brasil e o presidente eleito por voto direto do povo, após o Regime Militar (1964/1985). Seu governo foi marcado pela implementação do Plano Collor e a abertura do mercado nacional às importações e pelo início de um programa nacional de desestatização. Seu Plano, que no início teve uma boa aceitação, acabou por aprofundar a recessão econômica, corroborada pela extinção, em 1990, de mais de 920 mil postos de trabalho e uma inflação na casa dos 1200% ao ano; junto a isso, denúncias de corrupção política envolvendo o tesoureiro de Collor, Paulo César Farias, feitas por Pedro Collor de Mello, irmão de Fernando Collor, culminaram com um processo de impugnação de mandato (*Impeachment*). (Nota da IHU On-Line)

vendo com outra economia baseada na exportação de matérias primas e uma terceira baseada na agricultura de subsistência – essa sempre muito frágil. Quando Celso Furtado lidera a criação da Sudene, em 1959, ele pretendia levar esse ímpeto de industrialização para o Nordeste. Mas ele sabia que precisaria enfrentar uma estrutura social e econômica bastante difícil – talvez o fato principal que reproduzia esse subdesenvolvimento. As terras férteis do Nordeste eram na área litorânea, sendo ocupadas pela monocultura da cana, que por sua vez era controlada por grandes senhores de engenhos, com uma mão de obra que só tinha emprego durante a época da safra.

Na experiência da Sudene, Furtado observa que a relação capital-trabalho moderna ainda não tinha chegado no Nordeste. No Nordeste rural, como no Brasil rural, não havia sindicatos. Por isso a experiência de Francisco Julião<sup>8</sup>, com as Ligas Camponesas<sup>9</sup>, era importante. E não tinha nada a ver com comunismo. Era uma tentativa de organizar os trabalhadores para almejar a conquista de direitos básicos dentro do próprio capitalismo. Exatamente por isso o projeto da Sudene teria que ser pensado a longo prazo, mas foi abortado muito precocemente. Celso Furtado inaugura a nova instituição regional em dezembro de 1959 e sai em maio de 1964.

8 **Francisco Julião** (1915-1999): advogado brasileiro que defendeu, a partir da década de 50, as causas dos camponeses organizados, pressionados através de subterfúgios da lei pelos senhores de terra que tentavam desarticular a organização de ligas camponesas e expulsar de suas terras os moradores do Engenho Galileia. Para ampliar seu campo de luta, ingressou na tribuna política e elegeu-se Deputado Estadual em Pernambuco. Foi um dos maiores ativistas pela reforma agrária no Brasil. Exilou-se no México quando teve seus direitos cassados, em 1964. Foi anistiado em 1979 e faleceu em Tepoztlán, no México. Sobre sua trajetória, confira o livro escrito pelo jornalista Vandek Santiago, *Francisco Julião: luta, paixão e morte de um agitador*. Recife, Assembleia Legislativa, 2001 (Série Perfil Parlamentar Século XX). (Nota da IHU On-Line)

9 **Ligas Camponesas**: associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964. (Nota da IHU On-Line)

A tentativa de integrar o Nordeste à economia dinâmica do Sudeste, de fazer com que as relações se modernizassem, de desenvolver no semiárido nordestino uma economia mais forte e sólida, que não deixasse as pessoas na penúria, eram certamente desafios muito grandes. O Nordeste teve muitas lideranças, em vários campos. Podemos citar o próprio Paulo Freire<sup>10</sup> com a sua *Pedagogia do Oprimido*, o então governador Miguel Arraes<sup>11</sup>, o líder comunista Gregório Bezerra<sup>12</sup>, e tantos outros. O Golpe de 1964 vai abortar um esforço que estava começando a surgir, na tentativa de diminuir a distância do desenvolvimento dessa região em relação ao Sudeste industrializado. Isto porque uma coisa é você levar indústria para onde já existem indústrias, outra é levar para onde ainda não se tem nada, pois falta infraestrutura, estrada, portos, aeroportos, qualificação de recursos humanos. Isto é, trata-se de uma região muito dependente dos investimentos do governo federal, e

10 **Paulo Freire** (1921-1997): educador brasileiro. Como diretor do Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife, obteve sucesso em programas de alfabetização, depois adotados pelo governo federal (1963). Esteve exilado entre 1964 e 1971 e fundou o Instituto de Ação Cultural em Genebra, Suíça. Foi também professor da Unicamp (1979) e secretário de Educação da prefeitura de São Paulo (1989-1993). É autor de *A Pedagogia do Oprimido*, entre outras obras. A edição 223 da revista *IHU On-Line*, de 11-06-2007, teve como título *Paulo Freire: pedagogo da esperança* e está disponível em <http://bit.ly/ihuon223>. (Nota da IHU On-Line)

11 **Miguel Arraes**: político cearense com atuação marcante em Pernambuco, nasceu em 1917. Foi deputado estadual pelo Partido Social Democrático (PSD). Elegeu-se prefeito de Recife em 1959, pelo Partido Social Trabalhista (PST) e governador em 1962, apoiado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Deposto e cassado pelos militares em 1964, exilou-se. Retornou ao País em 1979. Em 1980, elegeu-se deputado federal pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e, em 1984, governador do estado. Em 1990, filia-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), elegendendo-se novamente deputado federal e, em 1994, novamente governador, cargo que ocupou até 1998. (Nota da IHU On-Line)

12 **Gregório Bezerra** (1900-1983): político, líder comunista e ex-sargento do Exército brasileiro, foi fortemente perseguido e desumanamente torturado ao longo de sua luta pela paz, justiça e contra a opressão do povo. (Nota da IHU On-Line)

que precisava ser pensada em uma perspectiva de longo prazo.

**IHU On-Line – A supressão da Sudene foi um duro golpe a um desenvolvimento de Brasil que se propunha mais múltiplo e menos concentrador de renda? Que impactos isso gerou nas décadas seguintes e que ainda hoje podem ser vistos em nossa sociedade?**

**Ricardo Ismael de Carvalho** – Tem que se observar a questão como um todo. Na época a região já tinha o Departamento Nacional de Obras contra seca – Denocs, o Banco do Nordeste, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – Codevasf e também a Sudene. Ou seja, estas instituições regionais federais tentavam atuar para impulsionar o desenvolvimento da região. Para esse desenvolvimento é necessário que o governo federal traduza esse esforço em investimentos. Diria mais, é preciso que a União invista no Nordeste e convença as outras regiões mais desenvolvidas de que é preciso um tratamento diferenciado ao Nordeste, pois é a economia mais dependente de investimentos públicos e uma economia que tem um atraso muito grande no setor da educação, de infraestrutura, que tem algumas áreas – como o caso do semiárido – que são muito problemáticas. Problemas que são antigos e de difícil solução. Portanto, a prioridade é necessária.

Desse modo, Celso Furtado reuniu na Sudene uma gama de pensadores para fazer um diagnóstico preciso para a questão do Nordeste. Isso porque na época não existiam universidades e programas de pós-graduação, ou equipes nos governos estaduais que pudessem fazer o que a Sudene estava fazendo, que era quem fazia o diagnóstico e buscava financiamento para resolver o problema do subdesenvolvimento regional. Com o golpe militar de 1964, Furtado vai para o exílio, boa parte daquela equipe inicial da Sudene se desmancha, e a maioria das forças sociais e políticas que combatiam o *status quo* são dispersadas. Na hora em que o Julião começava a organizar os trabalhadores rurais, vinham à tona as pressões por uma reforma agrária. Era um movimento importante para

pressionar pelas reformas sociais. À medida que se desmantela tudo isso, perde-se a capacidade de pressionar a sociedade brasileira no sentido de uma solução para o Nordeste e outras regiões menos desenvolvidas.

**IHU On-Line – A propósito, de que maneira o fato de Celso Furtado ser paraibano impacta em sua construção intelectual? Como ele se tornou um pensador importante mesmo estando fora do eixo Rio-São Paulo?**

**Ricardo Ismael de Carvalho** – Celso Furtado tinha uma cabeça cosmopolita, como Gilberto Freyre<sup>13</sup> e Josué de Castro<sup>14</sup>. Esses pensadores nasceram no Nordeste, mas pensaram a região dentro do Brasil e do mundo. Eles têm uma visão que vai além do

Nordeste. A visão de Furtado, que acabou sendo considerado um dos mais importantes, senão o mais importante economista do Brasil no século passado, é justamente porque ele percebe que “a construção interrompida” é o que não permite ao Brasil ser considerado uma nação, uma vez que só se tem desenvolvimento no Sudeste e no Sul. É preciso desenvolver um projeto nacional que permita desenvolver todo o território ou a maior parte do território. Essa visão federativa, de integração das economias estaduais, deu a Furtado uma visão mais ampla da realidade brasileira e regional. Evidente que por ter nascido na Paraíba e compreender muito bem as relações sociais, as relações de dominação, a tradicional estrutura social e econômica do Nordeste, isso concedia a Celso Furtado uma vantagem em relação a outros economistas que pouco conheciam o Nordeste. Esta origem permitiu que Furtado fosse indicado por Juscelino Kubitschek para coordenar o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, propondo, logo depois, a criação da Sudene.

Celso Furtado sempre foi uma figura diferente da maioria dos intelectuais do Nordeste, por não querer deixar o seu pensamento prisioneiro de uma leitura puramente regional. Há uma necessidade dos ares do mundo, necessidade de um distanciamento do objeto de estudo, que seria o próprio Nordeste e o Brasil. Portanto, esse olhar vai ganhando uma visão muito mais complexa e mais rica. Não há saída para a região Nordeste sem que seja por meio de um projeto nacional. As elites políticas brasileiras precisam pensar na integração das cinco regiões, e não apenas duas. O esforço do ponto de vista analítico e propositivo é pensar o Brasil, pois o país só será mais forte se o Nordeste for mais forte. Nesse sentido, ele vai muito além do interesse regional, com muitos fazem, pois acredita que a definição de um projeto nacional antecede as ações da União nos estados e regiões.

**IHU On-Line – Como a obra A Construção Interrompida dialoga com sua obra A formação econômica do Brasil?**

**Ricardo Ismael de Carvalho** – O livro Formação Econômica do Brasil

é talvez o livro de Celso Furtado mais adotado nas universidades brasileiras, especialmente nos cursos de história econômica. Independentemente da corrente – liberal ou desenvolvimentista – existe o reconhecimento do mérito desta obra. É realmente importante porque o livro aborda, dentro de uma tradição que foi trabalhada por Caio Prado Júnior<sup>15</sup>, o processo econômico a partir do século XIX, que vai fazer com que o Brasil deixe de ser um país que produza somente café, açúcar, borracha e ingresse no período do ciclo industrializante. O país começa a substituir importações e, portanto, a desenvolver sua economia nesta ideia de mercado em que a indústria nacional nascente será protegida, apoiada pelo Estado e terá no mercado interno seu grande estímulo para poder se consolidar. Por outro lado, a partir do século XIX, com o declínio do açúcar no Nordeste e da borracha no Norte, já começava a haver uma concentração da economia no Sudeste, favorecida pela produção de café. No momento em que o Brasil passa a dar os primeiros passos na direção de uma industrialização, essa concentração vai aumentar. Celso Furtado percebe isso. O ponto é esse, a economia cresce e o Brasil vai crescer muito a partir dos anos 1930, mas há uma concentração espacial muito grande da economia. De certa maneira, isso faz com que muitos municípios e Estados não tenham recursos para investir em políticas públicas, e sejam muito dependentes das transferências constitucionais e voluntárias do governo federal.

O Brasil não conseguiu se desenvolver de maneira equilibrada. A eco-

<sup>15</sup> **Caio Prado Júnior** (1907-1990): pensador e político brasileiro. Em 1942 publica sua obra mais importante, *A formação do Brasil contemporâneo*, sofrendo perseguições devido ao seu alinhamento político com a orientação comunista, tendo seu mandato cassado dois anos depois da publicação do livro. Sua obra criou, porém, uma tradição historiográfica no Brasil, identificada, sobretudo, com o marxismo, buscando uma explicação diferenciada da sociedade colonial. A obra foi apresentada no I Ciclo de Estudos sobre o Brasil, promovido pelo IHU em 14-08-2003, e é tema de entrevista com a professora Marcia Eckert Miranda, publicada na *IHU On-Line* número 70, de 11-08-2003, disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1161285http://bit.ly/1iril08>. (Nota da IHU On-Line)

<sup>13</sup> **Gilberto Freyre** (1900-1987): escritor, professor, conferencista e deputado federal. Colaborou em revistas e jornais brasileiros. Foi professor convidado da Universidade de Stanford (EUA). Recebeu vários prêmios por sua obra, entre os quais, em 1967, o prêmio Aspen, do Instituto Aspen de Estudos Humanísticos (EUA) e o Prêmio Internacional La Madonina, em 1969. Entre seus livros, cita-se: *Casa grande & Senzala e Sobrados e Mocambos*. O Prof. Dr. Mário Maestri, do PPG em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), apresentou o segundo livro na programação do II Ciclo de Estudos sobre o Brasil, promovido no dia 15-04-2004, pelo IHU. Sua palestra originou o artigo publicado no *Cadernos IHU* nº 6, de 2004, intitulado *Gilberto Freyre: da Casa-Grande ao Sobrado. Gênese e Dissolução do Patriarcalismo Escravista no Brasil. Algumas Considerações*, disponível para download em <http://migre.me/69teH>. (Nota da IHU On-Line)

<sup>14</sup> **Josué Apolônio de Castro** (1908-1973): médico, nutrólogo, professor, geógrafo, cientista social, político, escritor, ativista brasileiro que dedicou sua vida ao combate à fome. Destacou-se no cenário brasileiro e internacional, não só pelos seus trabalhos ecológicos sobre o problema da fome no mundo, mas também no plano político em vários organismos internacionais. Partindo de sua experiência pessoal no Nordeste brasileiro, publicou uma extensa obra que inclui: *Geografia da Fome, Geopolítica da Fome, Sete Palmas de Terra e um Caixão e Homens e Caranguejos*. Exerceu a Presidência do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), e foi também Embaixador brasileiro junto à Organização das Nações Unidas (ONU). Logo após o Golpe de Estado de 1964, teve seus direitos políticos suspensos pela ditadura militar. Confira a edição 274 da revista *IHU On-Line*, de 22-09-2008, intitulada *Josué de Castro e Graciliano Ramos. A desnaturalização da fome* e disponível em <http://bit.ly/17kY1cz>. (Nota da IHU On-Line)

nomia cresce, mas cresce de maneira espacialmente concentrada, e isso é um problema, pois a ideia de nação ou de uma federação consolidada passa pela autonomia financeira dos estados-membros. É preciso pensar o Brasil de uma forma diferente daquele que vimos no século XX, na qual o crescimento ficou concentrado nas regiões metropolitanas. Observando estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para o ano de 2011, verificamos que 319 municípios do Brasil geram 75% do Produto Interno Bruto Nacional – PIB. Esta economia concentrada cria muitas dificuldades, como estímulo à migração, a presença de uma desigualdade muito grande do ponto de vista social e econômico, porque são muito diferentes os serviços públicos de uma cidade para outra. É preciso pensar como distribuir melhor as atividades econômicas no território nacional, e também procurar equiparar os serviços públicos dos municípios brasileiros.

**IHU On-Line – A partir do pensamento de Furtado, podemos pensar que o que ele propunha era uma alternativa tanto ao comunismo soviético quanto ao capitalismo estadunidense que polarizavam o mundo no contexto da Guerra Fria? Que alternativa era essa?**

**Ricardo Ismael de Carvalho** – Um livro que ajuda a entender o pensamento político de Celso Furtado, e que pode oferecer em parte uma resposta a essa questão, é *Pré-Revolução Brasileira* (Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962). É um livro dirigido aos jovens e às forças sociais que estavam encantados com a ideia de revolução no período anterior ao golpe de 1964. Nele, Furtado faz uma defesa das reformas de base e do projeto político liderado pelo então presidente João Goulart. Furtado era um reformista, e sem dúvida nenhuma queria um capitalismo regulado, cuja inspiração é o Estado de bem-estar social que vai prevalecer na Europa Ocidental no pós-guerra. Ele deseja um capitalismo que garanta emprego, educação, saúde e previdência, que são os pilares clássicos do Estado de bem-estar social; ele deseja um país em que as forças sindicais e os movimentos sociais se organizem de modo que as forças do trabalho e do capital

não sejam tão desequilibradas. O que ele queria era um capitalismo que pudesse operar em um ponto de equilíbrio com baixa desigualdade de renda, baixo desemprego e com gastos sociais relevantes. Um capitalismo que trouxesse benefícios aos trabalhadores.

Além disso, Celso Furtado era um nacionalista. Nesse sentido, ele rejeitaria qualquer tipo de subordinação, seja ao imperialismo norte-americano, seja ao imperialismo soviético, que eram os dois modelos da época da Guerra Fria. Furtado tinha um projeto de país em que o Brasil se afirmaria no âmbito internacional sem estar subordinado, nem com alinhamento automático a qualquer outra nação. Uma posição ativa e soberana, em consonância com a força dos nossos recursos naturais, com as possibilidades de economia industrializada em ascensão e com o potencial do povo brasileiro. Sem ignorar o tabuleiro da geopolítica internacional da época, Celso Furtado sustentava que o Brasil devia se posicionar independentemente.

Por fim, o Celso economista, diferentemente da maioria dos economistas, pensa o território, pensa a dimensão política da economia. Ou seja, a economia tem que ser vista sobre os aspectos de como será distribuída a riqueza produzida pelo país, pois ela influencia no desenvolvimento dos estados e influencia o próprio fortalecimento da federação. É preciso discutir quem vai financiar o desenvolvimento, quem paga os tributos, quem recebe os benefícios. É preciso se debruçar sobre esta equação. Nós precisamos saber quem são os beneficiários do crescimento e seus financiadores. Sabemos que a população do Brasil é muito heterogênea, que não é desejável cobrar uma mesma carga tributária de todos, nem mesmo dar isenção para todos. Então é sempre um economista que está olhando a relação entre Estado, mercado e sociedade dentro de uma visão política. Ele tem uma visão reformista, mas um reformismo radical, que procura mudar de forma profunda as prioridades na agenda do governo federal e a forma de enfrentar os problemas tradicionais. Não se pode dizer que desejava ser um revolucionário à moda daqueles de 1950 e 1960, porque ele não queria acabar com o capitalismo, nem tampouco considerava

possível o Estado assumir os meios de produção. Mas ao mesmo tempo sabia que da forma como o Brasil estava estruturado social e economicamente não seria possível vencer a questão da desigualdade, nem tampouco fazer com que a riqueza produzida chegasse à maior parte da população através de serviços públicos. Dessa forma, Celso Furtado ainda hoje inspira muitos jovens e muita gente no Brasil e no mundo, principalmente aqueles que acreditam nas mudanças assentadas na boa racionalidade econômica, em uma sólida articulação política e sem abrir mão dos princípios republicanos e democráticos.

## Leia mais...

- *Euclides da Cunha e Celso Furtado. Demiurgos do Brasil.* Edição 317 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/ihuon317>.
- *Projeto desenvolvimentista furtadiano: uma experiência teórica.* Entrevista especial com João Trajano de Lima Sento-Sé, na edição 317 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/ihuon317>.
- *Subdesenvolvimento: um problema estrutural?* Entrevista com José Carlos Braga na edição 317 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/ihuon317>.
- *Uma nação em desenvolvimento.* Entrevista com André Moreira Cunha na edição 317 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/ihuon317>.
- *Projeto de desenvolvimento. A integração é o caminho?* Entrevista com Marcos Formiga na edição 317 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/ihuon317>.
- *Celso Monteiro Furtado (1920-2004). Vida e obra*, perfil de Celso Furtado na edição 317 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/ihuon317>.
- *Celso Furtado: o teórico do nacionalismo desenvolvimentista.* Entrevista com José Saraiva Cruz na edição 317 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/ihuon317>.
- *A atualidade de Celso Furtado.* Entrevista com Maria Eugenia Guimarães publicada na edição 320 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/ihuon320>.

# Regime militar: A trajetória da mentira

“A questão principal que permanece até agora é que o golpe é fruto de uma doutrina, que independe de humores. A *doutrina da segurança nacional* foi a grande novidade que nos trouxe o golpe de 1964”, pondera Jair Krischke

POR LUCIANO GALLAS

“**E**sta ditadura é a ditadura da mentira. Toda sua trajetória é a trajetória da mentira, do engodo, quando as pessoas são vergonhosamente enganadas. A começar pela data. Eles dizem que a suposta revolução, que na verdade nada mais foi do que um golpe, ocorreu em 31-03-1964. Que 31 de março coisíssima nenhuma!”, afirma Jair Krischke em entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**. E segundo ele, “Ainda hoje os simpatizantes desta ditadura seguem mentindo”, enfatiza.

Conforme Jair Krischke, João Goulart decidiu não reagir ao golpe porque tinha conhecimento do plano de ação estadunidense de, em um contexto de Guerra Fria, utilizar a força para impedir uma aproximação entre o Brasil e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, ou mesmo com a China. O planejamento, neste caso, significaria invadir o Brasil a partir do estado do Espírito Santo e estabelecer uma divisão territorial, separando o Brasil do Norte do Brasil do Sul.

Esta presença estadunidense entre os militares brasileiros repercute diretamente no pensamento e formação elaborados nos quartéis, constituindo-se em uma das principais influências sobre a *doutrina de segurança nacional* – a outra influência, segundo Krischke, diz respeito aos preceitos da *guerra de contrainsurgência* francesa. “A questão principal que permanece até agora é que o golpe é fruto de uma doutrina, que independe de humores. A doutrina da segurança nacional foi a grande novidade que nos trouxe o golpe de 1964”, destaca o ativista dos direitos humanos. Ele mesmo completa: “Este pensamento no Brasil recebeu um aporte interessantíssimo, pouco pesquisado, do pensamento militar francês, que é a *guerra de contrainsurgência*, que aqui teve uma recepção imensa”.

Jair Krischke é ativista dos direitos humanos no Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai. Em 1979, fundou o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, a primeira organização de direitos humanos do Brasil.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Porto Alegre e outras cidades gaúchas abrigaram militares argentinos, uruguaios, chilenos, paraguaios, bolivianos e peruanos que vinham ao Brasil fazer cursos de combate à guerrilha, implementados durante a Operação Condor<sup>1</sup>. O que**

**os documentos obtidos pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos revelam sobre a participação do Rio Grande do Sul na operação?**

**Jair Krischke** – Aqui em Porto Alegre, no dia 12 de novembro de 1978, ocorreu o primeiro caso de Operação Condor flagrado e denunciado através

da imprensa, resultando no primeiro caso levado aos tribunais de Justiça em todo o Cone Sul de nossa América, episódio que ficou conhecido internacionalmente como “O sequestro dos uruguaios”. Mas eu quero chamar a atenção para o fato de que, naquele momento, não se falava em Operação Condor. Nós desconhecíamos este tipo de operação. Passamos a obter informação quando Dr. Omar Ferri<sup>2</sup>,

<sup>1</sup> **Operação Condor:** Aliança político-militar entre os regimes de excessão da América do Sul nas décadas de 1970 e 1980. Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, em coordenação com a agência de inteligência dos Estados Unidos (CIA), cujo objetivo era articular os governos e eliminar os líderes de esquerda. No sítio do Instituto Humanitas Unisinos -

IHU, encontra-se amplo material sobre o assunto. Consultar a entrevista *Operação Condor: novas revelações*, com Jair Krischke, de 24-03-2013, em <http://bit.ly/ihu240313>. Ver ainda, de 28-05-2007, *Operação Condor. A estrutura continua existindo*, com Neusa Maria Romanzini Pires em <http://bit.ly/ihu280507>.

<sup>2</sup> **Omar Ferri** (1933): advogado e escritor brasileiro, militante dos direitos humanos. Autor de *Sequestro no Cone Sul. O caso Lilian e Universindo* (Porto Alegre:

nosso companheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, foi acionado por companheiros uruguaios que se encontravam refugiados em São Paulo, que relatavam ter recebido um telefonema muito estranho de Lillian Celiberti<sup>3</sup> e passaram a imaginar que estaria ocorrendo algo de anormal, que colocava a segurança dela em muitíssimo risco.

Ferri foi até a rua Botafogo, em Porto Alegre, onde Lillian residia, tocou a companhia, não encontrou ninguém. Estava tudo fechado. Isso era um fim de tarde. Voltou na manhã do dia seguinte, tocou a campainha, e novamente ninguém. Falou com um senhor que estava no pátio, que por acaso era o proprietário do apartamento, e ele disse que fazia alguns dias que não via o casal e as crianças. Nosso companheiro Dr. Omar Ferri fez então um bilhete dizendo que tinha estado ali, informou seu telefone e escreveu que ficava à disposição. Passaram-se mais um ou dois dias quando o jornalista Luiz Cláudio Cunha<sup>4</sup>, também acionado por São Paulo, foi até lá, acompanhado do fotógrafo João Batista Scalco<sup>5</sup>, da revista *Placar*, e

entrou no edifício. O apartamento era térreo, de fundos. Eles perceberam que um senhor vinha atrás deles. De frente para o apartamento onde Lillian e Universindo<sup>6</sup> viviam, havia uma escada pela qual este senhor que vinha atrás subiu. Luiz Cláudio e Scalco tocaram a campainha, a porta se abriu e uma pistola foi colocada na cabeça de cada um. Aquele senhor que havia subido as escadas já tinha descido de arma em punho. Luiz Cláudio e Scalco ficaram chocados por terem sido recebidos dessa forma, afirmaram que eram jornalistas, mostraram suas licenças. Então os policiais confirmaram, os liberaram, disseram que estavam investigando um problema de contrabando e orientaram para que nada falassem sobre o assunto.

Ao sair de lá, Scalco disse a Luiz Cláudio Cunha: “este sujeito que me colocou a pistola na cabeça, eu já fotografei”. Então vão examinar no arquivo da Companhia Jornalística Caldas Júnior e se deparam com a fotografia do jogador de futebol conhecido como Didi Pedalada, Orandir Portassi Lucas<sup>7</sup>. E onde estaria este ex-jogador,

então? Vão investigar: policial, trabalhando no DOPS. Aí entenderam o que estava ocorrendo. A imprensa colaborou extraordinariamente nesse episódio. Houve a denúncia, que resultou em um processo judicial. Foi o primeiro caso da Operação Condor flagrado no seu trajeto, denunciado, em meio a uma luta incrível – diziam que mentíamos, que não era verdade, inventaram farsas, mas conseguimos comprovar os fatos. Então este foi o primeiro caso denunciado da Operação Condor. Dois meses antes, ocorrera um caso muito semelhante em Passo Fundo. Hoje, nós temos toda a documentação sobre este outro episódio também. Em ambos, atuaram agentes do DOPS do Rio Grande do Sul. Mas vamos ser claros: não foi o delegado Pedro Seelig<sup>8</sup> quem autorizou o ingresso em território brasileiro de oficiais e soldados do exército uruguaio. Alguém com muito mais poder e mando, certamente alguém em Brasília, com muitas estrelas nos ombros, é que concedeu esta autorização,

Mercado Aberto, 1981), disponível em <http://bit.ly/1njKHjM>. Representou Lillian Celiberti e Universindo Diaz na ação judicial contra o sequestro de ambos por uma operação coordenada entre os regimes de repressão uruguaio e brasileiro em Porto Alegre. (Nota da IHU On-Line)  
3 **Lillian Celiberti**: professora uruguaia, ex-militante do *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP). Morava em Porto Alegre com os filhos Camilo e Francesca e seu então companheiro, Universindo Diaz, quando, em 12 de novembro de 1978, foi sequestrada na Rodoviária de Porto Alegre e torturada por policiais brasileiros e pelo capitão Yannone, do exército uruguaio. Vive atualmente em Montevidéu, Uruguai. É ativista de direitos humanos e coordenadora da ONG feminista Cotidiano Mulher. (Nota da IHU On-Line)

4 **Luiz Cláudio Fontoura da Cunha** (1951): jornalista brasileiro. Comandava a redação da revista *Veja* em Porto Alegre quando do sequestro de Lillian Celiberti e Universindo Diaz. A série de reportagens que produziu entre 1978 e 1980 sobre o episódio, realizada em conjunto com o fotógrafo J.B. Scalco, lhe rendeu o prêmio Esso de Jornalismo de 1979. É autor de *Operação Condor: o Sequestro dos Uruguaios - uma reportagem dos tempos da ditadura* (Porto Alegre: L&PM, 2008), vencedor do Prêmio Jabuti da Câmara Brasileira do Livro na categoria livro-reportagem. Detém o título de Notório Saber em Jornalismo pela Universidade de Brasília - UnB. (Nota da IHU On-Line)

5 **João Batista Scalco** (1951-1983): fotó-

grafo brasileiro. Trabalhava em Porto Alegre para a revista *Placar* quando realizou, em 1978, em conjunto com o jornalista Luiz Cláudio Cunha, a série de reportagens sobre o sequestro dos uruguaios em Porto Alegre, pela qual recebeu o Prêmio Esso de Jornalismo de 1979. Destacou-se como fotógrafo esportivo, recebendo a Menção Honrosa (1977) e obtendo o 3º lugar (1978) no Nikon Photo Contest International, Japão; o Prêmio Vladimir Herzog, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (1979); e a melhor foto em preto e branco no 6º Prêmio Abril de Jornalismo, São Paulo (1981). Era conhecido como o “Van Gogh dos Pampas” devido à qualidade do seu trabalho. Faleceu por problemas cardíacos aos 32 anos. (Nota da IHU On-Line)

6 **Universindo Rodriguez Diaz** (1952-2012): historiador uruguaio, ex-militante do *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP). Residia em Porto Alegre em 1978 com Lillian Celiberti e os filhos dela, de oito e três anos de idade, quando a família foi sequestrada durante uma operação conjunta realizada por agentes do Departamento de Ordem Política e Social - DOPS, comandados pelo delegado Pedro Seelig, e militares uruguaios autorizados pelo regime de repressão brasileiro a ingressar no país. Universindo permaneceu preso ilegalmente por cinco anos e foi torturado. Morreu aos 60 anos após lutar por seis meses contra um câncer na medula. Durante o período da doença, esteve na companhia da ex-mulher Ivonne Trías e do filho, Carlos Ivan Rodriguez Trías. (Nota da IHU On-Line)

7 **Didi Pedalada** (Orandir Portassi Lucas,

1945-2005): jogador de futebol com passagem pelos clubes Internacional-RS, Cruzeiro-MG, Cruzeiro-RS e Guarany de Bagé-RS, entre outros; inspetor do Departamento de Ordem Política e Social - DOPS, órgão que funcionou como polícia política durante o regime de repressão militar no Brasil. Em 1980, foi condenado pela justiça brasileira, junto com outro agente do DOPS, João Augusto da Rosa, pela prisão dos jornalistas no apartamento de Lillian Celiberti, em Porto Alegre, fato que confirmou a participação do regime militar brasileiro na Operação Condor. Em 1991, por meio de iniciativa do então governador Pedro Simon, o Estado do Rio Grande do Sul reconheceu oficialmente o sequestro dos uruguaios em Porto Alegre, procedimento que foi repetido um ano depois pelo então presidente uruguaio Luis Alberto Lacalle. (Nota da IHU On-Line)

8 **Pedro Carlos Seelig**: delegado de polícia, chefe de investigações do Departamento de Ordem Política e Social - DOPS no Rio Grande do Sul. Era conhecido entre os militares como o “Fleury do Sul”, uma alusão ao delegado do DOPS paulista Sérgio Paranhos Fleury - ambos, junto com o major Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna - DOI-Codi do 2º Exército, são considerados os torturadores mais violentos do regime de repressão militar instaurado em 1964 no país. Pedro Seelig comandou as torturas impostas a Lillian Celiberti e Universindo Diaz após o sequestro do casal, ainda na Rua Botafogo e depois nas celas do DOPS, no 2º andar do atual Palácio da Polícia, em Porto Alegre. (Nota da IHU On-Line)

evidenciando que havia uma parceria entre os aparelhos repressivos da América Latina, parceria esta que tem muito a ver com a formação que estes militares receberam no Brasil, dentro do pensamento militar brasileiro de *guerra de contrainsurgência*.

**IHU On-Line – O Departamento de Ordem Política e Social – DOPS do Rio Grande do Sul teria sido o único no país a alegar que havia queimado os arquivos da repressão...**

**Jair Krischke** – De fato, o Rio Grande do Sul foi o único estado brasileiro que queimou os arquivos do DOPS. A imprensa foi chamada, fotografou e filmou, a queima foi proclamada aos quatro ventos, o então governador Amaral de Souza<sup>9</sup> teve participação ativa neste processo. Uma arrematada mentira, que hoje nós temos condições de comprovar. Os papéis foram queimados? Foram, sim, mas somente depois de terem sido microfilmados. Então, na verdade, o que houve no Rio Grande do Sul foi uma modernização dos arquivos, eliminando-se os papéis que já tinham sido microfilmados. Lamentavelmente, o destino destes microfilmes foi o Comando Militar do Sul. Estes documentos ainda hoje lá se encontram, assim como todos os documentos dos DOPS dos demais estados brasileiros se encontram em mãos do Exército brasileiro. Quem diz isso? Eu apenas reproduzo o que o general Lucena<sup>10</sup>, então comandante do Exército brasileiro, declarou ao jornal *O Estado de São Paulo* em agosto de 1995: “sou de opinião de que o Exército deve devolver aos estados os arquivos do DOPS”. Se isso não é confissão, eu não sei o que seria. Os ar-

9 Amaral de Souza (1929 - 2012): Político brasileiro, exerceu mandato de governador do Rio Grande do Sul entre 1979 e 1983 durante o regime militar brasileiro. (Nota da IHU On-Line)

10 General Lucena (Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena, 1930): general de exército brasileiro. Como coronel, comandou a Escola Preparatória de Cadetes do Exército, em Campinas-SP. Enquanto general, comandou a 11ª Brigada de Infantaria Blindada (hoje 11ª Brigada de Infantaria Leve), também em Campinas, foi vice-chefe do Estado-Maior do Exército e comandante do Comando Militar do Leste (CML), no Rio de Janeiro, e ministro do Exército no governo de Itamar Franco e no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Vive atualmente no Rio de Janeiro. (Nota da IHU On-Line)

“Os militares no Brasil costumam dizer que não têm mais documentos porque os queimaram. Eu afirmo que é mentira”

quivos do DOPS do Rio Grande do Sul se encontram no Comando Militar do Sul. Então esta queima de documentos foi uma farsa. Posteriormente, nós recuperamos em Montevideú alguns destes documentos “queimados”. E o mais interessante destes documentos “queimados” recuperados é que eles registram duas anotações posteriores à data em que foram publicamente queimados. A queima dos arquivos do DOPS é uma arrematada mentira!

**IHU On-Line – Esse certamente não foi o único episódio em que foi alegada a queima de documentos históricos do período da ditadura militar...**

**Jair Krischke** – Os militares no Brasil costumam dizer que não têm mais documentos porque os queimaram. Eu afirmo que é mentira. Há outros episódios que provam isso, além deste que relatei dos documentos do DOPS do Rio Grande do Sul. Em dezembro de 2002, no programa *Fantástico*, da TV Globo, foi apresentada uma matéria [reportagem] na Base Aérea de Salvador que afirmava e exibia documentos do serviço secreto da Força Aérea queimados – alguns totalmente queimados, outros parcialmente. Em um primeiro momento, o que me chamou a atenção foi que uma equipe de televisão ter ingressado em uma base aérea, gravado as imagens – e note que a câmera é um aparelho enorme –, saiu da base aérea, sem ninguém ter perguntado nada sobre o ocorrido. Isso chama por demais a atenção. A seguir, foi entrevistado o chefe do serviço secreto da

Aeronáutica, que disse: “olha, isso é muito grave, nós vamos investigar. Mas estou surpreso, porque todo o acervo documental do CISA [Centro de Informações da Aeronáutica, o serviço secreto da Força Aérea] queimou quando do incêndio do Aeroporto Santos Dumont. Nós não temos mais nenhum desses documentos, porque tudo queimou”.

Estou falando de dezembro de 2002, TV Globo, programa *Fantástico*. Outubro de 2010: o então comandante da Força Aérea, que continua sendo o mesmo, o brigadeiro Juniti Saito<sup>11</sup>, fez entrega ao Arquivo Nacional, em Brasília, de cerca de 60 mil documentos do arquivo secreto. Na ocasião, um jornalista do centro do país perguntou a minha opinião sobre este acontecimento. Eu disse que era fantástico, porque certamente são aqueles documentos que queimaram no Aeroporto Santos Dumont. Veja, estes são episódios que comprovam a mentira. Estes documentos existem, sim. No meu depoimento à Comissão da Anistia, eu iniciei falando de arquivos que deveriam ser investigados, mas chamei a atenção para o fato de que não escuto falar, no Brasil, da abertura dos arquivos da Polícia Federal brasileira, braço por excelência do aparelho repressivo. Ninguém fala. Eu citei isso no meu depoimento e, pelo que sei, a Comissão Nacional da Verdade ainda não tomou nenhuma iniciativa para resgatar toda esta importante documentação.

**IHU On-Line – Há casos já relatados pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos de ações da Operação Condor mesmo após a Anistia, entre eles o sequestro e desaparecimento de argentinos no Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, em março de 1980; do padre Jorge Oscar Adur e do estudante de medicina Lorenzo Ismael Viñas, estes dois últimos ocorridos em junho do mesmo ano, em Uruguai, dias antes da visita do Papa João Paulo II a Porto Alegre. Como se deram estes fatos?**

**Jair Krischke** – Este caso do Aeroporto do Galeão ocorreu em 12 de

11 Juniti Saito (1942): Militar brasileiro, tenente brigadeiro-do-ar e comandante da Força Aérea Brasileira. (Nota da IHU On-Line).

março de 1980 e tem como vítimas Horácio Domingo Campiglia e Mônica Susana Pinus de Binstock. A anistia foi em agosto de 1979. Portanto, os responsáveis pela desapareção de Horácio e Mônica não estão acobertados pela malfadada Lei de Anistia. Estes episódios se esclarecerão no dia em que nós, brasileiros, tomarmos a sério o tema e o levarmos às barras da Justiça. Nós não temos feito isso. Mas a Itália fez, porque Horácio Domingo Campiglia também era cidadão italiano. Ele era ítalo-argentino. E a Justiça italiana acolheu este caso. Como também acolheu o caso de Lorenzo Ismael Viñas, filho de mãe italiana. Portanto, também ítalo-argentino.

Vou começar pelo caso do Galeão. É preciso lembrar que este aeroporto, na verdade, é uma base da Força Aérea Brasileira, a Base Aérea do Galeão, em um setor da qual construiu-se um aeroporto civil. Aquilo é um estabelecimento militar por excelência, famoso também por suas tropelias. Não podemos esquecer que, em 1954, no episódio do suicídio de Getúlio Vargas, ali na Base Aérea do Galeão estabeleceu-se o que se chamou a *República do Galeão*<sup>12</sup>, quando dali passaram a comandar o país. Então é uma base aérea que já tem

12 **República do Galeão:** nome com o qual ficou conhecida a Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro, após a instauração de um Inquérito Policial Militar - IPM para investigar o atentado da rua Toneleiro, ocorrido em 05-08-1954. No episódio, Carlos Lacerda, principal opositor político do presidente Getúlio Vargas, foi ferido no pé, enquanto o major Rubens Vaz, da Força Aérea Brasileira, acabou morto a tiros. Lacerda havia se unido a militares golpistas e a partidos oposicionistas, entre os quais a UDN, em um esforço para derrubar Vargas, utilizando-se de acusações publicadas em seu jornal, a Tribuna da Imprensa. Vaz integrava um grupo de oficiais que se dispusera a acompanhar e proteger Lacerda das ameaças que estaria recebendo durante sua campanha contra o presidente. O IPM montado na Base Aérea do Galeão reuniu os militares ligados a Lacerda e aprofundou a crise política que o governo enfrentava. O chefe da guarda pessoal de Vargas, Gregório Fortunato, e o irmão do presidente, Benjamim Vargas, foram acusados de envolvimento no atentado. Com o agravamento da crise e a pressão de militares pela renúncia, Vargas suicidou-se em 24-08-1954. O suicídio reverteu a opinião pública e provocou uma imensa onda de comoção e revolta, o que obrigou Lacerda e parte de seus apoiadores a deixar o país. (Nota da IHU On-Line)

certa fama há tempos. Mas veja que coisa impressionante: por meio de documentos norte-americanos, nós comprovamos que um avião da Força Aérea argentina veio ao Brasil e aterrisou na Base Aérea do Galeão para realizar esta operação de sequestro. O documento entra em detalhes, cita quem comandava o avião, dá outras informações. Eu representei as famílias de Horácio Domingo Campiglia e Mônica Susana Pinus de Binstock aqui no Brasil. A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos apreciou o caso. Eu juntei o documento que referi e foi concedida a reparação. O governo brasileiro reconheceu, assim, a sua responsabilidade frente a este episódio e indenizou as famílias.

A mesma coisa ocorreu com Lorenzo Ismael Viñas e o padre Jorge Oscar Adur, ocorridos os dois casos no dia 26 de junho de 1980. O padre Adur vinha a Porto Alegre em um ônibus da empresa argentina Gen. Urquiza, para juntar-se às Madres de *Plaza de Mayo* em uma possível audiência com o Papa, que aqui se encontrava, pois já tinham ido a Roma e não conseguiram falar com ele; foram ao México, durante a conferência de Puebla<sup>13</sup>, e tampouco conseguiram uma audiência. Na ocasião, elas nos pediram que interviesse junto aos nossos bispos, buscando alcançar uma audiência com o Papa. Juntamente com o deputado Antenor Ferrari, apresentamos este pleito ao arcebispo auxiliar de Porto Alegre, Dom Antonio Cheuiche, que, junto ao Papa, conseguiu a referida audiência, a qual deveria ser muito breve, pois estaria dentro de um espaço na agenda do Papa, em um encontro com os religiosos que ocorreria no [ginásio de esportes] Gigantinho. Foram cinco minutos de audiência. O padre Jorge Oscar Adur nunca chegou. Nós temos todas as informações, o rol de passageiros do ônibus, enfim, toda a documentação – ele usava uma identidade falsa, no nome de Pedro Ramon Altamirando. Nesta mesma noite de 26 de junho de 1980, em um ônibus da empresa brasileira Pluma, desapareceu Lorenzo Ismael Viñas. Foi no mesmo dia,

13 Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Puebla de los Angeles, México, entre 27-01 e 13-02-1979. (Nota da IHU On-Line)

em ônibus diferentes. Isso aconteceu em 1980, já depois da Anistia. E o lamentável é que a Justiça brasileira não deu a menor importância. Também o Executivo, o Ministério da Justiça, não deu a menor importância ao fato e não se fez absolutamente nada. O que é uma vergonha para nós, brasileiros.

### **IHU On-Line – Que forças disputavam o poder político no Estado no momento do golpe civil-militar? Como suas lideranças reagiram ao golpe?**

**Jair Krischke** – Para responder, temos que olhar um pouquinho atrás. O golpe de 1964 teve antecedentes. Eu vou me situar em 1961, quando do Movimento da Legalidade. O governador era Leonel Brizola. Com a renúncia do presidente Jânio Quadros, quem deveria assumir, segundo a Constituição vigente, era o vice-presidente eleito, João Goulart, que se encontrava em visita oficial à China. É muito importante referir isso para entender os dias atuais. Então, João Goulart vem regressando, pela rota do Pacífico. Para em Montevidéu, Uruguai, e fica esperando. Leonel Brizola toma a dianteira aqui, numa ação de resistência contra o golpe, que se chamou Movimento da Legalidade, porque a Constituição dizia que, na renúncia, no impedimento do presidente, assumiria o vice. A *Legalidade* era Jango assumir. Essa iniciativa de usar rádio – e nos dias atuais eu vejo o rádio substituído pela internet (rede social), pois nós não podemos deixar de fazer uma certa comparação daquele fato com os episódios recentes da Primavera Árabe, quando pelas redes sociais se recrutaram pessoas, houve uma grande movimentação –, Leonel Brizola foi o pioneiro, só que usando o rádio. Então, estabeleceu-se uma resistência, o que fez com que os militares tivessem que negociar. Uma comitiva foi a Montevidéu negociar com João Goulart, dizendo que ele poderia assumir como presidente, mas que se modificaria o regime de presidencialista para parlamentarista. Esta seria a única forma que os militares aceitariam.

Desta comitiva que foi encontrar com João Goulart em Montevidéu, eu gostaria de destacar duas figuras: Tancredo Neves e o então coronel Ernesto

Geisel. Veja como é a vida! João Goulart aceitou [os termos da negociação] e decidiu voltar ao Brasil para assumir o cargo de presidente no regime parlamentarista (reina mas não governa). Primeiro-ministro aprovado: Tancredo Neves; porque Tancredo Neves era o nome aceito pelos militares. E assim foi. De qualquer forma, tivemos aí o fracasso de uma tentativa de golpe. João Goulart, com muita habilidade, convocou depois um plebiscito nacional para que o povo se manifestasse se preferia o regime parlamentarista ou desejava voltar ao presidencialismo, opção que venceu por uma diferença abissal. Assim, voltou-se ao regime presidencialista. Mas os golpistas não pararam de trabalhar, especialmente assistidos pelos norte-americanos. Isso está claríssimo, a história registra com abundância. E aí advém o golpe de 1º de abril de 1964.

Eu quis fazer este retrospecto pelo seguinte: ainda ontem eu recebi um artigo muito bem escrito que falava da transição que não termina nunca, a transição interminável<sup>14</sup>. Mas eu digo que não é transição, é transação. É bastante diferente. Porque, depois de 21 anos de ditadura no Brasil, houve a maior mobilização de massas até hoje vista, o movimento Diretas Já, que mobilizou o povo brasileiro como nunca. Também nunca mais se repetiu. A ditadura resistiu e, através do colégio eleitoral [eleição indireta, realizada pelo Congresso Nacional], elegeu quem? Tancredo Neves. Isso é a prova cabal de que houve uma transação. Aquele mesmo Tancredo Neves que serviu aos militares lá em 1961 e, em 1985, novamente servia como uma luva aos propósitos da ditadura. Estamos frente a uma clara transação, por esta razão, interminável deste processo, e, até os dias de hoje, não conseguimos conviver com uma democracia plena. É por isso que não se abrem arquivos da ditadura militar, é por isso que a Comissão Nacional da Verdade tem dificuldades para avançar. É fruto disso.

#### IHU On-Line – É possível fazer uma comparação entre o comporta-

14 SAFATLE, Vladimir. A eterna transição. *Carta Capital*. Política. Opinião. Publicado em 24 fev. 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/OtkHmV>>. (Nota da IHU On-Line)

## “O mesmo Tancredo Neves que serviu aos militares lá em 1961, em 1985 novamente servia como uma luva aos propósitos da ditadura”

### mento da população gaúcha durante o Movimento da Legalidade e o comportamento da mesma população no momento do golpe civil-militar de 1964?

**Jair Krischke** – Em 1964 nós não tínhamos mais Leonel Brizola no governo do Estado, nós tínhamos Ildo Meneghetti<sup>15</sup>, um político tradicional, conservador, já com uma idade bastante avançada, e muito manipulável. E, não se tendo a possibilidade, a estrutura, para realizar a resistência, tudo fica muito difícil. Foi o que aconteceu. Além do mais, o golpe já era algo anunciado, só não sabíamos como seria; intuía-se que iria acontecer o golpe. Eu diria que a ditadura temia os comandos chamados Grupo dos onze<sup>16</sup>, criados por Leonel Brizola, mas que se mostraram absolutamente desarticulados, não tinham condições de resistir coisíssima nenhuma.

Esta ditadura é a ditadura da mentira. Toda sua trajetória é a trajetória da mentira, do engodo, quan-

15 **Ildo Meneghetti** (1895-1980): engenheiro e político brasileiro. Foi prefeito de Porto Alegre por duas vezes e governador do estado do Rio Grande do Sul também por duas vezes. (Nota da IHU On-Line)

16 **Grupo dos onze**: denominação de grupos de militantes sob a influência de Brizola, integrado por onze pessoas, uma das quais estava ligada a outro grupo dos onze, e assim sucessivamente, organizando uma rede de apoiadores às reformas de base implementadas por João Goulart, rede esta que fracassou na tentativa de resistência ao golpe de 1964. (Nota da IHU On-Line)

do as pessoas são vergonhosamente enganadas. A começar pela data. Eles dizem que a suposta revolução, que na verdade nada mais foi do que um golpe, ocorreu em 31-03-1964. Que 31 de março coisíssima nenhuma! O golpe ocorreu na madrugada de 1º para 02 de abril de 1964, quando o Congresso Nacional declarou vago o cargo de Presidente da República, pois o presidente já não se encontrava em território nacional. As tropas do general Olympio Mourão Filho [que já havia participado do integralismo, movimento de inspiração fascista] acamparam no Rio de Janeiro, no estádio do Maracanã, no dia 02 de abril. João Goulart ainda estava publicamente no Brasil no dia 02 de abril!

Vê como mentiam! E ainda hoje os simpatizantes desta ditadura seguem mentindo. Mas veja, em reunião no dia 02-04-1964, na casa do comandante do 3º Exército – era assim chamado o atual Comando Militar do Sul –, lá nos altos da rua Cristóvão Colombo, em Porto Alegre, quando Brizola incitou João Goulart a resistir, a nomeá-lo ministro da Justiça e, ao comandante do 3º Exército, [general Ladário Teles,] ministro da Guerra, justamente para resistir, João Goulart não quis. Hoje, tem-se mais e melhores informações sobre estes fatos. João Goulart estava a par de que um dos projetos elaborados pelos norte-americanos seria o de invadir o Brasil pelo estado do Espírito Santo e, a partir daí, estabelecer uma divisão, prática que eles já tinham levado a efeito na Coreia e no Vietnã. Teríamos então o Brasil do Norte e o Brasil do Sul. Hoje se tem boa documentação para constatar isso.

### IHU On-Line – O senhor citou a importância do Movimento da Legalidade para entendermos o momento posterior do golpe. Na Legalidade, sargentos lotados na Base Aérea de Canoas impediram que oficiais decolassem com caças da FAB para bombardear o Palácio Piratini. Em 1964, qual foi a reação dos militares contrários ao golpe diante da derrubada do presidente?

**Jair Krischke** – Esse fato de 1961 foi um lindo episódio. Oficiais reacionários tinham decidido decolar da Base Aérea e bombardear o Palácio

Piratini com Leonel Brizola dentro e todo mundo mais que ali estava. Então os sargentos esvaziaram os pneus dos caças. Em outros casos, atravessaram caminhões na frente dos aviões. Nós temos, no Movimento de Justiça e Direitos Humanos, um depoimento lindíssimo de uma pessoa que estava lá e resistiu. Não foram só os sargentos. Alguns oficiais resistiram junto com os sargentos. Ao afirmar isso, lembro-me do querido amigo, de saudosa memória, capitão aviador Alfredo Ribeiro Daudt.

Em 1964, segmentos militares importantes estavam dispostos a resistir, entre eles os sargentos, que organizaram a resistência em Porto Alegre e também no interior do Estado. Estavam dispostos a resistir, sim. Nessa reunião que mencionei, realizada na madrugada de 02-04-1964, na casa do comandante do 3º Exército, o comandante estava disposto a resistir. Com esta postura, ele acabou sendo preso depois.

Em 1966, vieram para Porto Alegre mais de vinte sargentos, com armas e munição, para daqui dar início a uma resistência, que só não aconteceu porque um de seus membros acabou preso. Refiro-me ao sargento Manoel Raimundo Soares, assassinado no episódio que ficou conhecido como Caso das Mãos Amarradas – seu corpo apareceu boiando no Rio Jacuí. Com a queda do sargento Manoel Raimundo, este grupo que estava aqui com armas e munição para iniciar uma ação de resistência à ditadura acabou sendo desarticulado. Quero chamar a atenção para o fato de que o sargento Manoel Raimundo Soares morreu sob tortura porque não entregou, não delatou seus companheiros.

**IHU On-Line – O sargento Manoel Raimundo Soares era um dos líderes deste movimento? Que destino foi dado às armas e munições arrecadadas pelos sargentos?**

**Jair Krischke** – Ele era um dos líderes, sim. Daqui estas armas e munições partiram para Caparaó, para a famosa Guerrilha do Caparaó, na divisa entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo [uma das primeiras insurgências armadas organizadas contra o golpe civil-militar de 1964].

**IHU On-Line – A postura do presidente João Goulart de evitar o derramamento de sangue teria contribuído para que estes militares contrários ao golpe não desencadeassem uma reação mais intensa ao golpe de 1964?**

**Jair Krischke** – Sim. Seria necessário um comando maior para que essa reação ocorresse. João Goulart certamente tinha um bom nível de informação para não querer resistir. Mas sou capaz de afirmar muito categoricamente que o que mais influenciou na sua decisão foi a traição de seu compadre, o general Amauri Krueel, que era o comandante do 2º Exército, com sede em São Paulo. Amauri Krueel era compadre de Jango, e o traiu. A imprensa brasileira não deu maior destaque, mas, recentemente, na Comissão da Verdade de São Paulo, um coronel do Exército contou que, para aderir ao golpe, Amauri Krueel recebeu duas malas cheias de dólares da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp<sup>17</sup>.

**IHU On-Line – Em 1966, a resistência nos meios militares se resumia a este grupo de sargentos ou havia outros militares organizados?**

**Jair Krischke** – Há um episódio anterior, de 1965, que é a Guerrilha de Três Passos, no Rio Grande do Sul. Este grupo partiu de Montevidéu, sob o comando do coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório. Isso ocorreu em março de 1965. O grupo era composto por vários militares que estavam exilados no Uruguai, mais um grupo de homens do interior do Rio Grande, quase todos participantes dos Grupos dos onze.

Eles ingressam no Rio Grande do Sul por Santana do Livramento, seguindo para São Sepé, Catuípe e, finalmente, Campo Novo, onde realizaram um pequeno treinamento militar. O coronel Jefferson costumava dizer: “eu não posso admitir que estes golpistas completem um ano no poder sem nenhuma resistência”. A Guerrilha de Três Passos é muito pouco falada, mas está muito bem documentada.

<sup>17</sup> Sobre o assunto, ver *Comissão Municipal da Verdade ouve coronel do Exército sobre suborno a militar*, publicada nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU, em 28-02-2014, disponível em <http://bit.ly/ihu280214>.

**IHU On-Line – Que fatores contribuíram para o sentimento de impunidade que imperava entre os militares golpistas, a ponto de praticarem atos de barbárie e de tortura durante a ditadura militar?**

**Jair Krischke** – Vamos conjugar o verbo no tempo correto: este sentimento de impunidade prevalece até agora, e faz os militares parecerem meninas moças quando impõem que não se pode falar desses assuntos – eles ficam nervosíssimos. A questão principal que permanece até agora é que o golpe é fruto de uma doutrina, que independe de humores. A *doutrina da segurança nacional* foi a grande novidade que nos trouxe o golpe de 1964. Com ele, pela primeira vez chega à América Latina e tem vigência plena a doutrina de segurança nacional, muito trabalhada na Escola Superior de Guerra. E tudo isso tem a ver com o trabalho do nosso conterrâneo, de má memória, Golbery do Couto e Silva<sup>18</sup>, que adotou a doutrina de segurança nacional com um outro elemento pouquíssimo falado, que é a *guerra de contrainsurgência*.

Para resumir bastante, a doutrina de segurança nacional, quando começa a ser elaborada, tem inspiração na geopolítica, que depois gera o pangermanismo, que, por sua vez, gera o nazismo. Resumindo bem resumidamente seu pensamento: todo o gesto humano é um gesto de guerra, a favor ou contra. O professor na sua cátedra está praticando um gesto de guerra, o padre no púlpito está praticando um gesto de guerra. Todos nós, desde o operário na fábrica ao estudante na universidade, permanentemente praticamos atos de guerra.

O primeiro trabalho elaborado na América Latina sobre a guerra de contrainsurgência é de 1957, de um pensamento militar francês elaborado apenas dois anos antes, em 1955, e que diz respeito à derrota francesa no Vietnã, a Argélia “pegando fogo”. Neste momento, os franceses se dão conta de que aquela formação convencional do militar não tem mais valor. Agora a guerra era diferente. E aí elaboram um pensamento que,

<sup>18</sup> Golbery do Couto e Silva (1911-1987): militar e geopolítico brasileiro. Destacou-se como teórico do movimento político-militar de 1964. (Nota da IHU On-Line)

aqui no Brasil, acaba tendo um espaço muitíssimo grande, inclusive com a presença do então coronel Paul Aussaresses<sup>19</sup>, que foi adido militar francês no Brasil, professor na Escola Nacional de Informações (em Brasília), e também instrutor no Centro de Instrução de Guerra na Selva (Manaus).

Este pensamento, do qual eu discordo profunda, total e absolutamente, mas reconheço que é um pensamento tão forte que empolgou os militares, os quais, muito semelhantemente aos seguidores de Adolf Hitler, até hoje dizem que prestaram um grande serviço ao Brasil – Hitler dizia que estava prestando um grande serviço à humanidade. Por favor! É por isso que eles têm não só este sentimento de impunidade, mas uma cartilha na qual eles rezam todos os dias. Quando na verdade foram “bárbaros”. Dizem que havia uma guerra, mas que guerra? Até esta coisa mais absurda que o ser humano pratica, que é a guerra, tem convenção – a Convenção de Genebra, que determina, por exemplo, que os inimigos presos não sejam torturados, tendo apenas a obrigação de revelar o nome e a patente. E, aos inimigos mortos em combate, com respeito devem ser enterrados, registrando-se o local e demais dados que ajudem em uma posterior identificação, facilitando, assim, que os corpos sejam entregues aos seus familiares. Nada disso foi observado durante a ditadura militar no Brasil. Romperam até com as regras da guerra e foram covardes. Aliás, têm sido covardes até hoje, porque não assumem os crimes que praticaram, os crimes de lesa humanidade.

**IHU On-Line – O senhor vê um desdobramento do pensamento da guerra de contrainsurgência nas iniciativas de repressão às manifestações populares hoje em implementação no Brasil?**

**Jair Krischke** – Lamentavelmente, este é o pensamento militar ainda vigente hoje, não só no Brasil, mas em geral nas forças armadas da América

“Os militares, muito semelhantemente aos seguidores de Adolf Hitler, até hoje dizem que prestaram um grande serviço ao Brasil. Hitler dizia que estava prestando um serviço à humanidade”

Latina. Frente a estas mobilizações, junto às questões que envolvem a Copa do Mundo de 2014, quando os olhos do mundo vão estar voltados para o Brasil, os militares foram chamados. Não se pode admitir isso. E é aí que se dá o problema.

**IHU On-Line – A chamada segurança pública é uma questão das forças policiais, não dos militares...**

**Jair Krischke** – A presidenta Dilma Rousseff chamou os militares no Palácio do Planalto para dizer: “eu quero que a Copa aconteça. Os senhores são responsáveis pela segurança”. Disse um general: “presidenta, isso é atribuição da polícia, não é nossa”. “General, o senhor já está escalado. O senhor será o responsável pela segurança”. Esse diálogo foi relatado por alguém que estava lá. Verdade ou não, o resultado final foi péssimo<sup>20</sup>.

Sim, esta é claramente uma questão de polícia. A segurança pública é uma questão de polícia, não é

uma questão militar, absolutamente, porque eles, os militares, estão totalmente despreparados para tal função. Mas agora, frente à incompetência da chamada polícia militar brasileira, seremos forçados a conviver com o mal maior. Nossa presidenta acabou por cometer um lamentável e terrível equívoco.

**IHU On-Line – Gostaria de adicionar algo?**

**Jair Krischke** – Trata-se da questão da impunidade. Os militares brasileiros estão convencidos de que cumpriram bem o seu papel. Com aquele viés golpista, puritanista, eles estão convencidos, sim, de que fizeram um bem para o país, quando, na verdade, nos infelicitaram e atrasaram o Brasil com duas décadas perdidas. E não admitem responder sobre seus crimes de lesa humanidade.

## Leia mais...

- *Operação Condor: novas revelações.* Entrevista especial com Jair Krischke, de 24-03-2013, disponível em <http://bit.ly/1h3JBzr>
- *“A Lei de Anistia é uma autoanistia”.* Entrevista especial com Jair Krischke, de 25-05-2012, disponível em <http://bit.ly/1dBm2mX>
- *Comissão da Verdade e consolidação da democracia.* Entrevista especial com Jair Krischke, em 20-09-2011, disponível em <http://bit.ly/1dBmKd>
- *Governo Dilma: as esperanças para a Comissão da Verdade.* Entrevista especial com Jair Krischke, em 07-01-2011, disponível em <http://bit.ly/1o8HXGm>
- *PNDH-3. Verdade, justiça e reparação.* Entrevista especial com Jair Krischke, em 09-01-2010, disponível em <http://bit.ly/1hFduHc>
- *Os 30 anos da anistia no Brasil.* Entrevista especial com Jair Krischke em 31-08-2009, disponível em <http://bit.ly/1jEb16G>
- *“Quem inaugurou a Operação Condor, quando sequer havia esse nome, foi o Brasil”.* Entrevista com Jair Krischke, em 01-02-2008, disponível em <http://bit.ly/1dBIJbN>

<sup>19</sup> Paul Aussaresses (1918 - 2013): General francês que lutou durante a 2ª Guerra Mundial, a Guerra da Indochina e a Guerra da Argélia. Seus métodos causaram grandes controvérsias. (Nota da IHU On-Line)

<sup>20</sup> Ver conteúdo da Portaria Normativa nº 3.461/MD, de 19 dez. 2013, que dispõe sobre a “Garantia da Lei e da Ordem, disponível em <http://bit.ly/1kAFt11>. (Nota do entrevistado)

# “Não há tema mais atual do que a memória”

José Carlos Moreira analisa as relações entre empresários e militares e o favorecimento aos simpatizantes do regime com financiamentos e contratos públicos

POR RICARDO MACHADO E LUCIANO GALLAS

“Durante um bom tempo a política econômica implementada a fórceps pelos governos militares favoreceu largamente as elites empresariais e o capital estrangeiro no Brasil. Houve um forte estímulo e crescimento das exportações, trazendo uma sensação de euforia que ficou conhecida como ‘milagre econômico’”, afirma José Carlos Moreira. “Aproveitando o crescimento das importações e o afluxo maior do capital estrangeiro, a ditadura reprimiu violentamente as demandas trabalhistas. O arrocho salarial foi praticamente uma constante ao longo dos 21 anos de ditadura, houve quase nenhuma política expressiva ou destinação de recursos significativos para a educação e a saúde, o crescimento da dívida externa foi exponencial, chegando a 43 bilhões e meio de dólares em 1978. Em 1984, já no finzinho da ditadura, e após o ‘milagre’ ter se dissipado e a recessão ter imperado, tinha-se uma inflação anual de 224% e a dívida externa continuava alta”, complementa.

José Carlos Moreira também nesta entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, destaca a relevância e atualidade da memória enquanto tema. “Como ensinou Benjamin<sup>1</sup>, a realidade do passado não é composta apenas dos fatos ocorridos, mas também dos sonhos, projetos e vidas que não prosperaram. A vida pulsa no instante em que o apelo por justiça e reconhecimento é ouvido no presente e transformado em gesto de interrupção do ciclo automático do progresso,

que sempre é indiferente às florezinhas pisoteadas pelo caminho, sempre colocando em primeiro lugar a técnica e o dinheiro, e deixando em segundo plano as vidas, os desejos, as emoções, as pessoas em suas manifestações e identidades plurais”, pondera o professor. “Quem fará esta sociedade mais inclusiva e humana seremos nós, sempre aqui e agora, e não porque pensemos nos nossos filhos e netos, mas justamente porque recolhemos as vozes e os sonhos dos nossos pais e avós. Entender o passado como morto é o caminho mais rápido para eliminarmos o nosso futuro”, continua.

José Carlos Moreira da Silva Filho possui doutorado em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná – UFPR; mestrado em Teoria e Filosofia do Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e bacharelado em Direito pela Universidade de Brasília – UnB. Atualmente, é professor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, exercendo a atividade tanto no Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais quanto na graduação em Direito. É também vice-presidente da Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça; coordenador do grupo de estudos Direito à Verdade e à Memória e Justiça de Transição; membro-fundador do grupo de estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição – Ijust.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – De que maneira a sociedade civil deu guarida e susten-**

**tação ao golpe civil-militar de 1964?**

**José Carlos Moreira** – Dificilmente uma ditadura de 21 anos conseguiria manter-se em um país de dimensões continentais como o Brasil sem que houvesse, desde o início, o apoio de parte expressiva da sociedade civil. Tal apoio, contudo, é conduzido pelos interesses de uma parcela minoritária desta sociedade, em especial a elite econômica. A aposta feita pelo

Partido Comunista Brasileiro e até pelo programa de reformas deflagrado pelo presidente João Goulart de que o Brasil seria impulsionado por uma burguesia nacionalista naufragou. Ao contrário, temerosos com as políticas de restrição da remessa de lucros para o exterior, da realização da reforma agrária, da alfabetização política via método Paulo Freire, do aumento de salário dos trabalhadores

<sup>1</sup> **Walter Benjamin** (1892-1940): filósofo alemão. Foi refugiado judeu e, diante da perspectiva de ser capturado pelos nazistas, preferiu o suicídio. Um dos principais pensadores da Escola de Frankfurt. Sobre Benjamin, confira a entrevista **Walter Benjamin e o império do instante**, concedida pelo filósofo espanhol José Antonio Zamora à **IHU On-Line** nº 313, disponível em <http://bit.ly/zamora313>.

e efetiva implementação de garantias e direitos para o setor, de estímulo à organização sindical autônoma, de nacionalização de certos setores produtivos, a burguesia brasileira aliou-se ao majoritário grupo de militares e ao seu atávico sentimento anticomunista, urdido desde o início do século XX.

A opção desta aliança, sacramentada simbolicamente com o financiamento da Operação Bandeirantes em São Paulo pela maciça maioria dos empresários paulistas, que concordaram em contribuir com o “chapéu” passado pelo diretor do Grupo Ultra, Henry Boilesen, como bem evidencia o excelente documentário *Cidadão Boilesen*, de Chaim Litewsky (2009), foi a do alinhamento aos macrointeresses estadunidenses e aos grandes conglomerados internacionais, perfilando-se à *doutrina de segurança nacional* ensinada pelos militares dos Estados Unidos aos militares brasileiros desde pelo menos a Segunda Guerra Mundial, o que era reforçado pela elite militar intelectual e acadêmica que grassava na Escola Superior de Guerra, na qual um dos membros mais destacados era justamente o artífice do golpe e futuro líder do primeiro governo ditatorial do período, o general Humberto Castello Branco. Naquela época de amplas oportunidades de lucro para as grandes corporações multinacionais e de uma disputa acirrada entre os blocos estadunidense e soviético, não era tolerável pelos setores alinhados aos EUA a manutenção de um governo que adotasse as políticas nacionalistas e sociais que Jango vinha tentando implementar. Daí a conspiração com largo apoio do governo estadunidense e suas agências e a fabricação da atmosfera paranoica do chamado “perigo vermelho”. Esta foi a opção da nossa “burguesia” supostamente nacionalista.

Houve também o apoio dos setores mais conservadores da Igreja Católica, tão ou mais anticomunistas que os próprios militares. A imprensa, de modo quase unânime, também participou da conspiração e apoiou o golpe desde o primeiro instante, estando os seus donos atrelados de maneira profunda aos interesses da elite econômica. Grupos hoje muito poderosos como as Organizações Globo cresceram vertiginosamente com o apoio da

ditadura. Alimentaram o seu império no ninho da repressão. Os jornalistas como Samuel Wainer<sup>2</sup>, do jornal Última Hora, contrários à ditadura, sofreram as consequências com empastelamentos, perseguições e, finalmente, o fechamento dos seus veículos. E no meio disto tudo, a presença de uma classe média temerosa de perder os seus privilégios com as políticas de redistribuição de renda propostas por Jango, ou enfeitada pelo canto da sereia do anticomunismo paranoico e pelo anúncio fantasioso de uma revolução comunista no país, ou simplesmente, herdeira de uma cultura escravocrata e autoritária. As camadas mais pobres, apoiadas pelos setores minoritários das classes médias, como setores da Igreja mais abertos, grupos expressivos de intelectuais, estudantes e artistas, bem como políticos mais alinhados à esquerda, trabalhadores mais organizados e uma minoria de militares, não estavam empoderadas ou preparadas suficientemente para fazer frente ao golpe, tanto que nem sequer houve resistência à queda de Jango, e a tentativa depois esboçada foi violentamente massacrada.

Durante um bom tempo a política econômica implementada a fórceps pelos governos militares favoreceu largamente as elites empresariais e o capital estrangeiro no Brasil. Houve um forte estímulo e crescimento das exportações, trazendo uma sensação de euforia que ficou conhecida como “milagre econômico”. De fato, a balança econômica externa melhorou em relação ao momento de crise que vivia Jango. Contudo, tal melhora não se refletiu em melhoria de vida para os setores populares. Aproveitando o crescimento das importações e o afluxo maior do capital estrangeiro, a ditadura reprimiu violentamente as demandas trabalhistas. O arrocho salarial foi praticamente uma constante ao longo dos 21 anos de ditadura, houve quase nenhuma política expressiva ou destinação de recursos significativos para a educação e a saú-

<sup>2</sup> Samuel Wainer (1910 - 1980): Jornalista brasileiro, fundador, editor-chefe e diretor do jornal Última Hora. Exerceu papel importante no governo de Getúlio Vargas, sendo ele próprio o redator de alguns dos discursos ou declarações de Vargas - fato que lhe garantiu o apelido de “Profeta”. (Nota da IHU On-Line)

de, o crescimento da dívida externa foi exponencial, chegando a 43 bilhões e meio de dólares em 1978 (para se ter uma ideia do crescimento da dívida, em 1966 ela era de 4 bilhões e meio de dólares). Em 1984, já no finzinho da ditadura, e após o “milagre” ter se dissipado e a recessão ter imperado, tinha-se uma inflação anual de 224% e a dívida externa continuava alta.

Os políticos e empresas que foram fiéis ao regime tinham as denúncias de corrupção arquivadas e eram favorecidos no acesso aos financiamentos e contratos públicos. A corrupção era endêmica e era favorecida pela total ausência de transparência das ações públicas e pela rigorosa censura implementada, sem falar que a própria imprensa, de modo majoritário, era fiel ao regime. É bom lembrar disto antes de concordar com o já batido bordão de que “na ditadura não havia corrupção”. Mentira feia.

#### **IHU On-Line – Como explicar um Estado que se desenvolve defendendo uma liberdade ampla ao mercado e uma liberdade mínima à democracia? Como isso é atualizado no século XXI?**

**José Carlos Moreira** – O liberalismo econômico não necessita da democracia para funcionar muito bem, especialmente em sua versão monopolista e financeira. Isto fica claro no que disse na resposta anterior. O mercado não é nada democrático, tende a favorecer sempre os mais poderosos e os que possuem mais recursos, com uma ajuda sempre providencial do Estado quando isto for necessário, como se viu na grande crise financeira mundial ocorrida em 2008, ou como se viu nos regimes ditatoriais da segunda metade do século passado na América Latina. Os mais fracos são simplesmente descartados, não há lugar para eles. Quanto ao que vivemos no século XXI, as liberdades são toleradas até o momento em que não ameaçam seriamente os interesses dos grandes atores do mercado. As tendências contra-hegemônicas conseguem algumas vitórias sim, muitas delas simbólicas, mas não são páreo, de um modo geral, para o poder econômico assim entendido. Em uma sociedade de mercado, paradoxalmente, o Estado é indispensável para que, através

de políticas sociais, ao menos se possa obter alguma melhora na busca da diminuição da desigualdade. É uma luta difícil, mas certamente muito mais favorecida por um regime democrático do que por uma ditadura.

**IHU On-Line – Comentaste do temor em relação ao comunismo criado na década de 1960. Atualmente, há um projeto de lei que visa classificar o movimento *black bloc* como terrorista. Como essas sutilezas contaminam o imaginário coletivo criando um ambiente favorável a posturas golpistas?**

**José Carlos Moreira** – Analisando o caso brasileiro, fica claro que a chamada “ameaça vermelha” era um fantasma muito conveniente para que diferentes setores da elite brasileira (empresários, donos de meios de comunicação, autoridades eclesiásticas, latifundiários, famílias abastadas, entre outros), incomodados com as reformas que o presidente João Goulart buscava encaminhar, conseguissem manter os seus privilégios e aumentar ainda mais o fosso de desigualdade entre eles e a grande massa popular. Tal fantasma também foi conveniente aos interesses geopolíticos do governo estadunidense em manter a liderança econômica, política e militar na América Latina, já fracionada pela Revolução Cubana<sup>3</sup>, sem falar das grandes empresas transnacionais que chegaram inclusive a financiar a repressão a opositores políticos e a perseguir sistematicamente trabalhadores considerados subversivos.

No início da década de 1960 não estavam postas as condições objetivas para que ocorresse uma tomada violenta de poder voltada ao espectro esquerdo da política nacional. O Partido com maior poder de penetração popular era o Partidão<sup>4</sup>. O que pregava o

PCB, no entanto, não era a luta armada e sim o apoio às reformas de base do Jango e ao empresariado nacionalista. A passagem ao socialismo deveria ser gradual. Sem dúvida que existiam grupos de esquerda que eram favoráveis a uma ação política mais radical e violenta, como o PCdoB<sup>5</sup>, por exemplo, mas tais grupos eram pequenos e não tinham nem condições materiais e nem políticas para sequer imaginarem a concretização de uma ação como esta.

Como restou muito claramente evidenciado no filme *O dia que durou 21 anos* (Camilo Tavares. 2012), houve uma ação concertada entre órgãos de inteligência dos EUA e setores contrários às reformas de Jango na ala direita da política para criar um ambiente paranoico e fantasioso em torno de um suposto e iminente golpe comunista que estaria prestes a ser dado. Dois órgãos que se destacaram nesta propaganda anticomunista foram o IPES<sup>6</sup> e o IBAD<sup>7</sup>, que recebiam mundos e fundos diretamente enviados dos EUA. A própria Marcha da Família com Deus e pela Liberdade foi um produto oriundo desta arquitetura golpista e financia-

sobre fundo vermelho, simbolizando a união entre os trabalhadores do campo e da cidade. (Nota da IHU On-Line)

**5 PCdoB** (Partido Comunista do Brasil): fundado em 1962 a partir de uma cisão do PCB - que, originalmente, se chamava Partido Comunista do Brasil e que, após a cisão do início da década de 1960, manteve a sigla e mudou o nome; enquanto o novo partido criado manteve o nome e mudaria a sigla (para PCdoB). Assim como o PCB, possui como símbolo uma foice e um martelo cruzados em amarelo sobre um fundo vermelho. (Nota da IHU On-Line)

**6 IPES** (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais): entidade anticomunista fundada em novembro de 1961 por Augusto Trajano de Azevedo Antunes (ligado à Caemi) e Antônio Gallotti (ligado à Light), constituindo-se em um dos principais núcleos de oposição e lançando-se em campanha contra o governo João Goulart. Sua sede, localizada em um arranha-céu na região central do Rio de Janeiro, possuía 13 salas. Reunia diversos movimentos de direita. (Nota da IHU On-Line)

**7 IBAD** (Instituto Brasileiro de Ação Democrática): organização anticomunista fundada em maio de 1959 por Ivan Haslocher. Reunia vários empresários, entre os quais Gilbert Huber Jr, Glycon de Paiva e Paulo Ayres Filho. Possuía ligações com a CIA estadunidense. Foi extinto em dezembro de 1963 por ordem judicial. (Nota da IHU On-Line)

do pela *Central Intelligence Agency* – CIA (Agência Central de Inteligência).

É incrível que, com tantas evidências históricas sobre a inexistência de uma possibilidade real de um golpe de esquerda no Brasil, muitos jornalistas, professores, militares e cidadãos em geral insistam na tese do “perigo vermelho”. Em 2010, chegamos ao ponto de um juiz da nossa Suprema Corte afirmar que a ditadura “foi um mal necessário” para afastar tal perigo.

A conexão existente na pergunta entre a criação de um ambiente paranoico fantasioso e a ação autoritária no âmbito institucional foi exatamente a que eu procurei fazer em um pequeno artigo enviado ao jornal Zero Hora, publicado no dia 19-02-2014<sup>8</sup>, para criticar o projeto de lei, ora em debate no Congresso Nacional, que procura tipificar o crime de terrorismo no Brasil. Tal episódio nos mostra o quão frágil é a nossa democracia, ainda que tenhamos evidentemente avançado após o final da ditadura. É preciso ter clareza que o sistema político hoje em vigor – assim como o da segurança pública, inúmeras práticas e regulamentos administrativos, o modelo tributário e outras estruturas institucionais – não se alterou substancialmente desde o período ditatorial. Tal contexto favorece a possibilidade de que, mesmo em meio a um regime democrático formal, sejamos capazes de produzir normas autoritárias que, na prática, servirão para estimular e encobrir ações de violência policial e de criminalização de movimentos sociais. O conceito de terrorismo foi largamente aplicado no período ditatorial para estigmatizar, perseguir e desumanizar os grupos que procuraram resistir ao regime de exceção, independentemente de serem grupos armados ou não, de serem comunistas ou não, bastava ser oposição ao governo ditatorial fora dos mínimos espaços consentidos e controlados. Hoje no mundo não existe um consenso semântico a respeito do sentido da palavra “terrorismo”.

**8 Não carecemos de uma lei assim.** Artigo publicado nas Notícias do Dia, do sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, em 20 fev. 2014. Disponível em: <http://bit.ly/1piaQgq>. (Nota da IHU On-Line)

Apesar disso, a ação de grupos como a Al Qaeda<sup>9</sup> e o ETA<sup>10</sup> é a que mais se aproxima do que teríamos hoje como consenso.

Sobre isto digo duas coisas. A primeira é que raramente surge na legislação mundial e nos grandes veículos de mídia a explícita referência ao que poderia ser considerada a pior forma de terrorismo: aquela patrocinada pelo Estado. É a pior forma, pois o governo detém em suas mãos um aparelhamento bélico, burocrático, técnico e jurídico que nenhum outro grupo nacional pode igualar, a não ser em casos limites de guerra civil, sem falar que violenta a sua função principal, que é a de proteger os cidadãos. Logo, a eficiência em espalhar o terror e o medo na sociedade é exemplar.

A segunda observação é que no Brasil não temos nada que sequer chegue perto às características de grupos como a Al Qaeda e o ETA, nem há evidências da ação do primeiro na chamada Tríplice Fronteira [entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai]. O alvo evidente do projeto de lei que busca tipificar o terrorismo são as manifestações contra a Copa mais especificamente (tanto que estádios esportivos são considerados “bens essenciais”, cuja destruição pode tipificar o crime no projeto) e, mais geralmente, os movimentos sociais organizados e suas lideranças, aprofundando a tendência já existente de criminalização dos movimentos sociais.

Para terminar, dou apenas um exemplo do caráter artificial e seletista dos noticiários em geral quando apresentam os *black blocs* e “vândalos” como uma temível ameaça nacional. Primeiro, é necessário dizer que não concordo com as ações violentas

## “Como ensinou Benjamin, a realidade do passado não é composta apenas dos fatos ocorridos, mas também dos sonhos, projetos e vidas que não prosperaram”

de alguns pequenos grupos e pessoas que destroem bens públicos e estimulam o confronto. Tais ações são em primeiro lugar contraproducentes, pois dão o pretexto esperado para deslegitimar as mobilizações políticas nas ruas e para justificar (se é que dá pra justificar) a brutalidade das forças de segurança do país. Em segundo lugar, levam a um beco sem saída político, não estão atrelados a nenhum projeto para o país, não representam um grupo político com demandas e propostas concretas para a sociedade, não disputam o espaço democrático. De todo modo, é bom também filtrar as ações violentas que são obra da própria polícia, seja com a sua brutalidade habitual ao reprimir manifestantes (a porcentagem de mortos e feridos nas manifestações deve-se em sua grande maioria às ações da polícia), seja com agentes infiltrados que executam tais ações para que sejam imputadas aos “vândalos”, seja, por fim, com provocações armadas para causar comoção, como ocorre quando um ou outro agente policial resolve provocar grupos mais numerosos dispostos ao confronto sem que estejam devidamente equipados para evitar as prováveis agressões. Isto ocorreu por exemplo, como tive a chance de apurar junto aos próprios manifestan-

tes, na Marcha do MST ocorrida este ano na Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

Voltando ao exemplo que quero dar, é gritante a diferença de tratamento dado aos *black blocs*, incensados em repetidas manchetes como o bode expiatório do momento, e casos chocantes de violência policial. Não seria mais repugnante e grave o que ocorreu com a Dona Cláudia Ferreira da Silva<sup>11</sup> no Morro da Congonha, na cidade do Rio de Janeiro? Uma mulher negra, pobre, trabalhadora, que, ao ir comprar pão com mortadela na padaria para os seus filhos e sobrinhos, foi alvejada por uma bala disparada pela polícia, depois foi levada pelos policiais como se fosse um saco de cimento no bagageiro de um carro, no trajeto a porta abre e ela cai no asfalto, sendo arrastada por um bom tempo pelo carro, já que sua roupa ficou presa na porta. Avisados por motoristas que estavam próximos, os policiais não pararam. E só estamos sabendo disto porque alguém filmou o fato com o seu celular. Este nível de brutalidade por parte da polícia é cotidiano nessas comunidades, transformadas em verdadeiras zonas de exceção. Perto disto, os *black blocs* parecem um grupo de escoteiros.

### IHU On-Line – Por que o senhor sustenta que em regimes autoritários não há crime político?

**José Carlos Moreira** – Neste particular, eu concordo com o que escreveu Heleno Cláudio Frago em um livro publicado em 1981 (portanto, ainda durante a ditadura) e intitulado *Terrorismo e Criminalidade Política* (Rio de Janeiro: Forense, 1981). Ali ele pondera que a categoria do crime político aponta para um crime que se volta diretamente contra o Estado e a

<sup>11</sup> Cláudia Ferreira da Silva (1976-2014): Auxiliar de limpeza num hospital, mãe de 4 crianças, foi morta por engano em ação da PM no Rio de Janeiro. Comoveu o país ao ser retratada em vídeo após ter caído do porta-malas da viatura e ser arrastada no asfalto por 250 metros. Sobre o assunto, ver as *Notícias do Dia* do sítio do IHU, como em *Claudia Silva Ferreira: baleada, arrastada e morta pela PM. Até quando?*, de 20-03-2014, em <http://bit.ly/1rXkrf3> e *Caso Claudia: 72% dos socorridos por PMs não resistiram*, também em 20-03-2014, em <http://bit.ly/ihu200314>.

<sup>9</sup> Al Qaeda: Organização fundamentalista da extrema-direita islâmica, conhecida por práticas terroristas na África, Oriente Médio e América do Norte. Seu fundador e principal colaborador foi Osama bin Laden. (Nota da IHU On-Line)

<sup>10</sup> ETA (Euskadi Ta Askatasuna - basco para Pátria Basca e Liberdade): fundada em 1959 por dissidentes do Partido Nacionalista Basco - por sua vez, fundada em 1895 e que sobrevivera na clandestinidade durante a ditadura de Francisco Franco (1939-1975) na Espanha. É um grupo que procura a independência do País Basco (Euskal Herria), reivindicando as regiões nordeste da Espanha e sudoeste da França. (Nota da IHU On-Line)

ordem política e jurídica instituídas, visando a sua derrubada, mas que só configura crime se o Estado, alvo da ação tida como criminosa, for um Estado democrático, cujo governo seja legítimo, pois, do contrário, o que teremos é, de um lado, um governo usurpador, ilegítimo e, conseqüentemente, autoritário, e, de outro, grupos que exercem o seu legítimo direito de resistência. Por esta razão, por exemplo, considero inadequada a linguagem utilizada na inicial da ação que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, assinada por Fábio Konder Comparato<sup>12</sup>, ingressou no Supremo Tribunal Federal – STF para questionar a constitucionalidade da Lei de Anistia de 1979. O texto da petição inicial acaba, inadvertidamente, chancelando a linguagem da ditadura, pois afirma que os perseguidos políticos teriam praticado crimes políticos. Entendo que a estratégia era afirmar que os torturadores não praticavam crimes políticos ou conexos ao matarem e torturarem e, portanto, não poderiam ser alcançados pela anistia, mas realmente não concordo com esta linha de argumentação, primeiro porque os opositores da ditadura exerciam o direito de resistência, segundo porque os agentes da ditadura não praticavam crimes comuns, como afirmado na petição, e sim crimes contra a humanidade. Creio que faltou na inicial uma fundamentação mais robusta no campo do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

**IHU On-Line – A Lei da Anistia de 1979 serviu aos interesses militares, ao arranjar uma explicação para os crimes cometidos durante o regime de exceção?**

**José Carlos Moreira** – Você quer dizer “arranjar uma não explicação

<sup>12</sup> Fábio Konder Comparato (1936): advogado, escritor e jurista brasileiro, formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. É professor titular aposentado (em 2006) da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, doutor em Direito pela Universidade de Paris e doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra. Em 2009, recebeu o título de Professor Emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Recentemente, Comparato colaborou com o *Cadernos IHU ideias* nº205, intitulado *A memória do regime empresarial-militar brasileiro* (Nota da IHU On-Line)

para os crimes”, não é? Inclusive daqueles ocorridos após a edição da Lei em 1979, como foi o caso do Rio-centro, ocorrido em 1981. A Lei de Anistia de 1979 é um claro exemplo de legalismo autoritário, não só pelo modo antidemocrático como foi feita, ainda que até hoje vendida como um produto democrático ou um “acordo”, mas também pelo seu conteúdo. Está fora do conceito de democracia qualquer legislação que vise anistiar crimes contra a humanidade. É um limite substancial à vontade da maioria, mesmo quando ela exista (como no caso uruguaio), o que não é o caso no Brasil. É pedra assente e fundamental na ordem jurídica internacional o caráter imprescritível de tais crimes e a impossibilidade de que venham a ser anistiados, especialmente quando esta anistia significa ausência de investigação e responsabilização.

Veja, eu não sou favorável à pena de prisão perpétua ou à pena de morte para qualquer pessoa, mesmo para um genocida como o ditador Videla<sup>13</sup>, na Argentina. Também não acho que a prisão seja uma solução social aceitável para lidar com a criminalidade de modo geral, especialmente se estivermos tratando de crimes que não sejam contra a vida. É mais problema que solução. Mas, quando estamos lidando com crimes contra a humanidade, praticados pela própria organização estatal, que são realidade e categoria completamente diversa da dos crimes comuns, é inegável o impacto simbólico da punição na prevenção geral da violência estatal e na luta pela mudança da cultura institucional dos órgãos de justiça e segurança. A meu ver, são os crimes mais graves e os mais difíceis de serem responsabilizados (dado o envolvimento do próprio Estado e, não raro, de setores civis poderosos na sociedade). Não é à toa que são o alvo, ao menos teórico, quando se trata de certos países, das instâncias judiciais internacionais, como os tribunais *ad hoc* e, hoje em dia, do próprio Tribunal Penal Internacional. Também é preciso ponderar que uma investigação criminal tende a ter muito mais condições e poderes

<sup>13</sup> Jorge Rafael Videla (1925 - 2013): militar e ditador da Argentina, presidente entre 1976 e 1981. (Nota da IHU On-Line)

para descobrir fatos, documentos e narrativas que podem ficar completamente escondidos e afastados de uma Comissão da Verdade, por exemplo.

O Estado democrático tem o dever de usar todas as suas forças e recursos para a produção da “verdade” e o resgate da memória política. Resgatar a memória significa ser permeável às narrativas dos sobreviventes e a elas dar o devido lugar de destaque. Produzir a verdade significa franquear o acesso a todos os documentos públicos, colher os depoimentos dos agentes públicos e privados responsáveis e envolvidos, colher o testemunho dos sobreviventes, utilizar as arenas e palcos públicos disponíveis, dentre os quais se destacam os do âmbito criminal, para a investigação dos fatos. É certo que produzir esta verdade, ao meu juízo, é algo muito diferente de impor uma história oficial ou de atribuir ao resultado final da investigação o status de verdade definitiva. A academia historiográfica não irá e nem deverá fechar-se nas interpretações construídas até este momento. A pesquisa estará sempre em aberto, assim como também a possibilidade de novos documentos, fatos e narrativas. Nem mesmo o relatório final da Comissão da Verdade poderá ser encarado como um ponto final neste processo. Nossa agenda de transição ainda tem muito o que vencer. As pesquisas sobre o passado são coisa do futuro em um constante processo de presentificação do passado. Por tais razões, vejo como necessários os processos de responsabilização penal desses crimes, mesmo que, em um segundo momento, seja possível algum tipo de diminuição da pena, pois penso que o essencial não é punir, mas sinalizar para as responsabilidades, demarcando-as claramente no plano público, e contribuindo assim para uma cultura de não repetição desses crimes.

Creio que estamos avançando um pouco neste campo. Exemplo disto é a postura do Ministério Público Federal – MPF. Em evento recente ocorrido na cidade do Recife (10 a 14 de março de 2014), organizado pela Comissão de Anistia e voltado ao marco dos 50 anos do golpe e à necessidade de construirmos uma nova agenda de transição

política, na qual o relatório final da Comissão Nacional da Verdade é apenas o início, o combativo e qualificado grupo do MPF conhecido como “GT – Justiça de Transição” esteve em peso, e com a presença de promotores de outros países latino-americanos que também lidam com esses crimes, como Argentina, Uruguai e Guatemala, para, pela primeira vez na história do Brasil, prestar contas em público (um público qualificado, composto por familiares de mortos e desaparecidos políticos, militantes de direitos humanos, pesquisadores e acadêmicos oriundos de mais de 16 países, estudantes, professores e agentes públicos) das investigações e ações ora em curso que buscam responsabilizar os crimes da ditadura no Brasil, inclusive com a divulgação e distribuição de um relatório escrito e com a publicização de detalhes incríveis sobre a investigação do emblemático caso Riocentro. Mas, para que tudo isto dê resultado, é indispensável que a Lei de Anistia seja interpretada de acordo com a legislação internacional de Direitos Humanos, de acordo com a nossa Constituição e, inclusive, de acordo com a sentença condenatória do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund.

**IHU On-Line – Como o senhor avalia o trabalho da Comissão Nacional da Verdade? Como vê as críticas de que o grupo não pressiona por um posicionamento mais contundente da Presidência da República no sentido de abrir os documentos da época?**

**José Carlos Moreira** – Em primeiro lugar, é preciso ter claro que o trabalho da Comissão Nacional da Verdade não é o único dentro do processo de transição brasileiro. Antes dela, já vinham desenvolvendo um importante acúmulo a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos e a Comissão de Anistia. Ambas são comissões de reparação, mas que também vêm produzindo memória e verdade. Prova disto são, no caso da primeira, a publicação do livro/relatório contendo o resultado das investigações das circunstâncias das mortes e desaparecimentos de perseguidos políticos (o livro *Direito à Memória e à Verdade, Brasília: Secretaria Especial dos Di-*

## “O liberalismo econômico não necessita da democracia para funcionar muito bem, especialmente em sua versão monopolista e financeira”

*reitos Humanos, 2007*), e, no caso da Comissão de Anistia, dos julgamentos itinerantes de pedidos de reparação, conhecidos pelo nome de *Caravanas da Anistia*, e nos quais o testemunho dos sobreviventes encontra o seu melhor lugar até agora no espaço público brasileiro<sup>14</sup>. A Comissão de Anistia tem também produzido publicações acadêmicas a partir de seminários internacionais e mantido um periódico científico, já em seu oitavo volume, intitulado *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. Digno de menção é também o projeto *Marcas da Memória*, que já financiou dezenas de projetos culturais e científicos voltados ao resgate da memória política, dentre eles a produção de filmes (como *Repare Bem, Eu me lembro* e os documentários *Advogados contra ditadura* e *Militares que disseram não*, ambos dirigidos por Silvio Tendler).

A posição política da Comissão de Anistia sempre foi no sentido da responsabilização dos agentes públicos da ditadura que cometeram crimes

<sup>14</sup> Sobre o assunto, ver o artigo: SILVA FILHO, José Carlos Moreira da; OLIVEIRA, Roberta Cunha de. **Os testemunhos das vítimas e diálogo transgeracional: o lugar do testemunho na transição pós-ditadura civil-militar brasileira**. In: VESCOVI, Renata Conde (org.). *Psicanálise e Direito - uma abordagem interdisciplinar sobre ética, direito e responsabilidade*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud; Vitória, ES: ELPV, 2013. p.131-162.

de lesa-humanidade e da abertura dos arquivos, tendo contribuído com várias ações concretas nesta direção. A Comissão Nacional da Verdade, por outro lado, tem uma missão e um lugar institucional privilegiados em função da própria lei que a instituiu. Desde o início, contudo, assistimos a uma postura claudicante da Comissão, seja em relação à defesa da responsabilização pelos crimes da ditadura, seja em tornar públicas as suas sessões, especialmente os testemunhos, seja em exigir de maneira mais veemente a abertura dos arquivos das Forças Armadas. Tal hesitação manifestou-se, a meu ver, em dois aspectos. Primeiro, internamente, com um claro desacordo sobre estratégias, métodos e até mesmo opiniões políticas, culminando com brigas entre os comissionados e a saída de um deles. Em segundo lugar, ficou clara uma interferência férrea da Presidência da República no sentido de colocar panos quentes nas questões mais sensíveis aos militares, especialmente a discussão sobre a Lei de Anistia. Creio que associado a este segundo aspecto está a resistência das Forças Armadas em colaborar com os trabalhos, como se viu quando foi barrada a entrada da Comissão no Batalhão onde funcionava o DOI-Codi<sup>15</sup> no Rio de Janeiro. Esta resistência, é claro, advém da ausência de qualquer arrependimento pessoal dos altos oficiais e dos que hoje estão na reserva, e institucional, crendo-se até hoje nas escolas, academias e espaços militares que o golpe foi necessário e que a ditadura foi um grande bem para o país.

Apesar deste cenário, acredito que a Comissão Nacional da Verdade conseguiu avançar, e tem conseguido se tornar mais assertiva, especialmente devido à atuação da comissionada Rosa Cardoso<sup>16</sup> e de um ótimo grupo de

<sup>15</sup> DOI-Codi: sigla de Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna, órgão repressor criado pela ditadura militar brasileira e que funcionava como polícia política, responsável pela prisão e tortura de pessoas contrárias ao regime autoritário. (Nota da IHU On-Line)

<sup>16</sup> Rosa Maria Cardoso da Cunha (1946): Advogada e professora universitária. Criminalista, atuou em defesa de presos políticos no RJ, SP e no DF. Na advocacia tem trabalhado particularmente nos delitos previstos na legislação penal especial. Integrou o Conselho Nacional de Política

assessores. Também tem sido positiva, ao meu ver, a atuação do novo comissionado Pedro Dallari<sup>17</sup>. Algumas ações importantes foram tomadas, como o envolvimento nas investigações dos casos Rubens Paiva<sup>18</sup> e Riocentro (reforçadas pela agenda do general Molina, descoberta quando da morte deste em Porto Alegre) e as determinações da alteração dos atestados de óbito de Vladimir Herzog<sup>19</sup> e Alexandre Vannuchi Leme<sup>20</sup> para que informassem a morte sob tortura. A organização de audiências e a sua abertura e divulgação ao público também vêm melhorando bastante. Creio que o relatório final da Comissão Nacional da Verdade será para nós um grande começo de um necessário processo de aprofundamento democrático e de continuidade das pendências da ditadura, inclusive no que se refere à produção da verdade, isto é, de publicização dos documentos públicos e das narrativas. Não creio que tão cedo as Forças Armadas abram os seus arquivos ou façam a necessária

Criminal e Penitenciária (1999/2002) e foi Secretária Adjunta de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (91/94). É professora concursada da UFF e convidada de diversas outras universidades. É autora de livros jurídicos e sobre política. Foi a quarta coordenadora da CNV, entre maio e agosto de 2013. (Nota da **IHU On-Line**).  
17 **Pedro Dallari** (1959): Advogado e professor universitário. É autor de livros e artigos nas áreas de Direito Internacional e Relações Internacionais. Foi nomeado membro da CNV em setembro de 2013. Assumiu a função de coordenador da CNV em 25 de novembro de 2013, cargo para o qual foi reconduzido em fevereiro deste ano. (Nota da **IHU On-Line**)

18 **Rubens Paiva** (1929-?): engenheiro e político brasileiro, desaparecido desde 1971, perseguido pelo regime militar. Ex-deputado federal socialista, sua morte só foi confirmada mais de 40 anos depois, após depoimentos de ex-militares envolvidos no caso, à Comissão Nacional da Verdade (Nota da **IHU On-Line**)

19 **Vlado Herzog** (1937-1975) jornalista, professor e dramaturgo nascido na Croácia, mas naturalizado brasileiro. Passou a assinar “Vladimir” por considerar seu nome muito exótico nos trópicos. Sua morte causou impacto na ditadura militar brasileira e na sociedade da época, marcando o início de um processo pela democratização do país. A foto que mostra Herzog enforcado dentro de uma cela no DOI-Codi, em São Paulo, em 25-10-1975, foi manipulada pela ditadura, tratando-se de uma farsa para encobrir o seu assassinato pelo regime. (Nota da **IHU On-Line**)

20 **Alexandre Vannuchi Leme** (1950-1973): Líder estudantil brasileiro. Morreu aos 22 anos sob suspeitas de tortura. (Nota da **IHU On-Line**)

*mea culpa* institucional. O poder político instituído ainda as teme. Não vi, por exemplo, nenhuma determinação da Presidência da República, teoricamente comandante das Forças Armadas, para que algo assim ocorresse, como, por exemplo, um pedido público de desculpas e a mudança da orientação política e histórica na formação dos jovens militares.

### **IHU On-Line – Em que medida o direito à memória se torna um direito à vida?**

**José Carlos Moreira** – Não há tema mais atual do que a memória. Como ensinou Benjamin, a realidade do passado não é composta apenas dos fatos ocorridos, mas também dos sonhos, projetos e vidas que não prosperaram. A vida pulsa no instante em que o apelo por justiça e reconhecimento é ouvido no presente e transformado em gesto de interrupção do ciclo automático do progresso, que sempre é indiferente às florezinhas pisoteadas pelo caminho, sempre colocando em primeiro lugar a técnica e o dinheiro, e deixando em segundo plano as vidas, os desejos, as emoções, as pessoas em suas manifestações e identidades plurais. A memória da violência do passado é a que poderá interromper nossa marcha política, econômica e institucional que se volta hoje para um acirramento das desigualdades e para a exclusão de largos contingentes de seres humanos. Somente levando a sério essas vozes silenciadas, ontem e hoje, é que conseguiremos um mundo melhor e mais humano.

Essa memória é visceralmente política. Ela demarca um novo início, onde a vida é respeitada e cuidada, mesmo a de uma florzinha. Mas ela não garante nada, ela apenas nos lembra do que não pode se repetir e do que devemos preservar, ela apenas aguça os nossos sentidos e o nosso pensamento, ela faz o que a história fria e estatística dos fatos vencedores não nos permite. Quem fará esta sociedade mais inclusiva e humana seremos nós, sempre aqui e agora, e não porque pensemos nos nossos filhos e netos, mas justamente porque recolhemos as vozes e os sonhos dos nossos pais e avós. Entender que o passado está morto para eliminarmos o nosso futuro.

## Leia mais...

- *A memória política brasileira à luz da Constituição*. Entrevista com José Carlos Moreira da Silva Filho publicada na edição 428 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/ihuon428>
- *O poder menos transparente da República*. Entrevista com José Carlos Moreira da Silva Filho publicada na edição 383 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/ihuon383>
- *A anistia não é esquecimento ou amnésia*. Entrevista com José Carlos Moreira da Silva Filho publicada na edição 358 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/ihuon358>
- *Políticas de memória: um dever social*. Entrevista com José Carlos Moreira da Silva Filho publicada na edição 343 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>
- *Um direito mais amplo e interdisciplinar*. Entrevista com José Carlos Moreira da Silva Filho publicada na edição 305 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/ihuon305>
- *Caravana da anistia revela a obscuridade de 1964*. Entrevista com José Carlos Moreira da Silva Filho publicada na edição 277 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/ihuon277>
- *“É imoral igualar o terrorismo do Estado brasileiro à luta que se empreendeu contra ele”*. Entrevista especial com José Carlos Moreira da Silva Filho de 12-01-2010, disponível em <http://bit.ly/1hYB1UU>
- *Lembranças vivas, feridas abertas: a punição aos torturadores da ditadura no Brasil*. Entrevista especial com José Carlos Moreira da Silva Filho de 22-08-2009, disponível em <http://bit.ly/1gqVbcq>
- *A criminalização dos movimentos sociais*. Entrevista especial com José Carlos Moreira da Silva Filho de 28-07-2008, disponível em <http://bit.ly/1g1Dz20>

# A imprensa prepara o golpe

O jornalista e historiador Juremir Machado, que tem se dedicado a escrever vários livros sobre a história política do Brasil, fala sobre a relevância do papel da mídia na legitimação do regime militar

POR RICARDO MACHADO E LUCIANO GALLAS

**P**ara Juremir Machado, o golpe de Estado deflagrado em 1964 pode ser definido como um “golpe midiático-civil-militar”. Ele acredita tanto nesta afirmação que a utilizou para batizar seu livro mais recente, dedicado justamente a analisar o papel desempenhado pela imprensa na legitimação do regime militar instaurado no Brasil naquele ano. Este foi também o tema central desta entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**. “De que trata realmente meu livro? De como jornalistas e escritores hoje cantados em prosa e verso apoiaram escancaradamente o golpe: Alberto Dines, Carlos Heitor Cony, Antonio Callado, Carlos Drummond de Andrade, Otto Lara Resende, Otto Maria Carpeaux, Rubem Braga e outros. Alguns, como Cony, arrependem-se ainda na primeira semana de abril. Outros só mudaram depois de 1968 e do AI-5<sup>1</sup>. Alguns permaneceram fiéis ao regime. Os mais espertos, como Alberto Dines, reescreveram-se”, redigiu o autor em seu blog<sup>2</sup>.

Juremir Machado da Silva é jornalista e historiador. Possui mestrado e doutorado em Sociologia da Cultura pela *Université Paris V – René Descartes*, na França. Atualmente, é professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. É tradutor, romancista e cronista, tendo publicado 30 livros individuais – três deles traduzidos para o francês. Entre suas obras, estão *Getúlio* (Rio de Janeiro: Record, 2004), *História regional da infâmia – o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras* (Porto Alegre: L&PM, 2010), *1930, águas da revolução* (Rio de Janeiro: Record, 2010), *Vozes da Legalidade, política e imaginário na era do rádio* (Porto Alegre: Sulina, 2011), *A sociedade mídiocre, passagem ao hiperespetacular – o fim do direito autoral, do livro e da escrita* (Porto Alegre: Sulina, 2012), *Jango, a vida e a morte no exílio* (Porto Alegre: L&PM, 2013) e *1964 – O golpe midiático-civil-militar* (Porto Alegre: Sulina, 2014).

Confira a entrevista.

## IHU On-Line – Por que o golpe de 1964 pode ser definido como “midiático-civil-militar”?

<sup>1</sup> AI-5 (Ato Institucional Número Cinco): decretado pelo Presidente Arthur da Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968, foi um instrumento de poder que deu ao regime poderes absolutos e cuja primeira e maior consequência foi o fechamento por quase um ano do Congresso Nacional. Representou o ápice da radicalização do Regime Militar de 1964 e inaugurou o período do regime onde as liberdades individuais foram mais restringidas e desrespeitadas no Brasil. É o movimento final de “legalização” da arbitrariedade que pavimentou uma escalada de torturas e assassinatos contra opositores reais e imaginários ao regime. (Nota da IHU On-Line)

**Juremir Machado** – Porque o papel da imprensa foi determinante para a criação do clima necessário ao golpe. A mídia acabou preparando o espírito da população para a queda de Jango. Ajudou a forjar a ideia de que Jango era incompetente, perigoso e irresponsável. Difundiu a ficção de que o Brasil estava à beira do comunismo. Produziu a balela de que a “democracia” só seria salva com a de-

<sup>2</sup> MACHADO, Juremir. Blog. *Correio do Povo*. Publicado em: 5 mar. 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1dofaZO>>. (Nota da IHU On-Line)

posição de um presidente eleito constitucionalmente. A mídia forneceu a legitimação.

## IHU On-Line – Além de *O Globo*, algum outro jornal grande da década de 1960 que ainda esteja em atividade reconheceu o apoio aos militares? O que este gesto significou?

**Juremir Machado** – Todos os grandes jornais apoiaram o golpe: *Correio da Manhã*, *Tribuna da Imprensa*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Dia*, *Diários Associados*, etc. Só o *Globo* pediu descul-

pas. Não é preciso que esses jornais reconheçam que apoiaram, pois o apoio está impresso nas suas páginas.

**IHU On-Line – A partir de que momento podemos perceber na mídia a construção de um clima de instabilidade relacionado a uma suposta ameaça comunista? Qual o papel da Escola Superior de Guerra neste contexto?**

**Juremir Machado** – O golpe teve o apoio do jornal O Estado de S. Paulo desde 1962. O Jornal do Brasil entrou em campanha contra Jango em 1963. A campanha tornou-se compacta [generalizada] em março de 1964. Só a Última Hora não foi golpista. A Escola Superior de Guerra funcionou como matriz ideológica do golpismo.

**IHU On-Line – De que maneira as telecomunicações se tornaram um braço importante da estratégia de legitimação do poder militar?**

**Juremir Machado** – A unidade do país foi articulada a partir das telecomunicações como projeto cívico, autoritário e moral. Foi constituída uma rede com nós controlados por amigos do regime. Poucas vezes tecnologia e ideologia estiveram tão unidas e com efeitos tão implacáveis.

**IHU On-Line – Por que a imprensa não se posicionou em favor das reformas de base de Jango, propostas que pareciam ter certo apoio popular?**

**Juremir Machado** – As reformas de base tinham apoio da maioria da população. O Correio da Manhã admitia que essas reformas eram importantes, mas achava que não podiam ser feitas da maneira proposta por Jango. O jornal tergiversava. A mídia recusou as reformas por conservadorismo, ideologia e fidelidade aos setores mais reacionários do país.

**IHU On-Line – O apoio ao regime ditatorial nas décadas de 1960 e 1970 por parte da imprensa brasileira é uma mancha indelével?**

**Juremir Machado** – Uma mancha que nunca se apagará. Em 1971,

“A mídia produziu a balela de que a ‘democracia’ só seria salva com a deposição de um presidente eleito constitucionalmente. A mídia forneceu a legitimação [do golpe]”

a Folha de S. Paulo louvava o governo de Médici. Em 1973, o Jornal do Brasil tecia loas à “revolução”. Em 1984, O Globo reincidia no seu apoio ao regime militar. A mídia traiu o seu papel. Comportou-se como intelectual orgânico da ditadura.

**IHU On-Line – Acredita que a imprensa aprendeu com os erros do passado ou permanece agindo de maneira leviana em relação à complexidade de nossas sociedades?**

**Juremir Machado** – Pouco aprendeu. De maneira geral, repete hoje os mesmos erros de 1964. Pode-se dizer que as raízes do golpismo midiático estão em 1954 e 1964. Os temas ainda são os mesmos: corrupção e comunismo, Cuba e marxismo. O conservadorismo da mídia renovou-se. Os principais colonistas atuais são intelectuais de extrema-direita.

**IHU On-Line – Por que se fala pouco sobre a participação da imprensa no golpe de 1964? O que há de corporativismo neste comportamento?**

**Juremir Machado** – A mídia não canta os homens e suas glórias, mas as ideologias e suas razões. Jamais fala

mais de si mesma. Reescreve a história para dar-se o melhor papel. Só fala de receitas de bolo e de poemas de Camões publicados pelo Estadão e pelo Jornal da Tarde nos buracos dos textos censurados. Apaga o período de 1964 a 1968. Tenta fazer crer que ainda não era a ditadura. Mente para o público e para si. Corporativismo total. Meu livro será ignorado.

**IHU On-Line – Qual a responsabilidade da imprensa ao relembrar este período? Era possível realizar um golpe de Estado no Brasil sem o apoio da imprensa?**

**Juremir Machado** – A mídia precisa fazer um mea-culpa. Retratar-se. Pedir desculpas. Reconhecer o seu triste papel. A mídia e as Forças Armadas. Quanto a possibilidade, não era. Porque faltaria legitimação. A mídia apavorou a classe média para fazê-la clamar pelo golpe.

## Leia mais...

- *“João Goulart foi, antes de tudo, um herói”*. Entrevista com Juremir Machado publicada no sítio do IHU em 26-08-2013, disponível em <http://bit.ly/1jKsFS0>.
- *A defesa de Brizola pela Legalidade foi heroica*. Entrevista com Juremir Machado publicada na edição 372 da IHU On-Line, de 05-09-2011, disponível em <http://bit.ly/OVcho8>.
- *Geração Y “parece coisa de revista Veja”*. Entrevista com Juremir Machado publicada na edição 361 da IHU On-Line, de 16-05-2011, disponível em <http://bit.ly/1m6A6V2>.
- *A cultura política do RS mudou. Para pior*. Entrevista com Juremir Machado publicada no sítio do IHU em 08-10-2010, disponível em <http://bit.ly/1jKuZZ8>.
- *“1968 reduz enormemente a carga de hipocrisia da sociedade”*. Entrevista com Juremir Machado publicada na edição 250 da IHU On-Line, de 10-03-2008, disponível em <http://bit.ly/ihuon250>.

# Retração e reação – Os movimentos sindicais no contexto pré-Golpe

Sociólogo Marco Aurélio Santana destaca como, mesmo sem suporte legal e governamental, os movimentos operários conquistaram aberturas dentro da própria estrutura do Estado antes da ascensão do regime ditatorial

POR RICARDO MACHADO E ANDRIOLLI COSTA

Inspirada pelos ideais de modernidade e desenvolvimento, a política econômica brasileira importa modelos internacionais. Tais modelos, no entanto, foram desenvolvidos em outros horizontes sociais, e a tentativa de aplicá-los em outra realidade gera inevitavelmente ruídos. Um deles foi a relação Capital-Trabalho, em que a exploração da mão de obra seguia a mesma estrutura da burguesia agrícola. A luta por direitos começa a surgir em um contexto no qual as leis trabalhistas ainda estavam em desenvolvimento e os movimentos operários buscavam seu espaço como classe.

“De qualquer modo, ao longo de todo o tempo, os trabalhadores e os setores militantes buscaram, ainda que atuando por dentro desta estrutura, usá-la em seu benefício, ampliar seus espaços, conjugá-los com organizações criadas e desenvolvidas por fora dela”, relata o sociólogo Marco Aurélio Santana, estudioso dos movimentos sindicais. De acordo com ele, em muitos momentos, os trabalhadores tiveram espaços ampliados agindo por dentro da estrutura. Isso, no entanto, sofre um grave impacto com a ascensão do governo ditatorial e sua política repressiva.

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Santana resgata a importância da Greve dos 300 mil, em 1953; a relevância do trabalho de João Goulart como ministro do Trabalho, que promoveu um novo tipo de relação com o movimento operário; e as intervenções cirúrgi-

cas promovidas pelos militares no pós-golpe, desestruturando os sindicatos e movimentos mais organizados. De início reprimidos, os movimentos operários começaram a se reestruturar àquela nova realidade. “Assim que pôde, o movimento avançou suas linhas auxiliares e começou a atuar no sentido de reagir ao regime e às suas medidas na cidade e no campo”, defende o sociólogo.

Marco Aurélio Santana é cientista social formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, onde cursou mestrado e doutorado em Sociologia e Antropologia. É pós-doutor pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, na França, e atua como professor na UFRJ. Escreveu *Trabalho e Educação: centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil* (Rio de Janeiro: Quartet, 1999), *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil* (São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo, 2001) e *Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004), além de ter organizado outras obras que tratam o tema do trabalho.

Santana publicou *O mundo do trabalho em mutação. As reconfigurações e os seus impactos*, nos **Cadernos IHU ideias** nº 34, e *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de sindicalismo populista em questão*, nos **Cadernos IHU ideias** nº 82. Os links para acesso a este material estão disponíveis no final do texto.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Como se deu a organização dos movimentos sociais no Brasil, principalmente dos trabalhadores, nas décadas que antecederam o Golpe?**

**Marco Aurélio Santana** – Os trabalhadores brasileiros sempre lançaram mão de variadas formas de organização e mobilização ao longo de sua história. No período imediata-

mente anterior ao Golpe de 1964, a organização se dava tanto por dentro da chamada estrutura sindical oficial – montada, mantida e supervisionada pelo Estado – como por fora dela, arti-

culando formas organizativas que iam desde aquelas fortemente ligadas aos locais de trabalho, até as organizações intersindicais de cúpula.

**IHU On-Line – O Ministério do Trabalho foi criado em 1931, no início do primeiro mandato de Getúlio Vargas. Na época, os sindicatos dos trabalhadores eram controlados pelo Estado. Como se dava a organização e como funcionavam os sindicatos urbanos no decorrer das décadas de 1930, 1940 e 1950?**

**Marco Aurélio Santana** – Pode-se dizer que, ao longo destas décadas, apesar de descontinuidades, muitas continuidades ocorreram. Os trabalhadores e a militância de esquerda sempre buscaram abrir, garantir e avançar em espaços de atuação na busca de seus direitos. Por seu turno, o Estado sempre trabalhou no sentido de manter o movimento dos trabalhadores dentro de limites, garantindo o que seria o seu controle. Quando não conseguia fazer isso por vias, digamos, ideológicas e legais, a força sempre foi uma constante ao longo de todo o tempo.

No caso da estrutura oficial, ela, em linhas gerais, visava impor um tipo de sindicato corporativo, único por base territorial, que deveria ter reconhecimento do Estado, trabalhar pela colaboração de classe e não pela luta, preocupando-se com assistência social ao trabalhador, não ser ideológico nem político. A este tipo de sindicato estava interdito um tipo de organização dentro dos locais de trabalho, bem como de articulação intersindical. Na cúpula desta estrutura não caberiam, por exemplo, centrais sindicais unindo trabalhadores de diversas categorias profissionais, apenas as confederações por setor de trabalho.

Em termos esquemáticos, teríamos um “Sindicato de Metalúrgicos na base”. Acima dele uma “Federação de metalúrgicos” e, acima desta, uma “Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria”. Nestes moldes, a classe daria lugar à corporação. De qualquer modo, ao longo de todo o tempo, os trabalhadores e os setores militantes buscaram, ainda que atuando por dentro desta estrutura, usá-la em seu bene-

## “Assim que pôde, o movimento operário avançou suas linhas auxiliares e começou a atuar no sentido de reagir ao regime”

fício, ampliar seus espaços, conjugá-los com organizações criadas e desenvolvidas por fora dela. Este tipo de atuação produziu limites e possibilidades ao movimento dos trabalhadores. Deve-se dizer também que a interpretação e o uso que se fazia da legislação em vigor regulando o mundo do trabalho eram permeados pelas conjunturas políticas mais gerais. Assim, em muitos momentos, os trabalhadores tiveram espaços ampliados agindo por dentro da estrutura. Entre os anos 1950 e 1964, creio, isso ocorreu. O que, obviamente, não foi o caso nos períodos ditatoriais de 1937/1945 e de 1964/1985. E nem naquele considerado de abertura democrática entre 1945/1950, já que durante o governo Dutra<sup>1</sup> o Estado fez centenas de intervenções nos sindicatos, proibiu e reprimiu greves, etc.

**IHU On-Line – Em termos políticos, qual foi a importância da Greve dos 300 mil, em 1953? Como ela impactou no cenário político que culminou no golpe civil-militar de 1964?**

**Marco Aurélio Santana** – A greve de 1953 foi um ponto luminoso na história do movimento dos trabalhadores brasileiros. Sinalizando para o que seria a prática geral do período, ela articulou em sua organização e mobilização organizações de dentro e de fora da estrutura sindical oficial. As comissões

de fábrica foram muito importantes no sentido de deflagrar e capilarizar o movimento que teve, para o período, um impacto enorme. Ressalte-se aí a figura de João Goulart, então ministro do Trabalho – representando uma ala progressista e modernizadora do trabalho na relação com o movimento operário, que esteve no epicentro da crise gerada pela greve em termos do aumento do salário mínimo, que acabará o derrubando do cargo. Muitas das bases de aproximação e articulação entre Jango, os sindicatos e a esquerda estavam sendo lançadas aí.

**IHU On-Line – Que mudanças o golpe trouxe para o modelo de ação dos sindicatos urbanos?**

**Marco Aurélio Santana** – Na verdade, em termos legais de mudança no modelo de ação, pouco ou nada. O dado é que o regime militar apenas usou e reiterou a face mais dura da legislação, pondo-a em uso. O que a ditadura quis foi reestruturar os sindicatos, reforçando sua face de colaboração, apolítica, assistencial, etc., inibindo qualquer forma de ação mobilizadora. Para tanto, fez uma intervenção cirúrgica nos sindicatos de ponta, mais organizados e mobilizados, cassou e prendeu lideranças, controlou o acesso de setores de esquerda aos postos sindicais, entre outros. Criou-se um clima inóspito para formas de participação mais democrática. O espaço do sindicato, de suas reuniões e assembleias, passou a ser um espaço de denúncias, prisões, restrições. O mesmo nos locais de trabalho, onde as empresas se esmeraram em colaborar com o regime, passando-lhe informações importantes sobre as organizações, militantes e mobilizações em seu interior.

**IHU On-Line – O que foram e como funcionavam, no contexto do golpe de 1964, a Juventude Operária Católica – JOC<sup>2</sup> e a Ação Católica**

<sup>2</sup> Juventude Operária Católica (JOC): uma das organizações da Ação Católica - conjunto de movimentos criados pela Igreja Católica no século XX, visando ampliar sua influência na sociedade através da inclusão de setores específicos do laicato e do fortalecimento da fé religiosa, com base na Doutrina Social

<sup>1</sup> Eurico Gaspar Dutra (1883-1974): militar brasileiro e 16º presidente do Brasil, natural de Cuiabá - MT. Governou o país entre 1946 e 1951, e foi sucedido pelo segundo governo de Getúlio Vargas. (Nota da IHU On-Line)

**Operária – ACO<sup>3</sup>, as quais formaram as bases da Pastoral Operária? Qual a importância destas entidades na resistência ao regime?**

**Marco Aurélio Santana** – Estas organizações foram muito importantes no sentido tanto de oxigenar as posturas da igreja junto ao movimento dos trabalhadores como de auxiliar no processo de organização deles. No período ditatorial, pós-64, organizações como a pastoral serviram de espaço possível de reunião, formação, organização, mobilização, etc. Diante de tantos espaços fechados, estes surgiam como lugar possível de participação e organização política. No quadro mais amplo da ditadura, a Igreja serviu como forte anteparo protetivo.

**IHU On-Line – Que entidades e movimentos organizados por trabalhadores foram mais perseguidos após o golpe civil-militar?**

**Marco Aurélio Santana** – Obviamente que aqueles sindicatos que estiveram na linha de frente nos anos 1950, capitaneados pela aliança política entre a militância do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foram os mais duramente atingidos. Estamos falando aqui de setores tão diversificados como, entre outros, metalúrgicos, bancários, ferroviários, têxteis. O que a ditadura fez foi tentar quebrar a espinha dorsal deste tipo de sindicalismo, pondo um outro em seu lugar. Estratégia que teve seu sucesso inicial, mas se demonstrou pouco exitosa no médio prazo.

**IHU On-Line – Como o golpe impactou na organização do trabalho no Brasil? Que tipo de relação entre**

da Igreja. No Brasil, a Ação Católica foi criada em 1935 pelo Cardeal Leme. No início dos anos 1960, contava com três organizações destinadas aos mais jovens: a Juventude Estudantil Católica (JEC), formada por estudantes secundários, a Juventude Operária Católica (JOC), que atuava no meio operário, e a Juventude Universitária Católica (JUC), constituída por estudantes de nível superior. (Nota da IHU On-Line)

**3 Ação Católica Operária (ACO):** criada em 1948 por iniciativa de um antigo membro da JOC, inicialmente chamada de Liga Operária Católica. A ACO tinha como objetivo agrupar operários católicos adultos, especialmente antigos jocistas. (Nota da IHU On-Line)

“O que a ditadura quis foi reestruturar os sindicatos, reforçando sua face de colaboração, apolítica e assistencial, inibindo qualquer forma de ação mobilizadora”

**capital e trabalho surgiu neste período e quais suas consequências para a organização atual do trabalho?**

**Marco Aurélio Santana** – O fim da estabilidade no trabalho abriu espaço para uma rotatividade que serviu aos desígnios do capital tanto no sentido de gestão de mão de obra como no sentido político contra as possibilidades de organização e mobilização. Apesar de terem sido introduzidas, enquanto tais, já no período anterior, as montadoras terão no regime militar seu ambiente mais propício de desenvolvimento. Portadoras das formas modernas de produção capitalista, elas simbolizariam a ponta de lança das transformações no capitalismo brasileiro durante o regime militar. O capitalismo brasileiro ia se modernizando pelo alto, à base da repressão aos trabalhadores, do silenciamento da sociedade e da castração da participação política plena. O regime articulou repressão, compressão salarial e aumento da produção do trabalho. Ambiente propício para este desenvolvimento capitalista primitivo.

**IHU On-Line – Qual é o espaço dos movimentos sociais no Brasil pós-golpe civil-militar de 1964?**

**Marco Aurélio Santana** – Na verdade, apesar de todas as tentativas e projetos do regime militar, ele nunca foi capaz de eliminar os movimentos. Aqui e ali foi mais exitoso. Mas, no geral, teve de lidar com ações de resistência. Fossem elas derrotas eleitorais, paralisações, greves, ações armadas, o regime foi sempre sendo fustigado. Claro que, logo após o golpe, o cenário ainda não estava claro para muitos setores que enfrentavam o novo regime, ocorreu muita divisão, busca de responsabilidades, e o impacto foi muito grande e desarticulador. Além disso, com a repressão agindo à larga, prendendo e cassando militantes, muitas das vértebras dos movimentos foram quebradas. E isso não é coisa que se recupere da noite para o dia. De todo modo, assim que pôde, o movimento avançou suas linhas auxiliares e começou a atuar no sentido de reagir ao regime e às suas medidas na cidade e no campo. O movimento dos trabalhadores estará, sempre que possível, na linha de frente de muitas das ações que ajudaram a pavimentar o caminho de enfraquecimento do regime militar e de sua substituição pelo regime democrático.

## Leia mais...

- *O sindicalismo está superando a crise. Entrevista especial com Marco Santana.* Entrevista com Marco Aurélio Santana publicada nas **Notícias do Dia** de 22-07-2008, disponível em <http://bit.ly/ihu220708a>.
- *Mais produção, menos trabalhadores: as transformações do mundo do trabalho.* Entrevista com Marco Aurélio Santana publicada na edição 256 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/ihuon256>.
- *O mundo do trabalho em mutação: as reconfigurações e seus impactos.* **Cadernos IHU ideias** nº 34, disponível em <http://bit.ly/ihu34>.
- *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de sindicalismo populista.* **Cadernos IHU ideias** nº 82, disponível em <http://bit.ly/ihu82>.

# Igreja e movimentos sociais – Da legalidade à clandestinidade

Fábio Pires Gavião aborda a constituição dos movimentos sociais católicos de esquerda no período pré e pós-golpe de 1964

POR RICARDO MACHADO

**A**inda que o contexto político e social brasileiro do início dos anos 1960 fosse muito complexo, cercado de interesses e articulações secretas, a opinião pública da época discutiu as questões nacionais a partir de dois grandes eixos, que, não por acaso, refletiam a geopolítica da Guerra Fria: capitalismo e comunismo. Entretanto, a revisão histórica parece clarear o que foi uma paranoia nacional em relação ao medo com o comunismo, o que resultou na sustentação da sociedade civil a um golpe de Estado perpetrado pelos militares, que permeou inclusive a Igreja, embora o fato seja, no mínimo, paradoxal. “Seria, sem dúvida, incoerente com os preceitos evangélicos uma posição colaboracionista da Igreja Católica a um regime militar, no Brasil ou na América Latina como um todo. As clivagens políticas das sociedades contemporâneas se reproduzem também no interior do laicato e do clero (regular e secular) da Igreja católica”, destaca Fábio Pires Gavião, professor de História, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

Anos antes do golpe, em 1962, integrantes dos setores da Igreja mais alinhados à esquerda fundam a Ação Popular – AP e, mais tarde, a APML. “A Ação Popular foi uma organização política fundada oficialmente em 1962, por iniciativa de um grupo de militância identificada com a esquerda católica, que foi bastante atuante no contexto do final

do governo Juscelino Kubitschek. (...) Essa militância atuava em diversos movimentos sociais, organizados no campo e na cidade, sobretudo nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco”, destaca Fábio.

“Após o golpe civil-militar de 1964 e a perseguição e repressão política que se seguiu, as organizações políticas à esquerda foram empurradas à clandestinidade, e suas lideranças exilaram-se no Uruguai, Chile e outros países. Um processo de autocritica abateu todas as organizações, e com ela houve viragens nas bases teóricas, estratégicas e táticas das organizações. A AP sofre esse processo, que culmina em 1971 com a adoção do marxismo-leninismo como referencial teórico de organização partidária. A AP, depois APML, busca maior inserção em meios operários, o que ocorre com destaque na região do Grande ABC paulista”, complementa.

**Fábio Pires Gavião** é graduado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Na Unicamp, obteve o título de mestre em História. Atualmente é coordenador do curso de licenciatura em História da Universidade Anhanguera de São Paulo – UNIAN-SP – Campus Santo André. Atua, principalmente, com os temas: religião, esquerda, movimento estudantil, Governo João Goulart, golpe de 1964, política e ideologia.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – O que foi a Ação Popular e qual sua importância no contexto que culminou com o Golpe de 1964?**

**Fábio Pires Gavião** – A Ação Popular<sup>1</sup> – AP foi uma organização políti-

ca fundada oficialmente em 1962, por

extinta pela ditadura militar e se transformou, na clandestinidade, em Ação Popular marxista-leninista. Sobre Lima Vaz, ver a **IHU On-Line** 19, de 27-05-2002, disponível em <http://bit.ly/ihuon19>, intitulada *Sábio, humanista e cristão*. A edição 142, de 23-05-2005, publicou a editoria Memória em homenagem à Lima Vaz, disponível em <http://bit.ly/ihuon142>. Confira ainda a entrevista *Vaz: intérprete de*

iniciativa de um grupo de militância

*uma civilização arreligiosa*, com Marcelo Fernandes de Aquino, na edição 186, de 26-06-06, disponível em <http://bit.ly/ihuon186>; *Vaz e a filosofia da natureza*, com Armando Lopes de Oliveira, na edição 187, de 03-07-06, disponível em <http://bit.ly/ihuon187>. Veja também os artigos intitulados *O comunitarismo cristão e a refundação de uma ética transcendental*, na edição 185, de 19-06-06,

<sup>1</sup> **Ação Popular (AP):** Movimento político criado antes de 1964, cujo inspirador foi o Padre Henrique Cláudio Lima Vaz. AAP foi

identificada com a esquerda católica, que foi bastante atuante no contexto do final do governo Juscelino Kubitschek<sup>2</sup> (1956-1961), no período de instabilidade política que se seguiu à eleição e renúncia do presidente Jânio Quadros<sup>3</sup> em 1961 e em todo o processo de polarização política que marcou o governo de João Goulart<sup>4</sup> (1961-

1964). Essa militância que afluiu para a AP em 1962, atuava em diversos movimentos sociais, organizados no campo e na cidade, sobretudo nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.

Entretanto, foi no movimento estudantil que a AP se destacou. A liderança da organização foi formada por estudantes universitários que integravam a Juventude Universitária Católica – JUC. A JUC e depois a AP elegeram sucessivos presidentes da União Nacional dos Estudantes -UNE, em um período que é reconhecido com o momento de maior destaque e importância política do movimento estudantil no tabuleiro político nacional. Os presidentes da UNE Aldo Arantes<sup>5</sup> (1961-1962) e Marcos Vinícius Caldeira Brant<sup>6</sup> filiavam-se à JUC, e José Serra<sup>7</sup> (1963-1964), à AP. O

primeiro coordenador nacional da AP (1962-1964) foi Herbert José de Souza, o Betinho<sup>8</sup>, que chegou a integrar a equipe de assessores do Ministério da Educação do governo João Goulart. A AP e uma ala à esquerda dentro do Partido Democrata Cristão – PDC alinharam-se a outros partidos à esquerda, que assumiram uma posição mais radicalizada com relação às reformas de base, com destaque para a reforma agrária.

Sob a liderança de Leonel Brizola<sup>9</sup>, do Partido Trabalhista Brasilei-

político brasileiro, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB. Foi o trigésimo terceiro governador de São Paulo entre 1º de janeiro de 2007 e 02 de abril de 2010. Foi um dos fundadores da Ação Popular (AP) e presidente da União Nacional dos Estudantes. Após o golpe militar de 1964, refugiou-se em embaixadas de outros países. Mais tarde radicou-se no Chile, onde conheceu sua esposa, Mônica Serra, com quem tem dois filhos nascidos lá. Neste mesmo período fez mestrado em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Chile. Ficou no país até o golpe militar de 1973, quando foi para os Estados Unidos, onde concluiu um segundo mestrado e um doutorado na Universidade de Cornell. Após quinze anos exilado, Serra voltou ao Brasil e trabalhou na Unicamp até 1983, quando foi nomeado pelo governador Franco Montoro como secretário de Planejamento de São Paulo. (Nota IHU On-Line)

**8 Herbert de Souza (1935-1997):** sociólogo responsável por uma das maiores campanhas contra a fome que o Brasil já teve. Acreditava que só a participação cidadã seria capaz de mudar o país. Na década de 1960, atuou como liderança nacional dos grupos de juventude católica que representavam as aspirações de transformação social, depois reforçadas com o Concílio Vaticano II. Exerceu funções de coordenação e assessoria no Ministério da Educação e Cultura e na Superintendência de Reforma Agrária, além de elaborar estudos sobre a estrutura social brasileira para a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), da ONU. Com o Golpe de 1964, passou a atuar na resistência contra a Ditadura Militar, dirigindo organizações de cunho democrático de combate ao regime. Foi exilado político de 1970 a 1979, ano em que retornou ao país. Envolveu-se inteiramente nas lutas sociais e políticas, sempre se propondo a ampliar a democracia e a justiça social. Seu nome foi um dos símbolos da campanha pela anistia. (Nota da IHU On-Line)

**9 Leonel de Moura Brizola (1922-2004):** político brasileiro, nascido em Carazinho, no Rio Grande do Sul. Foi prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul, deputado federal pelo extinto estado da Guanabara e duas vezes governador do Rio de Janeiro. Sua influência política no Brasil durou aproximadamente 50 anos, inclusive

disponível em <http://bit.ly/ihuon185>, e *Um diálogo cristão com o marxismo crítico. A contribuição de Henrique de Lima Vaz*, na edição 189, de 31-07-06, disponível em <http://bit.ly/ihuon189>, ambos de autoria de Juarez Guimarães. Inspirada no pensamento de Lima Vaz, a *IHU On-Line* 197, de 25-09-2006, trouxe como tema de capa *A política em tempos de nihilismo ético*, disponível em <http://bit.ly/ihuon197a>. Padre Lima Vaz e o diálogo com a modernidade foi o tema abordado por Marcelo Perine em uma conferência em 22-05-2007, no Simpósio Internacional *O futuro da Autonomia. Uma sociedade de indivíduos?* Leia, também, a edição 374 da *IHU On-Line* sobre o legado filosófico vaziano, de 26-09-2011, em <http://bit.ly/ihuon374>. O *Cadernos IHU* em sua 42ª edição também teve um tema dedicado ao pensador, intitulado *Ética e Intersubjetividade: a filosofia do agir humano segundo Lima Vaz*, de autoria de Antonio Marcos Alves da Silva. Acesse pelo link <http://bit.ly/cadihu42> (Nota da IHU On-Line)

**2 Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976):** médico e político brasileiro, conhecido como JK. Foi presidente do Brasil entre 1956 e 1961, sendo o responsável pela construção de Brasília, a nova capital federal. Juscelino instituiu o plano de governo baseado no slogan “Cinquenta anos em cinco”, direcionado para a rápida industrialização do país (especialmente via indústria automobilística). Além do progresso econômico, no entanto, houve também um grande aumento da dívida pública. Sobre JK, confira a edição 166, de 28-11-2005, *A imaginação no poder. JK, 50 anos depois*, disponível em <http://bit.ly/ihuon166>. (Nota da IHU On-Line)

**3 Jânio da Silva Quadros (1917-1992):** político e o vigésimo segundo presidente do Brasil, entre 31 de janeiro de 1961 e 25 de agosto de 1961 - data em que renunciou. Em 1985 elegeu-se prefeito de São Paulo pelo PTB. (Nota da IHU On-Line)

**4 João Belchior Marques Goulart ou Jango (1919-1976):** presidente do Brasil de 1961 a 1964, tendo sido também vice-presidente, de 1956 a 1961 - em 1955, foi eleito com mais votos que o próprio presidente, Juscelino Kubitschek. Seu governo é usualmente dividido em duas fases: fase parlamentarista (da posse, em janeiro de 1961, a janeiro de 1963) e fase presidencialista (de janeiro de 1963 ao golpe militar de 1964). Jango fora ainda ministro do Trabalho entre 1953 e 1954, durante o governo de Getúlio Vargas. Foi deposto pelo golpe militar do dia 1º de abril de 1964 e morreu no exílio. Confira a entrevista *“Jango era um conservador*

*reformista”*, com Flavio Tavares, de 19-12-2006, em <http://bit.ly/ihu191206>; *João Goulart e um projeto de nação interrompido*, com Oswaldo Munteal, de 27-08-2007, em <http://bit.ly/ihu270807>. Confira também as entrevistas com Lucília de Almeida Neves Delgado, intituladas *O Jango da memória e o Jango da História*, publicada na edição 371 da *IHU On-Line*, de 29-08-2011, em <http://bit.ly/ihuon371> e *“Dúvidas sobre a morte de Jango só aumentam”*, de 05-08-2013, em <http://bit.ly/ihu050813>. Veja ainda *“João Goulart foi, antes de tudo, um herói”*, com Juremir Machado, de 26-08-2013, em <http://bit.ly/ihu260813> e *Comício da Central do Brasil: a proposta era modificar as estruturas sociais e econômicas do país*, com João Vicente Goulart, de 13-03-2014, em <http://bit.ly/ihu130314>. (Nota da IHU On-Line)

**5 Aldo Silva Arantes (1938):** é um político brasileiro. Iniciou sua militância política no movimento estudantil secundarista no Liceu de Goiânia, e no movimento estudantil superior atuou como presidente do DCE da PUC-RJ; também foi presidente da UNE, entre 1961 e 1962. (Nota da IHU On-Line)

**6 Marcos Vinícius José Caldeira Brant:** nasceu no dia 23 de março de 1941, em Belo Horizonte (MG), filho de Leônidas Vinícius Caldeira Brant e de Neusa Caldeira Brant. Aluno da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, durante o curso participou da organização das Ligas Camponesas, presidiu a Liga da Juventude Trabalhista, ligada ao Partido Trabalhista Brasileiro, e também atuou na formação do Movimento Revolucionário Tiradentes, ligado às Ligas Camponesas. Militante do movimento estudantil, integrou a Juventude Universitária Católica - JUC. Em maio de 1962, foi um dos fundadores da Ação Popular (AP), organização política com predominância de militantes católicos de esquerda. (Nota da IHU On-Line)

**7 José Serra (1942):** é um economista e

ro – PTB, houve uma aproximação do trabalhismo com o Partido Comunista Brasileiro – PCB, Partido Comunista do Brasil – PCdoB e Polop<sup>10</sup>, organizações políticas com grande inserção na estrutura sindical e nos movimentos sociais pró-reformas. Organizados na Frente Parlamentar Nacionalista – FPN<sup>11</sup>, a esquerda procurou pressionar o governo João Goulart a assumir a pauta das reformas de base de forma inequívoca. Tal postura de enfrentamento com a União Democrática Nacional – UDN<sup>12</sup> e demais setores conservadores, levou à ruptura entre o PTB e o Partido Social Democrático – PSD no processo de aprovação da reforma agrária que tramitava no Legislativo, fraturando a base de sustentação de João Goulart no Congresso Nacional, já num quadro de paralisia e ingovernabilidade que antecede imediatamente o golpe civil-militar de 1964.

**IHU On-Line – Qual a diferença entre a Ação Popular e a Ação Popular Marxista-Leninista – APML? Qual foi a importância da APML à época?**

enquanto exilado pelo Golpe de 1964, contra o qual foi um dos líderes da resistência. Por várias vezes foi candidato a presidente do Brasil, sem sucesso, e fundou um partido político, o PDT. Sobre Brizola, confira a primeira edição dos *Cadernos IHU em Formação* intitulado *Populismo e trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em <http://bit.ly/ihuem01>, e a edição 107 da *IHU On-Line*, de 28-06-2004, intitulada *Leonel de Moura Brizola: 1922 - 2004*, disponível em <http://bit.ly/1e3TKMw>. (Nota da IHU On-Line)

10 **Polop:** foi uma organização de esquerda no Brasil. A Juventude Socialista do Partido Socialista Brasileiro formou, em 1961, a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-Polop). (Nota da IHU On-Line)

11 **Frente Parlamentar Nacionalista - FPN:** organização interpartidária criada em 1956 no Congresso Nacional. Funcionava como um grupo de pressão que condenava o imperialismo em geral e a ação do capital estrangeiro em particular, e reivindicava a regulamentação da remessa de lucros para o exterior e o controle estatal sobre a exploração dos recursos naturais básicos. Acabou sendo extinta em abril de 1964, em função da cassação da maioria de seus membros pelo regime militar recém-implantado. (Nota da IHU On-Line)

12 **União Democrática Nacional - UDN:** foi um partido político fundado no dia 07 de abril de 1945, liberal conservador, reunindo diversas correntes que, nos anos anteriores, haviam-se colocado em oposição à ditadura do Estado Novo. (Nota do IHU On-Line)

**Fábio Pires Gavião** – Após o golpe civil-militar de 1964 e a perseguição e repressão política que se seguiu, as organizações políticas à esquerda foram empurradas para a clandestinidade, e suas lideranças exilaram-se no Uruguai, Chile e outros países. Um processo de auto-crítica abateu todas as organizações, e com ela houve viragens nas bases teóricas, estratégicas e táticas das organizações. A AP sofre esse processo, que culmina em 1971 com a adoção do marximo-leninismo como referencial teórico de organização partidária. A AP, depois APML, busca maior inserção em meios operários, o que ocorre com destaque na região do Grande ABC paulista, com a inserção de militantes com origens na classe média nas linhas de produção, o prolapado “processo de proletarização”. A APML, diante de fortes disputas internas, alinha-se ao maoísmo e à estratégia da “guerra popular prolongada” para o enfrentamento ao regime militar. Simultaneamente, uma autoproclamada “maioria” dentro do partido discute a possibilidade de incorporação ao PCdoB, também maoísta, o que ocorre em 1973. Os demais militantes continuaram a ostentar a sigla até 1978. As organizações de resistência ao regime militar foram desbaratas pelos órgãos de informação e repressão do regime. A APML soma-se a outras organizações políticas adeptas do ideário socialista, que adota postura revolucionária ao longo da vigência da Ditadura Militar brasileira.

**IHU On-Line – Por que a Igreja, apesar de os seguimentos majoritários terem apoiado o golpe, foi fundamental na organização de grupos de resistência ao regime?**

**Fábio Pires Gavião** – Muitos setores políticos e sociais que aderiram ao golpe civil-militar de 1964, na perspectiva de evitar as reformas estruturais anunciadas no início da década de 1960, avaliavam uma incursão militar breve, com rápido retorno a um regime civil, no qual os setores populares se mantivessem sob controle e conforme a tradição republicana brasileira, afastadas do poder de decisão política. No imediato pós-golpe, ocorre uma cisão no interior

das Forças Armadas, que se divide na “linha castelista”, tendo à testa o primeiro presidente militar Castelo Branco<sup>13</sup>; e na chamada “linha dura”, vitoriosa com a eleição do segundo presidente militar, Costa e Silva<sup>14</sup>, em 1967. Os primeiros pretendiam o rápido retorno ao poder dos civis, os segundos tinham um projeto de maior permanência dos militares no poder. Em 1968, com Costa e Silva e o AI-5<sup>15</sup>, o regime abandona as “aparências democráticas” e revela sua face mais autoritária e violenta. Adentramos, então, nos chamados “anos de chumbo”, período no qual se intensificam o terrorismo de Estado, as práticas de desrespeito aos Direitos Humanos, como assassinatos e torturas.

Seria sem dúvida incoerente com os preceitos evangélicos uma posição colaboracionista da Igreja Católica a um regime militar, no Brasil ou na América Latina como um todo. As clivagens políticas das sociedades contemporâneas se reproduzem também no interior do laicato e do clero (regular e secular) da Igreja Católica. Com o pontificado de João

13 **Humberto de Alencar Castelo Branco** (1897-1967): militar e político brasileiro, primeiro presidente da ditadura militar instaurada pelo Golpe Militar de 1964. (Nota da IHU On-Line)

14 **Artur da Costa e Silva** (1899-1969): militar e político ditador brasileiro, sendo o vigésimo sétimo presidente do Brasil, o segundo do regime militar de exceção. Quando assumiu a Presidência da República, tinha a patente de marechal do Exército Brasileiro e já havia ocupado o Ministério da Guerra no governo anterior, de Castelo Branco. Seu governo iniciou a fase mais dura e brutal do regime ditatorial militar, com a promulgação do Ato Institucional nº 5, em 13-12-1968, à qual o general Emílio Garrastazu Médici, seu sucessor, deu continuidade. (Nota da IHU On-Line)

15 **AI-5 (Ato Institucional Número Cinco):** decretado pelo Presidente Arthur da Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968, foi um instrumento de poder que deu ao regime poderes absolutos e cuja primeira e maior consequência foi o fechamento por quase um ano do Congresso Nacional. Representou o ápice da radicalização do Regime Militar de 1964 e inaugurou o período do regime onde as liberdades individuais foram mais restringidas e desrespeitadas no Brasil. É o movimento final de “legalização” da arbitrariedade que pavimentou uma escalada de torturas e assassinatos contra opositores reais e imaginários ao regime. (Nota da IHU On-Line)

XXIII<sup>16</sup>, o Concílio Vaticano II<sup>17</sup> (1962-1965) e ainda mais com a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano<sup>18</sup> em 1968, realizada na cidade colombiana de Medellín, há um reforço de legitimidade para a atuação da esquerda católica latino-americana, que ganha uma nova sistematização teológica e pastoral com a Teologia da Libertação<sup>19</sup> (TL) e o

destaque para os Centros Eclesiais de Base – CEBs. Tratava-se da “opção preferencial pelos pobres” proclamada na Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada na cidade mexicana de Puebla de Los Angeles, México, em 1979. Essa orientação do clero buscava responder a certo distanciamento com as populações mais desprovidas e

jovens dominicanos como Frei Tito<sup>20</sup> e Frei Betto<sup>21</sup>, Frei Fernando<sup>22</sup> e Frei Ivo<sup>23</sup>. Destacamos ainda, como des-

16 **Papa João XXIII** (1881-1963): nascido Angelo Giuseppe Roncalli. Foi Papa de 28-10-1958 até a data da sua morte. Considerado um papa de transição, depois do longo pontificado de Pio XII, convocou o Concílio Vaticano II. Conhecido como o “Papa Bom”, João XXIII foi declarado beato por João Paulo II em 2000. (Nota da IHU On-Line)

17 **Concílio Vaticano II**: convocado no dia 11-11-1962 pelo Papa João XXIII. Ocorreram quatro sessões, uma em cada ano. Seu encerramento deu-se a 8-12-1965, pelo Papa Paulo VI. A revisão proposta por este Concílio estava centrada na visão da Igreja como uma congregação de fé, substituindo a concepção hierárquica do Concílio anterior, que declarara a infalibilidade papal. As transformações que introduziu foram no sentido da democratização dos ritos, como a missa rezada em vernáculo, aproximando a Igreja dos fiéis dos diferentes países. Este Concílio encontrou resistência dos setores conservadores da Igreja, defensores da hierarquia e do dogma estrito, e seus frutos foram, aos poucos, esvaziados, retornando a Igreja à estrutura rígida preconizada pelo Concílio Vaticano I. O **Instituto Humanitas Unisinos** - IHU promoveu, de 11 de agosto a 11-11-2005, o ciclo de estudos *Concílio Vaticano II - marcos, trajetórias e perspectivas*. Confira a edição 157 da IHU On-Line, de 26-09-2005, intitulada *Há lugar para a Igreja na sociedade contemporânea? Gaudium et Spes: 40 anos*, disponível em <http://bit.ly/mT6cyj>. Ainda sobre o tema, a IHU On-Line produziu a edição 297, *Karl Rahner e a ruptura do Vaticano II*, de 15-6-2009, disponível em <http://bit.ly/o2e8cX>, bem como a edição 401, de 03-09-2012, intitulada *Concílio Vaticano II. 50 anos depois*, disponível em <http://bit.ly/REokjn>, e a edição 425, de 01-07-2013, intitulada *O Concílio Vaticano II como evento dialógico. Um olhar a partir de Mikhail Bakhtin e seu Círculo*, esta disponível em <http://bit.ly/1cUUZfC>. (Nota da IHU On-Line)

18 **Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano**: realizou-se em Medellín, na Colômbia, no período de 24 de agosto a 06 de setembro de 1968. A Conferência foi convocada pelo Papa Paulo VI para aplicar os ensinamentos do Concílio Vaticano II às necessidades da Igreja presente na América Latina. A temática proposta foi “A Igreja na presente transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II”. A abertura da Conferência foi feita pelo próprio Papa que marcou a primeira visita de um pontífice à América Latina. (Nota da IHU On-Line)

19 **Teologia da Libertação**: escola importante na teologia da Igreja Católica, de-

## “Seria sem dúvida incoerente com os preceitos evangélicos uma posição colaboracionista da Igreja Católica a um regime militar”

também fazer frente ao avanço protestante nesses extratos sociais.

### Apoio

O apoio do clero católico se deu em diversos níveis, desde o apoio logístico aos grupos políticos clandestinos, com participação direta de freis, que acolhiam às escondidas militantes em mosteiros, atuavam na comunicação entre as “células” das organizações, bem como providenciavam as necessidades básicas para a sobrevivência. São emblemáticas as participações de

envolvida depois do Concílio Vaticano II. Surge na América Latina, a partir da opção pelos pobres, e se espalha por todo o mundo. O teólogo peruano Gustavo Gutiérrez é um dos primeiros que propõe esta teologia. A teologia da libertação tem um impacto decisivo em muitos países do mundo. Sobre o tema confira a edição 214 da IHU On-Line, de 02-04-2007, intitulada *Teologia da libertação*, disponível para download em <http://bit.ly/bsMG96>. Leia, também, a edição 404 da revista IHU On-Line, de 05-10-2012, intitulada *Congresso Continental de Teologia. Concílio Vaticano II e Teologia da Libertação em debate*, disponível em <http://bit.ly/SSYVTO>. (Nota da IHU On-Line)

20 **Frei Tito de Alencar Lima** (1945-1974): religioso dominicano nascido em Fortaleza. Envolvido no compromisso político, assumiu a direção da Juventude Estudantil Católica em 1963 e foi morar em Recife. Em outubro de 1968, foi preso por estar participando de um congresso clandestino da União Nacional dos Estudantes em Ibiúna. Foi fichado pela polícia e tornou-se alvo de perseguição da repressão militar. No início de 1970, Frei Tito foi torturado nos porões da “Operação Bandeirantes”. Em 1971, foi deportado para o Chile e, sob a ameaça de novamente ser preso, fugiu para a Itália. De Roma foi para Paris, onde encontrou refúgio entre os dominicanos. Traumatizado pela tortura que sofreu, Frei Tito submeteu-se a um tratamento psiquiátrico. Seu estado era instável. No dia 10 de agosto de 1974, um morador dos arredores de Lyon encontrou o corpo de Frei Tito suspenso por uma corda. Uma foto de Frei Tito de Alencar Lima é a última imagem do documentário *Ato de Fé*, que trata da relação dos frades dominicanos com a Aliança Libertadora Nacional (ALN). O filme foi exibido no dia 19 de maio de 2005, último dia do Simpósio Internacional Terra Habitável: um desafio para a humanidade, promovido pelo IHU. Com direção de Alexandre Rampazzo e produção de Tatiana Polastri, o filme já foi comentado nas páginas da IHU On-Line, por Amir Labaki na edição 113, de 30 de agosto de 2004, e por Jurandir Freire Costa, na 137ª edição, de 18 de abril de 2005. (Nota da IHU On-Line)

21 **Frei Betto**: jornalista, além de frade dominicano e escritor. Colabora com vários jornais e revistas do Brasil e do exterior. Escreveu mais de 40 livros, dentre os quais o mais conhecido é *Batismo de sangue*. A IHU On-Line publicou na edição 165, de 21-11-2005, trechos de uma biografia de Charles de Foucauld, escrita por Frei Betto, disponível para download em <http://bit.ly/P7ljyi>. (Nota da IHU On-Line)

22 **Frei Fernando de Brito**: frei Dominicano, nascido em Visconde do Rio Branco, Monas Gerais. Hoje desenvolve seus trabalhos no litoral norte do Estado da Bahia. Foi preso e torturado durante o regime militar. (Nota da IHU On-Line)

23 **Ivo Lesbaupin**: professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Graduado em Filosofia pela Faculdade Dom Bosco de Filosofia, é mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ e doutor em Sociologia pela Université de Toulouse-Le-Mirail, da França. É autor e organizador de diversos livros, entre os quais *Igreja: comunidade e massa* (São Paulo: Paulinas, 1996); e *O desmonte da nação: balanço do governo FHC* (Petrópolis: Vozes, 1999). Concedeu as entrevistas “Não há mudanças nas estruturas geradoras da desigualdade”, disponível em <http://bit.ly/1jNgB42>; A Vale do Rio Doce e o neoliberalismo no Brasil, publicada no site do IHU em 13-08-2007, disponível em <http://bit.ly/J5Fo58>; e

dobramentos do Concílio Vaticano II e no contexto maior das referidas conferências episcopais, e como tomada firme de posição na direção dos Direitos Humanos, a constituição da Comissão Brasileira de Justiça e Paz em 1969, que se subdividiu em seções regionais, com ostensivo apoio de arcebispos como Dom Evaristo Arns<sup>24</sup>, em São Paulo. As Comissões de Justiça e Paz desenvolveram uma ampla rede de prestação de serviços jurídicos a presos políticos, o que permitiu, doravante, o arquivamento de cópias dos Inquéritos Policiais Militares – IPMs que hoje nos permitem estudar diversos agrupamentos políticos clandestinos. Resultante desse trabalho, temos diversas publicações que registram e analisam esse período da história brasileira. Por fim, cabe destacar o papel do alto clero na interlocução direta com autoridades do regime e a denúncia das práticas de tortura, contribuindo para acelerar o processo de abertura política iniciado no governo de Ernes-

“Derrotar o Serra nas urnas e depois a Dilma nas ruas”, disponível em <http://bit.ly/1bDoYLZ>. A solução é a “economia verde”?, artigo de Ivo Lesbaupin publicado nas *Notícias do Dia*, de 04-03-2012, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/19N8NI5>; “Não há mudanças nas estruturas geradoras da desigualdade”, entrevista com Ivo Lesbaupin publicada na edição 386, de 19-03-2012, disponível em <http://bit.ly/19sKVwZ>; Risco de volta da direita?, artigo de Ivo Lesbaupin publicado nas *Notícias do Dia*, de 03-11-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/18uOPXx>. (Nota da IHU On-Line)

24 Dom Paulo Evaristo Arns (1921): é um frade franciscano, sacerdote católico brasileiro, quinto arcebispo de São Paulo, tendo sido o terceiro prelado dessa Arquidiocese a receber o título de cardeal. Atualmente é arcebispo-emérito de São Paulo e protopresbítero do Colégio Cardinalício. Entre 1979 e 1985, coordenou com o Pastor Jaime Wright, de forma clandestina, o projeto **Brasil: Nunca Mais**. Este projeto tinha como objetivo evitar o possível desaparecimento de documentos durante o processo de redemocratização do país. O trabalho foi realizado em sigilo e o resultado foi a cópia de mais de um milhão de páginas de processos do Superior Tribunal Militar (STM). Contudo, este material foi microfilmado e remetido ao exterior diante do temor de uma apreensão do material. Em ato público realizado dia 14 de junho de 2011, foi anunciada a futura repatriação, digitalização e disponibilização para todos os brasileiros deste acervo. (Nota da IHU On-Line)

## “Após o golpe civil-militar de 1964 e a perseguição e repressão política que se seguiu, as organizações políticas à esquerda foram empurradas para a clandestinidade”

to Geisel<sup>25</sup>, ou seja, para o retorno a um regime representativo no Brasil.

### IHU On-Line – Como foi o processo de transição da Juventude Universitária Católica – JUC para a Ação Popular? Por que houve rompimento com a Igreja Católica?

Fábio Pires Gavião – No final da década de 1950, a JUC foi transformando suas práticas, entendendo que a missão evangelizadora naquele momento histórico demandava um maior “engajamento no temporal”, forma pela qual justificavam o maior envolvimento dos jucistas no movimento estudantil, marcado à época pelos grandes debates políticos e econômicos visando ao desenvolvimento nacional. Ao buscar disputar postos de poder no movimento estudantil, o “setor político” da JUC faz alianças com militantes marxistas e promove um alinhamento programá-

25 Ernesto Geisel (1908-1996): ditador militar e político brasileiro. Foi adido militar no Uruguai, comandante da XI Região Militar em Brasília, chefe do gabinete militar da presidência da República no governo Castelo Branco, ministro do Superior Tribunal Militar e presidente da Petrobras (1969-1973). Eleito presidente da República por um Colégio Eleitoral (1973), indicado pelos militares, tomou posse em 15 de março de 1974, como penúltimo ditador militar depois do golpe de 1964. (Nota da IHU On-Line)

tico em torno da luta por reformas sociais, que em essência eram as propostas do PCB. Tal postura, bastante clara nos documentos internos a partir do Congresso dos 10 anos da JUC (1960), não foi bem vista pela Hierarquia, que soma esforços para reorientar o movimento. As lideranças jucistas no movimento estudantil percebem que um movimento de apostolado leigo, tutelado pela Hierarquia, não seria o instrumento ideal para uma luta eminentemente progressista. Organizam, portanto, a Ação Popular em 1962.

### IHU On-Line – O Humanismo Cristão pode ser considerado o marco conceitual das estratégias da Ação Popular? A propósito, como este conceito pode ser compreendido a partir do pensamento dos filósofos Jacques Maritain<sup>26</sup>, Louis Joseph Lebret<sup>27</sup>,

26 Jacques Maritain (1882-1973): filósofo francês. O pensamento tomista de Maritain serviu-lhe de parâmetro para a abordagem e julgamento de situações concretas como a política, a educação, a arte e a religião vigentes. Mas tratou também da base da gnosiologia, decidindo-se pelo realismo imediato e intuição do ser, tal como no aristotelismo e na escolástica originária. Diferenciou a filosofia e a ciência experimental, bem como as diversas ciências filosóficas. Advertiu para a diferença entre o tema da lógica e o da gnosiologia. Foi um dos principais expoentes do tomismo no século XX. Uma de suas obras principais é *Por um humanismo cristão* (São Paulo: Paulus, 1999). Sobre Maritain, confira *Maritain à contre-temps: Pour une démocratie vivante* (Paris: Desclée de Brouwer, 2007), do filósofo jesuíta Paul Valadier. (Nota da IHU On-Line)

27 Louis Joseph Lebret (1897-1966): dominicano francês, é considerado um pioneiro do movimento teórico do desenvolvimento econômico que surgiu depois da Segunda Guerra Mundial. Sua visão humanista da economia segue tendo grande atualidade até os dias de hoje. Foi capelão de pescadores e promotor de uma economia cooperativa na busca de melhorias para o mundo dos marinheiros. Em 1941 fundou o movimento Economia e Humanismo, a partir do qual, em companhia de François Perroux, construiu e ilustrou a problemática e a prática da Economia Humana, preocupada, fundamentalmente, em gerar uma nova aproximação dos estudiosos sociais à realidade, abrindo-se a uma visão global da dinâmica das sociedades e das culturas. Em 1953 integrou-se a Organização das Nações Unidas para estabelecer os Níveis de Desenvolvimento no Mundo. Em companhia de Josué de Castro, Diretor da FAO, trabalhou para estabelecer uma ação internacional, lutar contra as desigualdades e promover uma nova Ética do

**Teilhard de Chardin<sup>28</sup> e Emmanuel Mounier<sup>29</sup> nesta perspectiva?**

Desenvolvimento. (Nota da IHU On-Line) 28 **Pierre Teilhard de Chardin** (1881-1955): paleontólogo, teólogo, filósofo e jesuíta, que rompeu fronteiras entre a ciência e a fé com sua teoria evolucionista. O cinquentenário de sua morte foi lembrado no *Simpósio Internacional Terra Habitável: um desafio para a humanidade*, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos de 16 a 19-05-2005. A edição 140 da IHU On-Line, de 09-05-2005, dedicou-lhe o tema de capa sob o título *Teilhard de Chardin: cientista e místico*, disponível em <http://bit.ly/ihuon140>. Veja também a edição 304, de 17-08-2009, chamada *O futuro que advém. A evolução e a fé cristã segundo Teilhard de Chardin*, em <http://bit.ly/ihuon304>. Confira, ainda, as entrevistas *Teilhard revela a cumplicidade entre o espírito e a matéria*, na edição 135, de 05-05-2005, em <http://bit.ly/ihuon135> e *Teilhard de Chardin, Saint-Exupéry*, publicada na edição 142, de 23-05-2005, em <http://bit.ly/ihuon142>, ambas com Waldecy Tenório. Na edição 143, de 30-05-2005, George Coyne concedeu a entrevista *Teilhard e a teoria da evolução*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon143>. (Nota da IHU On-Line) 29 **Emmanuel Mounier** (1905-1950): filósofo francês, fundador da revista *Esprit*.

**Fábio Pires Gavião** – O humanismo cristão de matriz francesa se desenvolveu no contexto da resistência ao nazifascismo na década de 1930 na Europa. Por outro lado, por ser cristão, não poderia coadunar-se com o materialismo histórico. Dessa forma, constitui-se em sua face política um ideário de terceira via. Ao buscar orientar a prática de engajamento político de católicos, justifica a prática de alianças estratégicas com grupos marxistas, para o combate comum ao nazifascismo. Tais filósofos filiados a essa corrente de pensamento católico foram a base para a constituição da democracia cristã no pós-guerra, e foram reapropriados no Brasil pela esquerda católica, para justificar a prática de alianças com estudantes

Suas obras influenciaram a ideologia da democracia cristã. A edição 155 da IHU On-Line, de 12-09-2005 tem como tema de capa *Emmanuel Mounier: por uma revolução personalista e comunitária*, disponível em <http://bit.ly/ihuon155>. (Nota da IHU On-Line)

marxistas no contexto específico do início da década de 1960 no movimento estudantil e nos movimentos sociais em geral. Uma vez que a organização de AP se dá no interior dos quadros da JUC, ela foi marcada fortemente em sua origem por este ideário, superado posteriormente após o golpe civil-militar de 1964; contudo, semeou os caminhos que levariam ao desenvolvimento paralelo da Teologia da Libertação. Uma análise mais pormenorizada dessa interpretação pode ser encontrada ao longo dos capítulos de minha dissertação de mestrado.

**Leia mais...**

- *Ação Popular e a esquerda católica: um resgate*. Entrevista com Fábio Pires Gavião publicada nas **Notícias do Dia**, de 27-09-2013, disponível em <http://bit.ly/1jXRzGX>.

**Acesse [www.ihu.unisinos.br/entrevistas](http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas) e confira diariamente importantes debates conjunturais**

The screenshot shows the IHU website layout. At the top, there is a navigation bar with the IHU logo and the text 'www.unisinos.br minhaUnisinos'. Below this is a search bar and a row of menu buttons: 'Início', 'Sobre o IHU', 'Áreas', 'Notícias', 'Entrevistas', 'Publicações', 'Eventos', 'Cepat', 'Espiritualidade', and 'Entre em contato'. The main content area features a 'ENTREVISTAS' section with the sub-header 'As mais recentes entrevistas realizadas pela equipe do IHU. Confira uma nova entrevista por dia.' Below this, there is a featured article titled 'Outono Indígena. Entrevista especial com Jorge Eremites de Oliveira' dated 'Segunda, 17 de Junho de 2013'. The article includes a small image of a person and a quote: '“O governo federal tem olhado para o povo indígena com a lente do agronegócio, recebida do movimento ruralista. Isso faz parte da lógica do desenvolvimento econômico a qualquer custo e atende a projetos políticos para a disputa de eleições futuras”, diz o historiador.' Below the quote, it says 'Confira a entrevista.' and 'Foto: racismocombateitala.net.br'. At the bottom of the article, there is a 'Compartilhar' button and a '0 Comentários' indicator. To the right, there is a 'NOTÍCIAS' sidebar with several news items: 'Em resposta à violência, manifestantes preparam maior protesto em São Paulo, Iolê, Rio, Brasília e Belo Horizonte, também protestam', 'Polícia atira bombas contra manifestantes e famílias na Quinta da Boa Vista', 'Protestos no Maracá: “Da Copa e do abraço, eu quero mais direito para a saúde e a educação”', and '\*Não queremos apenas circo. Que queremos também pão, trino da justiça social\*', followed by 'Maracá tem estreita contribuição em Copa das Condições'.

# Igreja, entre o apoio e a resistência ao golpe de 1964

Antônio Cechin, preso e torturado durante o regime militar, aponta que grande parte da Igreja Católica apoiou o golpe, mas que grupos minoritários alinhados aos apontamentos do Concílio Vaticano II se constituíram em importantes grupos de resistência

POR RICARDO MACHADO

“A maior parte da Igreja, em relação à quartelada cívico-militar de 1964, por causa principalmente de um anticomunismo doentio causado por uma consciência ingênua, não conseguia dominar e distinguir diferentes ideologias”, comenta Antônio Cechin, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, ao refletir sobre o papel da Igreja no Golpe Civil-Militar de 1964. “A ‘marcha do Rosário pelas famílias em favor da paz’ no Brasil, capitaneada pelo padre Peyton, norte-americano, nas vésperas do Golpe, em defesa do país contra o comunismo que a mídia proclamava como iminente, encheu o largo da Prefeitura de Porto Alegre com milhares e milhares de pessoas. Essas marchas, feitas em todas as principais cidades do Brasil, foram o ato de massa que deu legitimidade e respaldo civil-religioso ao golpe que se estava gestando em nosso meio e que fora brechado alguns anos antes pelo Levante pela Legalidade do povo rio-grandense comandado por Leonel Brizola”, complementa.

Preso e torturado duas vezes, Antônio Cechin conta que a razão de suas detenções estava relacionada ao fato de ser, como ele mesmo diz, “um Catequista da Libertação”. Cechin disse diversas vezes que deve sua vida a Dom Vicente Scherer, que lhe tirou do cárcere nas duas ocasiões, mas mantém um posicionamento crítico ao pensar nas figuras de Scherer e de Dom Hélder Câmara no contexto de 1964. “Para mim, Dom Vicente foi um Pastor zelosíssimo daquilo que hoje considero o modelo europeu de catolicismo que chegou da Europa através de Portugal em 1500. Modelo esse que se esgotou com o Concílio Vaticano II. (...) Dom Hélder foi o iniciador da Igreja do Brasil e com ele retornamos ao modelo de Igreja dos Primórdios, porque ‘Deus é para nós o único absoluto, porém o absoluto de Deus são os pobres’”, avalia.

Antônio Cechin é irmão marista, graduado em Letras Clássicas (grego, latim e português) e em Ciências Jurídicas e Sociais. Trabalha como agente de Pastoral em diversas periferias da região metropolitana de Porto Alegre, sendo também assessor de Comunidades Eclesiais de Base do Rio Grande do Sul, de catadores e de recicladores. Desempenha ainda a função de coordenador do Comitê Sepé Tiaraju e da Pastoral da Ecologia do Regional Sul III da CNBB. Escreveu *Empoderamento Popular: Uma pedagogia de libertação* (Porto Alegre: Estef, 2010). Publica periodicamente artigos nas **Notícias do Dia** do sítio do **IHU**.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Como foi a atuação da Igreja Católica quando houve o Golpe de 1964? De que maneira a instituição se posicionou em relação à situação política da época?**

**Antônio Cechin** – Assim como o Golpe de 1964 não foi somente militar, mas sim cívico-militar, fazendo parte da sociedade civil, também a própria Igreja teve certa participação. Paulo

Freire<sup>1</sup>, nosso maior educador brasileiro,

<sup>1</sup> Paulo Freire (1921-1997): educador brasileiro. Como diretor do Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife, obteve sucesso em programas de alfabetização, depois adotados pelo governo federal (1963). Esteve exilado entre 1964 e 1971 e fundou o Instituto de Ação Cultural em Genebra, Suíça. Foi também professor da Unicamp (1979) e secretário de Educação da prefeitura de São Paulo (1989-1993). É autor de *A Pedagogia do Oprimido*, entre outras obras.

leiro, criou a palavra conscientização, enriquecendo assim o vocabulário da língua portuguesa. Até Paulo Freire só falávamos em tomada de consciência. Porém, conscientização é infinitamente mais do que isso, porque Freire, em

A edição 223 da revista **IHU On-Line**, de 11-06-2007, teve como título *Paulo Freire: pedagogia da esperança* e está disponível em <http://bit.ly/ihuon223>. (Nota da **IHU On-Line**)

suas palestras, distinguia sempre quatro graus de consciência. Em ordem crescente: consciência mítica, empírica, ingênua e científica.

Quando se trata de análise da realidade é que mais se pode evidenciar se as pessoas o fazem com uma simples tomada de consciência ou se são pessoas conscientizadas, e até mesmo se pode identificar o grau de consciência de cada um e em que espécie de consciência navegam pelo método de alfabetização criado por Paulo Freire. Enquanto não se adota o instrumento global de análise da realidade alinhado particularmente por Marx<sup>2</sup> – inventor do comunismo depois de destrinchar por completo o sistema capitalista em análise minuciosa –, embarca-se com a maior facilidade nos meios de comunicação do sistema capitalista que, desde muito tempo atrás, para salvar a pele da classe dominante do país, em face da extrema pobreza que o capitalismo gera, acaba-se caindo na ideologia da sociedade hegemônica. Cunhou-se, na época, a expressão “comunista come crianças” para designar o horror causado aos que estão bem demais no mundo, por causa da riqueza que esbanjam, em relação a qualquer possibilidade de mudança para um sistema político de uma sociedade que não seja o capitalismo imperante.

A maior parte da Igreja, em relação à quartelada cívico-militar de 1964, por causa principalmente de um anticomunismo doentio causado por uma consciência ingênua, não conseguia dominar e distinguir diferentes ideologias. A “Marcha do Rosário pelas famílias em favor da paz” no Brasil, ca-

pitaneada pelo Padre Peyton<sup>3</sup>, norte-americano, nas vésperas do Golpe, em defesa do país contra o comunismo que a mídia proclamava como iminente, em Porto Alegre, encheu o Largo da Prefeitura com milhares e milhares de pessoas. Essas marchas feitas em todas as principais cidades do Brasil foram o ato de massa que deu legitimidade e respaldo civil-religioso ao golpe que se estava gestando em nosso meio e que fora brechado alguns anos antes pelo Levante pela Legalidade do povo rio-grandense comandado por Leonel Brizola<sup>4</sup>.

A Assembleia Geral da CNBB<sup>5</sup> daquele ano de 1964, contra o voto de uma minoria conscientizada, agradeceu publicamente aos militares pelo fato de terem, através do Golpe, “salvado o país do comunismo” e pelo mesmo acontecimento realizaram uma cerimônia de ação de graças a Deus e a Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil.

<sup>2</sup> **Karl Marx** (1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. A edição número 41 dos *Cadernos IHU Ideias*, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título *A (anti) filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da *IHU On-Line*, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <http://bit.ly/rhygP>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da *IHU On-Line*, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/JwXRSa>. (Nota da *IHU On-Line*)

<sup>3</sup> **Patrick Peyton** (1909-1992): foi um padre católico irlandês. Era membro da Congregação de Santa Cruz, pároco de Hollywood e fundador da Cruzada do Rosário em Família - movimento autorizado pela Igreja que visava unir as famílias em torno da oração. Padre Peyton tornara-se extremamente grato a Nossa Senhora pela recuperação de sua saúde e, com a permissão dos seus superiores, iniciou uma cruzada, na qual pregava a importância da oração, especialmente quando feita em família. Era conhecido como “o padre de Hollywood”, pelo gosto por holofotes e multidões. A visita do Padre Peyton ao Brasil, em 1963, teve também um sentido de pregação anticomunista e contou com o apoio da CIA, no contexto da Guerra Fria, contribuindo para a preparação do golpe militar de 1964. (Nota da *IHU On-Line*)

<sup>4</sup> **Leonel de Moura Brizola** (1922-2004): político brasileiro, nascido em Carazinho, no Rio Grande do Sul. Foi prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul, deputado federal pelo extinto Estado da Guanabara e duas vezes governador do Rio de Janeiro. Sua influência política no Brasil durou aproximadamente 50 anos, inclusive enquanto exilado pelo Golpe de 1964, contra o qual foi um dos líderes da resistência. Por várias vezes foi candidato a presidente do Brasil, sem sucesso, e fundou um partido político, o PDT. Sobre Brizola, confira a primeira edição dos *Cadernos IHU em formação* intitulado *Populismo e trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em <http://bit.ly/ihuem01>. (Nota da *IHU On-Line*)

<sup>5</sup> **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)**: trata-se de um organismo permanente que reúne os bispos católicos do Brasil que, conforme o Código de Direito Canônico, exercem conjuntamente certas funções pastorais em favor da comunidade católica de seu território. (Nota da *IHU On-Line*)

**IHU On-Line – Como o Concílio Vaticano II gerou reflexos na postura da Igreja no Brasil com relação ao Golpe?**

**Antônio Cechin** – O golpe militar se deu durante o período em que se realizava o Concílio Vaticano II<sup>6</sup>, que iniciou em 11 de outubro de 1962 com o discurso de abertura do papa João XXIII<sup>7</sup>. Foi realizado em quatro sessões, e só terminou no dia 8 de dezembro de 1965, três anos depois de ter sido iniciado.

O poder político cívico-militar não poupou esforços para a cooptação da Igreja Católica pelo simples fato de que é a Igreja da grande maioria do povo brasileiro e de grande influência no mundo inteiro. Por isso, um dos primeiros atos dos golpistas foi fretar um avião, sem despesa nenhuma para a CNBB, para a totalidade dos bispos

<sup>6</sup> **Concílio Vaticano II**: convocado no dia 11-11-1962 pelo Papa João XXIII. Ocorreram quatro sessões, uma em cada ano. Seu encerramento deu-se a 8-12-1965, pelo Papa Paulo VI. A revisão proposta por este Concílio estava centrada na visão da Igreja como uma congregação de fé, substituindo a concepção hierárquica do Concílio anterior, que declarara a infalibilidade papal. As transformações que introduziu foram no sentido da democratização dos ritos, como a missa rezada em vernáculo, aproximando a Igreja dos fiéis dos diferentes países. Este Concílio encontrou resistência dos setores conservadores da Igreja, defensores da hierarquia e do dogma estrito, e seus frutos foram, aos poucos, esvaziados, retornando a Igreja à estrutura rígida preconizada pelo Concílio Vaticano I. O *Instituto Humanitas Unisinos - IHU* promoveu, de 11 de agosto a 11-11-2005, o ciclo de estudos *Concílio Vaticano II - marcos, trajetórias e perspectivas*. Confira a edição 157 da *IHU On-Line*, de 26-09-2005, intitulada *Há lugar para a Igreja na sociedade contemporânea? Gaudium et Spes: 40 anos*, disponível em <http://bit.ly/mT6cyj>. Ainda sobre o tema, a *IHU On-Line* produziu a edição 297, *Karl Rahner e a ruptura do Vaticano II*, de 15-6-2009, disponível em <http://bit.ly/o2e8cX>, bem como a edição 401, de 03-09-2012, intitulada *Concílio Vaticano II. 50 anos depois*, disponível em <http://bit.ly/REokjn>, e a edição 425, de 01-07-2013, intitulada *O Concílio Vaticano II como evento dialógico. Um olhar a partir de Mikhail Bakhtin e seu Círculo*, esta disponível em <http://bit.ly/1cUJZfC>. (Nota da *IHU On-Line*)

<sup>7</sup> **Papa João XXIII** (1881-1963): nascido Angelo Giuseppe Roncalli. Foi Papa de 28-10-1958 até a data da sua morte. Considerado um papa de transição, depois do longo pontificado de Pio XII, convocou o Concílio Vaticano II. Conhecido como o “Papa Bom”, João XXIII foi declarado beato por João Paulo II em 2000. (Nota da *IHU On-Line*)

brasileiros se deslocarem até o Vaticano a fim de participar da sessão conciliar do ano de 1964. Conquistando os bispos, pensavam que também teriam o povo cristão do seu lado.

Dentro do avião e depois na Domus Mariae, em Roma, onde o episcopado brasileiro esteve hospedado durante mais de um mês de sessão conciliar, os bispos, apesar do entrecruzamento diário nas aulas conciliares, aproveitaram o ensejo para também eleger a nova direção da CNBB. A maioria conservadora do episcopado elegeu uma diretoria composta de bispos conservadores e, como tais, tolerantes em relação ao Golpe. Defnestraram simplesmente Dom Hélder Câmara<sup>8</sup>, que era o secretário executivo da CNBB, logo ele que havia sido o fundador do órgão colegiado dos bispos, atendendo solicitação do Papa João XXIII. Essa deposição do “bispo vermelho”, segundo o epíteto que lhe criaram os militares da ditadura, serviu de cobertura à proibição total que impuseram a toda a imprensa brasileira no sentido de jamais publicar algo sobre Dom Hélder, nem o próprio nome.

Também foram demitidos todos os assessores que faziam parte dos quadros da Conferência, escolhidos por Dom Hélder. Haviam escolhido para novo presidente Agnelo Rossi<sup>9</sup>

8 **Dom Hélder Câmara** (1909-1999): arcebispo lembrado na história da Igreja Católica no Brasil e no mundo como um grande defensor da paz e da justiça. Foi ordenado sacerdote aos 22 anos de idade, em 1931. Aos 55 anos, foi nomeado arcebispo de Olinda e Recife. Assumiu a Arquidiocese em 12-03-1964, permanecendo neste cargo durante 20 anos. Na época em que tomou posse como arcebispo em Pernambuco, o Brasil encontrava-se em pleno domínio da ditadura militar. Paralelamente às atividades religiosas, criou projetos e organizações pastorais, destinadas a atender as comunidades do Nordeste que viviam em situação de miséria. Dedicamos a editoria Memória da **IHU On-Line** número 125, de 29-11-2005, a Dom Hélder Câmara, publicando o artigo *Hélder Câmara: cartas do Concílio*, em <http://bit.ly/ihuon125>. Na edição 157, de 26-09-2005, publicamos a entrevista *O Concílio, Dom Hélder e a Igreja no Brasil*, realizada com Ernanne Pinheiro, que pode ser lida em <http://bit.ly/ihuon157>. Confira, ainda, a editoria Filme da Semana da edição 227 da **IHU On-Line**, 09-06-2007, que comenta o documentário *Dom Hélder Câmara - o santo rebelde*. O material pode ser acessado em <http://bit.ly/ihuon227>. (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Dom Agnelo Rossi** (1913-1995): foi um prelado católico brasileiro, décimo sexto

e, para o setor dos leigos, o cardeal Vicente Scherer<sup>10</sup>. De volta ao Brasil, o cardeal Scherer fechou a Ação Católica Brasileira<sup>11</sup> especializada, que reunia a fina flor da militância católica totalmente contrária ao Golpe e que sofreu o impacto maior da ditadura, transformando vários deles nos primeiros mártires do regime. Exemplo emblemático foi o assassinato do Padre Henrique Pereira Neto<sup>12</sup>, em Recife. Ele era Assessor da Juventude Universitária Católica – JUC<sup>13</sup> na Diocese de Dom Hélder. Não podendo assassinar o bispo Dom Hélder, os militares mataram o sacerdote mais engajado nos trabalhos pastorais.

Em contraposição, a postura da primeira direção da CNBB, diretoria organizada por Dom Hélder, teve o conteúdo central do Concílio aprovado dentro da linha progressista João XXIII–Helder Câmara. O Concílio na realidade teve dois encerramentos: o primeiro, na grande praça São Pedro

bispo de São Paulo, sendo seu quarto arcebispo e segundo cardeal. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Dom Vicente Scherer** (1903-1996): cardeal brasileiro. Foi ordenado padre em 1926, em Porto Alegre. Recebeu ordenação episcopal em fevereiro de 1947. Entre os anos de 1946 e 1981, foi arcebispo de Porto Alegre. (Nota da **IHU On-Line**)

11 **Ação Católica**: nome dado ao conjunto de movimentos criados pela Igreja Católica no século XX, visando ampliar sua influência na sociedade, através da inclusão de setores específicos do laicato e do fortalecimento da fé religiosa, com base na Doutrina Social da Igreja. No Brasil, a Ação Católica foi criada em 1935 pelo Cardeal Leme. No início dos anos 1960, a Ação Católica contava com três organizações destinadas aos mais jovens: a Juventude Estudantil Católica (JEC), formada por estudantes secundários, a Juventude Operária Católica (JOC), que atuava no meio operário, e a Juventude Universitária Católica (JUC), constituída por estudantes de nível superior. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Antônio Henrique Pereira Neto** (1940-1969): padre cuja formação sacerdotal foi feita em Olinda, João Pessoa, com estudos de psicologia nos Estados Unidos. Foi ordenado sacerdote no dia de Natal de 1965, logo após o término do Concílio Vaticano II. Leia no sítio do **IHU** matéria especial sobre a morte do Padre Antônio Henrique Pereira Neto, no link <http://bit.ly/1dV5lv1>. (Nota da **IHU On-Line**)

13 **Juventude Universitária Católica (JUC)**: foi uma associação civil católica reconhecida pela hierarquia eclesástica em 1950 como setor especializado da Ação Católica Brasileira - ACB. Tinha como objetivo difundir os ensinamentos da Igreja no meio universitário. (Nota da **IHU On-Line**)

do Vaticano, e o segundo, no recôndito das Catacumbas do início do cristianismo. Perseguidos os cristãos pelos imperadores romanos, o povo fiel se reunia secretamente nos subterrâneos da cidade. Aí também enterrava seus mártires. Esse segundo encerramento organizado por Dom Hélder Câmara reuniu em torno de uma centena de bispos do mundo inteiro e passou para a história com o nome de Pacto das Catacumbas<sup>14</sup>. Estabeleceram entre si um pacto destinado a transformar a Igreja universal em autêntica Igreja Pobre com total opção pelos pobres. Com o Pacto das Catacumbas em Roma, Dom Hélder profetizou a leva de mártires que a Igreja do Brasil e de todo o continente latino-americano forneceria para enriquecimento do martirólogo da Igreja Católica.

**IHU On-Line – O que foram as fichas catequéticas e por que incomodavam tanto os militares? Essa “Catequese Nova e Libertadora”, como o senhor mesmo definiu e propôs, foi a razão de suas prisões?**

**Antônio Cechin** – Foi no início da década de 1950 que Dom Hélder, quando bispo auxiliar do cardeal do Rio de Janeiro, começou um discurso inteiramente novo. Mirrado que era Dom Hélder fisicamente, fazia discursos tonitruantes que ecoavam pelo mundo inteiro. Com argumentos irrefutáveis, tomando até Jesus Cristo, Filho de Deus encarnado como modelo da opção pelos pobres, pregava a obrigação que tínhamos para com os “últimos” que compõem a imensa maioria da população brasileira em situação de fome e miséria.

Aconteceu então o mergulho da Igreja nas periferias, nos grotões dos campos interioranos e nos meios urbanos mais afastados dos centros das cidades. Foi a chamada **Inserção** da Igreja nas periferias, empenhada na organização das Comunidades Eclesiais de Base entre os pobres. Trabalhava-se em duas dimensões, a exemplo de Jesus de Nazaré, que dedicava grande parte de seu tempo à pequena comunidade dos 12 apóstolos, com a finalidade de servirem de fermento das massas ou multidões.

14 O conteúdo do *Pacto das Catacumbas* pode ser acessado em <http://bit.ly/1i7GGb7>. (Nota da **IHU On-Line**)

Paulo Freire, militante cristão da diocese de Dom Hélder na cidade de Recife, inventou também seu método de educação começando com essa imensa população mais abandonada e analfabeta. Esse método se chama de “Educação para a Prática da Liberdade” ou “Pedagogia do Oprimido”. Pelos grotescos dos campos, no interior, e na cidade escalando morros, buscavam-se: as “palavras geradoras” para a alfabetização e os “temas geradores” para a educação.

As Fichas Catequéticas, com base no método Paulo Freire, inauguraram no Brasil a chamada Catequese Libertadora, à qual se seguiu a Teologia da Libertação<sup>15</sup>. Começou-se com Fichas a serem utilizadas nas aulas de Religião das escolas religiosas e leigas ou públicas e estatais, porque todas as escolas podiam optar pelo ensino religioso, que era facultativo. Num segundo momento, estendemos essa Catequese Libertadora às próprias Comunidades de Base que se constituíam na nova base da Igreja e também da nova sociedade. A Catequese Libertadora para a América Latina havia sido urgida na grande Assembleia<sup>16</sup> do episcopado latino-americano realizado na cidade de Medellín, Colômbia, no ano de 1968.

### Material subversivo

No ano de 1969, em plena ditadura, os militares de plantão em

Brasília, a cada novo ano, celebravam em todo o Brasil o aniversário da “revolução”, na semana que precedia ao dia 01 de abril. No ano de 1969, no dia reservado ao Ministério da Educação, apresentou-se na televisão o próprio titular da pasta, o general Jarbas Passarinho<sup>17</sup>. Em longa palestra, com nossas Fichas Catequéticas em punho, lia partes, comentando sempre. Até o final, acabou lendo por inteiro duas aulas do feixe de fichas correspondentes à primeira série ginásial, intituladas Rumo à Terra Prometida. Encucado estava o general com essa tal de Terra Prometida, porque a linguagem de todas as Fichas, sempre segundo ele, propositalmente era nebulosa, quando não linguagem cifrada. Que Terra seria essa? Interrogava a si mesmo e aos telespectadores. Não seria o paraíso comunista?... Fazendo ilações de todo o tipo, ao fim e ao cabo, asseverou: Este material é altamente subversivo. Lastimava que colégios públicos e católicos tivessem a coragem de utilizar tal material didático com vistas a comunicar o Brasil, correndo inteiramente o futuro da juventude. Arrematou referindo-se a Colégios Católicos particulares que até subvenções em dinheiro do governo recebiam anualmente e cometiam o pecado de ingratidão utilizando esse material em salas de aula.

Nós, os autores, ficamos estarelecidos diante do que poderia nos acontecer. Naturalmente a corrida atrás das Fichas se deu no mesmo instante, a começar pelos biófilos, ou amantes da vida, como um precioso e raro material para ler e conhecer em profundidade, motivados que estavam pela ira que tinham contra os militares, e, também, não poucos, viram no fato uma glória para a Igreja da Catequese e da Teologia da Libertação. Mas a

procura se deu também pelos necrófilos, ou amigos da morte; estes, tendo a polícia como testa de ferro, bateram em todos os colégios que utilizavam nosso material “altamente subversivo” a fim de recolher tudo.

### Catequese da discórdia

Nossas Fichas, naturalmente, como Catequese oficial da Igreja tinham o “nada obsta” (nihil obstat) da autoridade eclesiástica, bem como o “imprima-se” (imprimatur) do Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre. O rebu causado pelas Fichas, simples, modestas e inocentes que se nos afiguravam, foi de arrepiar. Todo mundo, através da mídia falada, escrita e televisionada achou por bem entrar com seu pitaco sobre o assunto. Gente ilustre e gente menos ilustre. Professores e religiosos. Bispos e padres. Sociólogos e psicólogos. Todo mundo procurou entrar com sua colher torta no assunto, fosse entendido ou não em Catequese ou Pastoral.

O grande teatrólogo considerado o maior, Nelson Rodrigues<sup>18</sup>, se ocupou do assunto a fim de execrar o nosso material didático. Gustavo Corção<sup>19</sup>, o grande escritor católico, não se conteve e teceu comentários altamente destrutivos em relação à “Igreja de Passeatas” à qual ligava nosso material escrito.

### Interrogatório

A Nunciatura me chamou para interrogatório, e nossas Fichas foram parar no Vaticano. Minha prisão e tortura, ao lado de outros fatores, estou convencido de que aconteceram porque fui um Catequista da Libertação. Aliás, tinha sido eu que apresentara, em Medellín, no Congresso Internacional de Catequese, poucos dias antes da Assembleia dos Bispos, os

15 **Teologia da Libertação:** escola importante na teologia da Igreja Católica, desenvolvida depois do Concílio Vaticano II. Surge na América Latina, a partir da opção pelos pobres, e se espalha por todo o mundo. O teólogo peruano Gustavo Gutiérrez é um dos primeiros que propõe esta teologia. A Teologia da Libertação tem um impacto decisivo em muitos países do mundo. Sobre o tema confira a edição 214 da *IHU On-Line*, de 02-04-2007, intitulada *Teologia da libertação*, disponível para download em <http://bit.ly/bsMG96>. Leia, também, a edição 404 da revista *IHU On-Line*, de 05-10-2012, intitulada *Congresso Continental de Teologia. Concílio Vaticano II e Teologia da Libertação em debate*, disponível em <http://bit.ly/SSYVTO>. (Nota da *IHU On-Line*)

16 **Documento de Medellín:** Em 1968, na esteira do Concílio Vaticano II e da encíclica *Populorum Progressio*, realizada, na cidade de Medellín, Colômbia, a II Assembleia Geral do Episcopado Latino-Americano que dá origem ao importante documento que passou a ser chamado o Documento de Medellín. Nele se expressa a clara opção pelos pobres da Igreja Latino-Americana. A conferência foi aberta pessoalmente pelo papa Paulo VI. Era a primeira vez que um papa visitava a América Latina. (Nota da *IHU On-Line*)

17 **Jarbas Passarinho [Jarbas Gonçalves Passarinho]** (1920): militar e político brasileiro. Em 15 de junho de 1964 foi empossado governador do Pará em lugar do deposto Aurélio do Carmo, cuja presença à frente do Executivo foi dispensada pelo novo regime. Jarbas Passarinho filiou-se à ARENA e após deixar o governo<sup>1</sup> foi eleito senador em 1966, mas em seguida foi nomeado ministro do Trabalho e Previdência Social no governo Costa e Silva, sendo mantido no cargo pela Junta Militar de 1969, que assumiu o poder após o afastamento do presidente da República até que o presidente Emílio Garrastazu Médici o nomeou ministro da Educação. (Nota da *IHU On-Line*)

18 **Nelson Falcão Rodrigues** (1912-1980): dramaturgo, jornalista e escritor brasileiro. (Nota da *IHU On-Line*)

19 **Gustavo Corção** (1896-1978): foi um escritor e pensador católico brasileiro, autor de diversos livros sobre política e conduta, além de um romance. Foi membro da antiga União Democrática Nacional (UDN) e um expoente do pensamento conservador no Brasil. Sua obra é influenciada pelo Distributismo, a apologia católica do escritor inglês G.K. Chesterton, influência extensamente explicada no seu ensaio *Três Alqueires e uma Vaca*. Entretanto, uma outra influência sobre o seu pensamento veio do filósofo Jacques Maritain. (Nota da *IHU On-Line*)

Princípios Orientadores, bem como o método dessa nova catequese libertadora, própria para “países subdesenvolvidos”, como eram caracterizadas na época as nações do continente latino-americano. Nessa apresentação em Medellín, tive a assessoria do teólogo da libertação Hugo Assmann<sup>20</sup> e o apoio de toda a Equipe de Catequese da CNBB.

**IHU On-Line – Em diversos momentos o senhor já manifestou gratidão a Dom Vicente Scherer, que lhe salvou a vida quando foi preso em duas ocasiões. Qual a importância de Scherer no contexto do regime?**

**Antônio Cechin** – Dom Vicente Scherer foi meu amigo a vida inteira. Conheci-o quando era pároco na Igreja São Geraldo. Quando morreu seu antecessor Dom João Becker<sup>21</sup>, monsenhor Vicente Scherer, simples sacerdote, foi eleito pelo cabido da Arquidiocese como Vigário Capitular na arquidiocese vacante. Quando menos se esperava, a Santa Sé o escolheu para o episcopado e o nomeou logo como Arcebispo. De simples padre, Dom Vicente passou a arcebispo.

Como sacerdote e pároco que comecei a conhecer e depois como arcebispo, Dom Vicente foi sempre um pastor muito zeloso. A paróquia que ele dirigia, de São Geraldo, tinha um dos melhores grupos de jovens de toda a arquidiocese que até forneceram vocações sacerdotais gestados em seu seio. Um exemplo emblemático do extraordinário zelo apostólico aconteceu uns anos antes da ditadura militar no Brasil.

<sup>20</sup> **Hugo Assmann**: é professor na Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo. É doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (PUG), Itália. Gaúcho, foi professor de teologia no Seminário de Viamão na década de 1960. Exilado, foi um dos pioneiros da teologia da libertação. Uma vez radicado na Costa Rica, inicia uma importante pesquisa, juntamente com Franz Kinkelammert sobre Economia e Teologia. Já de volta ao Brasil, dedica-se aos temas da educação. (Nota da IHU On-Line)

<sup>21</sup> **Dom João Batista Becker** (1870-1946): titulado Conde João Becker pela Santa Sé, foi um bispo católico brasileiro. Aos 76 anos, faleceu Dom João Becker em Porto Alegre, meses antes de ordenar bispo o seu auxiliar na Arquidiocese de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, que seria bispo-auxiliar em Porto Alegre. Era 15 de junho de 1946. (Nota da IHU On-Line)

Francisco Julião<sup>22</sup>, advogado nordestino, começou a organizar a população pobre do nordeste para a Reforma Agrária. A mídia dava a impressão de que Julião havia “enfogueirado” as regiões mais pobres do Brasil. Dom Vicente, em reunião com clero e religiosos, declarou que o comunismo estava incendiando o Norte–Nordeste do Brasil e que dentro em pouco o comunismo desceria até o Rio Grande do Sul, e nós, como Igreja, perderíamos nossos viveiros vocacionais de sacerdotes e religiosos fornecidos pelas catolicíssimas famílias interioranas.

Imediatamente partiu para a ação. Visitou os párocos de toda a Arquidiocese, dando ordens a que cada pároco convidasse todos os colonos do município a fim de criarem em todos o seu sindicato rural. Com essa leva de sindicatos rurais, encarregou o bispo auxiliar D. Edmundo Kunz para ser o presidente da Federação Agrária Gaúcha – FAG. Mais tarde, a FAG se transformou em Federação dos Trabalhadores da Agricultura – FETAG.

**IHU On-Line – Qual foi a postura de Dom Vicente em relação aos religiosos católicos presos e aos demais presos?**

**Antônio Cechin** – No dia em que fui preso, depois de a quadra em que eu estava com meus manos ser cercada com camburões em todas as esquinas e de me introduzirem no DOPS<sup>23</sup>,

<sup>22</sup> **Francisco Julião** (1915-1999): advogado brasileiro que defendeu, a partir da década de 1950, as causas dos camponeses organizados, pressionados através de subterfúgios da lei pelos senhores de terra que tentavam desarticular a organização de ligas camponesas e expulsar de suas terras os moradores do Engenho Galileia. Para ampliar seu campo de luta, ingressou na tribuna política e elegeu-se Deputado Estadual em Pernambuco. Foi um dos maiores ativistas pela reforma agrária no Brasil. Exilou-se no México quando teve seus direitos cassados, em 1964. Foi anistiado em 1979 e faleceu em Tepoztlán, no México. Sobre sua trajetória, confira o livro escrito pelo jornalista Vandek Santiago, Francisco Julião: luta, paixão e morte de um agitador. Recife, Assembleia Legislativa, 2001 (Série Perfil Parlamentar Século XX). (Nota da IHU On-Line)

<sup>23</sup> **Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)**: criado em 1924, foi o órgão do governo brasileiro utilizado principalmente durante o Estado Novo e mais tarde na ditadura de 64, cujo objetivo era controlar e reprimir movimentos políticos e sociais contrários ao regime no poder. (Nota da IHU On-Line)

a casa dos meus manos foi devassada pelo Diretor do DOPS, que se demorou no apartamento das 16 horas até às 22 horas, esmiuçou até a cesta do lixo para juntar papeizinhos rasgados. Saindo do apartamento com os auxiliares, levou mais de 100 livros da biblioteca, certamente por achá-los subversivos. Alguns até eram contra o comunismo. Minha mana, em prantos, imediatamente correu até a cúria metropolitana a fim de pedir o auxílio de D. Vicente. Da primeira vez em que estive na cadeia, acabei ficando apenas dois dias incompletos para, ao final do segundo dia, o próprio secretário de Segurança do Estado, Coronel Jaime Mariath, em seu próprio automóvel – ele de motorista e eu de único passageiro –, levar-me até a cúria, moradia de D. Vicente, e a ele me entregar.

**IHU On-Line – Aliás, podemos entender as figuras de Dom Hélder Câmara e Dom Vicente Scherer como antípodas? No que se assemelhavam e no que se diferenciavam?**

**Antônio Cechin** – Os dois, Dom Hélder e Dom Vicente, tinham posições muito diferentes em relação não só à ditadura militar, mas também em relação à Pastoral, à própria teologia e à Catequese.

A qualidade boa de Dom Vicente é que não era “espiculão”, como diziam os jovens da JEC<sup>24</sup> com os quais eu trabalhava. Isto é, ele deixava trabalhar sem procurar vigiar ninguém. Quando, em um colossal êxodo rural, chegaram a Canoas nada menos de 13 mil operários para a construção do

<sup>24</sup> **Juventude Estudantil Católica (JEC)**: organizou-se, inicialmente, como um grupo basicamente feminino, existindo a partir de 1935. Num primeiro momento, sua atuação se restringiu às Associações Religiosas, tendo por finalidade a descoberta da Igreja pelos estudantes e a difusão do cristianismo dentro das escolas. Em 1966, com a descentralização dos Movimentos em relação à hierarquia da Igreja, proposto pela CNBB, a JEC organiza um Conselho Nacional para refletir sobre a situação em que se encontrava. Concluindo que estava com sua base desestruturada e que a situação histórica em que o país se encontrava desarticulava qualquer tentativa de mobilização social, a Equipe Nacional se desliga do Movimento, formando um grupo autônomo com objetivos políticos e sociais. Os que permaneceram na JEC tentaram rearticular o Movimento em algumas regiões no período de 1967 a 1970; não obtendo grandes resultados, decidiram finalizar suas atividades. (Nota da IHU On-Line)

Polo Petroquímico de Triunfo, eles encheram todas as periferias da cidade, em beiras de ruas e estradas. Então, no natal de 1979, ocupamos os latifúndios pertencentes aos herdeiros do sesmeiro Matias Velho, local que o padre vigário não botava o pé, considerado por ele como invasão e roubo de terra do próximo.

Na visita que Dom Vicente fazia uma vez por ano aos padres, ele me mandou avisar o vigário que, no domingo seguinte, o próprio Dom Vicente iria pessoalmente celebrar a missa para os “invasores” na capela que havia sido levantada em mutirão. Mandou ainda que eu advertisse o pároco para que estivesse pessoalmente ao lado dele na celebração.

### Pastor zeloso

Para mim, Dom Vicente foi um Pastor zelosíssimo daquilo que hoje considero o modelo europeu de catolicismo que chegou da Europa através de Portugal em 1500. Modelo esse que se esgotou com o Concílio Vaticano II. Dom Hélder foi o iniciador de um novo modelo de Igreja tipicamente latino-americano, aprovado no Concílio Vaticano II e, a partir desse evento, convocado por João XXIII. A este novo modelo de Igreja deve corresponder uma nova catequese, uma nova teologia, um novo tipo de vida, religião, etc. Estamos hoje bem avançados no mundo a ponto de Papa Francisco ser hoje o primeiro papa do nosso novo modelo, da Igreja da Catequese e Teologia da Libertação.

Dom Vicente foi um excelente sacerdote e arcebispo em condições de dar um salto, porque já diziam os latinos, “a natureza não dá saltos” (natura non facit saltus). Dom Hélder foi o iniciador da Igreja do Brasil e com ele retornamos ao modelo de Igreja dos Primórdios, porque “Deus é para nós o único absoluto, porém o absoluto de Deus são os pobres”, e John Sobrino diz que nossa missão como cristão é de desprezar da cruz os pobres de hoje, na qual estão crucificados.

**IHU On-Line – Qual foi a importância dos movimentos de resistência popular capitaneados pela Igreja, organizados pela Ação Católica?**

**Antônio Cechin** – A caminhada dos movimentos de resistência da Ação Católica Especializada, isto é, dos

jovens agricultores, estudantes secundaristas, independentes (profissões liberais), operários e universitários, apesar de ter sido uma caminhada de muito sofrimento, foi também de muita alegria e de grande entusiasmo. Há uma frase que ouvi na França e que nunca esqueci: “Quando a juventude perde o seu entusiasmo, o mundo bate os dentes de frio”. As saudades desses movimentos de muita militância são enormes. Foram a base da Igreja da Libertação, com suas espetaculares CEBs<sup>25</sup>, nova base de Igreja e de nova sociedade; foram a base do Partido dos Trabalhadores, que foi fundado por esses movimentos e só depois é que se somaram outras forças a esse partido que transformou o Brasil medieval em que vivíamos em um Brasil da modernidade.

É uma pena que os percalços da Caminhada, em grande parte devido ao hiato na continuidade atribuído aos dois papas – João Paulo II e Bento XVI –, nos tenha interrompido o processo, porque lembro que quando foi dado por encerrado o Vaticano II, lendo os documentos produzidos, dizíamos: “o Vaticano está lindo, maravilhoso porque ajustou a Igreja Universal ao que até hoje construímos no Brasil. Absolutamente nada de novo acima do que nós conseguimos estar vivendo aqui”.

### Saudade

Não raro me encontro com jovens daqueles tempos memoráveis, hoje gente de idade, e não encontrei um só que não esteja com saudade com expressões do gênero: “A JEC me deu embocadura para a vida inteira! Que maravilha!”. O mesmo não acontece com quem foi de movimentos outros de caráter conservador, que se ocupavam exclusivamente do religioso propriamente dito sem abertura alguma para o social, que acima caracterizamos como do modelo vindo

<sup>25</sup> **Comunidades Eclesiais de Base (CEBs):** trata-se de comunidades inclusivas ligadas principalmente à Igreja Católica que, incentivadas pela Teologia da Libertação após o Concílio Vaticano II (1962-1965), espalharam-se principalmente nos anos 1970 e 1980 no Brasil e na América Latina. O objetivo é a leitura bíblica em articulação com a vida, com a realidade política e social em que vivem e com as misérias cotidianas com que se deparam na matriz ordinária de suas vidas comunitárias. (Nota da IHU On-Line)

da Europa no início do Brasil propriamente dito. Pergunto hoje a alguém: Foste cursilista no passado, que tal?! Como vê hoje aqueles tempos e com aqueles movimentos? Em geral todos me respondem que têm vergonha de ter perdido tempo com aquele tipo de Igreja.

**IHU On-Line – Como avalia o trabalho da Comissão Nacional da Verdade? Por que resgatar a memória desse período é, mais que um gesto político, uma maneira de valorizar a liberdade e a vida?**

**Antônio Cechin** – Acho espetacular que tenhamos chegado finalmente à Comissão Nacional da Verdade, apesar do rugir de dentes das forças armadas, hoje bem aposentadas monetariamente, mas com as consciências sempre mais indormidas e sobressaltadas. Quem não tem história, não viveu. Apenas vegetou. Sem processo histórico, não há nem salvação, porque a História da Salvação é sinônimo de Bíblia, e o nosso Deus dos cristãos é um Homem, o Jesus de Nazaré, com uma Caminhada Histórica, a mais fantástica e inimaginável do mundo.

## Leia mais...

- *Fichas catequéticas, a prisão e a tortura.* Entrevista com Antônio Cechin publicada nas **Notícias do Dia**, de 03-01-2013, no sítio do **IHU**, disponível em <http://bit.ly/1dyid1G>.
- *Antonio Cechin, irmão marista, Profeta da Ecologia.* Publicado nas **Notícias do Dia**, de 18-06-2012, no sítio do **IHU**, disponível em <http://bit.ly/1pAcB74>.
- *Catequese Libertadora, a prima-pobre da Teologia da Libertação?* Artigo de Antônio Cechin publicado nas **Notícias do Dia**, de 17-10-2012, no sítio do **IHU**, disponível em <http://bit.ly/1l7Mww0>.
- *“Os pobres me evangelizaram”.* Entrevista com Antônio Cechin publicada nas **Notícias do Dia**, de 10-06-2007, no sítio do **IHU**, disponível em <http://bit.ly/OYpEUM>.

# A invenção interrompida de uma cultura da diversidade

Para Alexandre Rocha da Silva, a cultura brasileira nos anos 1960 era uma força ativa e criativa que foi combatida pelos militares a partir de 1964

POR RICARDO MACHADO

“Sobre a cabeça os aviões, sobre meus pés os caminhões”, cantou Caetano Veloso em verso, protesto e prosa no longínquo 1968, quando o Tropicalismo desafiava não somente a estética musical brasileira da época, mas também os militares, que no mesmo ano imporiam à nação o AI-5, restringindo ainda mais as liberdades de um país que já sonhava retomar a democracia. Em entrevista concedida pessoalmente à **IHU On-Line**, Alexandre Rocha considera que a manifestação artística dos anos 1960 era um movimento de criação da cultura brasileira e que a ditadura, sim, foi uma força reativa.

“Para mim, a força que resistiu, ressentida, por 20 anos, foi a ditadura. A força ativa era a da criação da cultura brasileira. A ditadura vem como força reativa, como uma paixão triste, infelizmente desejada por grande parcela da população brasileira. Os coletivos de cultura não estavam resistindo. Pelo contrário: estavam agindo intensa e positivamente, e assim continuam. (...) A ditadura precisou reagir a esses movimentos no sentido de reprimir sua proliferação. O que as formas institucionalizadas e os ditadores de plantão fizeram foi tentar impedir que a alegria proliferasse”, sustenta o entrevistado.

Apesar dos esforços em reprimir e sufocar a produção artístico-cultural dos anos de chumbo, a arte sobreviveu vigorosa, embora, claro, tenha se reorganizado após a reabertura política. “Eu acho que a produção mudou apenas o foco, passou a enfatizar, em termos

de crítica social, outras mazelas diferentes daquelas expressas pela figura dos militares no poder. A produção artística depois da ditadura continuou criativa: o cinema, o teatro, a música, as artes plásticas não morreram com a ditadura, pelo contrário. (...) A ditadura passou, eles passarinho”, pondera Alexandre. “É possível também referir o cinema recente do Nordeste, principalmente de Pernambuco, que está aí demonstrando alta qualidade. Não penso que isso tenha se esgotado, o que mudou foi a forma de engajamento, agora mais livre e diversa. São muitas as questões que advieram – violência policial, vida na periferia, libertação das mulheres, movimento negro e LGBT”, complementa.

Alexandre Rocha da Silva é graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, tem mestrado e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, realizando doutorado-sanduiche em Semiótica no *Centre d’Étude de La Vie Politique Française* e pós-doutorado na *Université de Paris III*. É pesquisador e professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS. Autor de *A dispersão na semiótica das minorias* (São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001) e de *Comunicação e minorias* (Porto Alegre: Entremeios, 2008). Também organizou uma série de outras obras e, atualmente, é editor da revista *Intexto*.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – De que maneira o Golpe Civil-Militar de 1964 rompeu com uma manifestação artística nacional, que desde o início da década de 1960 saía do eixo Rio-São Paulo e pro-**

**curava, na periferia nacional, um Brasil muito mais plural e amplo que o já conhecido da elite nacional da época?**

**Alexandre Rocha – O Golpe não inviabilizou tais manifestações, mas**

as perseguiu, censurou, atrapalhou. Foi uma bomba no processo civilizatório brasileiro que, no início dos anos 1960, na linha evolutiva da antropofagia inaugurada por Oswald

de Andrade<sup>1</sup>, buscava recriar o país. Criar o Brasil é o oposto de buscar sua identidade. A geração de Darcy Ribeiro<sup>2</sup>, Glauber Rocha<sup>3</sup>, Augusto Boal<sup>4</sup>, Zé Celso<sup>5</sup>, Hélio Oiticica<sup>6</sup>, Tom

Jobim<sup>7</sup> queria inventar um país, inventar o povo brasileiro esteticamente, de forma sofisticada, de forma a contribuir com a construção não da nossa memória, mas do nosso porvir.

na Tropicália<sup>9</sup>, no Cinema Novo<sup>10</sup>, no Teatro Opinião<sup>11</sup>, no Teatro Oficina<sup>12</sup>,

es e jovens cantores e/ou compositores de classe média da zona sul carioca. De início, o termo era apenas relativo a um novo modo de cantar e tocar samba naquela época, ou seja, a uma reformulação estética dentro do moderno samba carioca urbano. Com o passar dos anos, a Bossa Nova tornou-se um dos movimentos mais influentes da história da música popular brasileira, conhecido em todo o mundo. Um grande exemplo disso é a música Garota de Ipanema composta em 1962 por Vinícius de Moraes e Antônio Carlos Jobim. Sobre o tema, confira a edição da IHU On-Line intitulada *Chega de saudade... Bossa Nova, 50 anos*, de 08-09-2008, disponível em [http://bit.ly/YzDFvb\\_](http://bit.ly/YzDFvb_) (Nota da IHU On-Line)

**9 Tropicalismo, Movimento tropicalista ou Tropicália:** movimento cultural brasileiro que surgiu sob a influência das correntes artísticas de vanguarda e da cultura pop nacional e estrangeira (como o pop-rock e o concretismo), misturou manifestações tradicionais da cultura brasileira a inovações estéticas radicais. Tinha objetivos comportamentais, que encontraram eco em boa parte da sociedade, sob o regime militar, no final da década de 1960. O movimento manifestou-se principalmente na música (cujos maiores representantes foram Gilberto Gil, Torquato Neto, Os Mutantes e Tom Zé); manifestações artísticas diversas, como as artes plásticas (destaque para a figura de Hélio Oiticica), o cinema (o movimento sofreu influências e influenciou o Cinema novo de Glauber Rocha) e o teatro brasileiro (sobretudo nas peças anárquicas de José Celso Martinez Corrêa). Um dos maiores exemplos do movimento tropicalista foi uma das canções de Caetano Veloso, denominada exatamente “Tropicália”. Leia a edição 411 da IHU On-line, intitulada *Tropicalismo. O desejo de uma modernidade amorosa para o Brasil*, disponível em <http://bit.ly/ihuon411>. (Nota da IHU On-Line)

**10 Cinema Novo:** movimento cinematográfico brasileiro, influenciado pelo neorealismo italiano e pela “Nouvelle Vague” francesa, com reputação internacional. Surge em circunstâncias idênticas ao do movimento homônimo português, também referido como Novo Cinema. (Nota da IHU On-Line)

**11 Teatro Opinião:** grupo de teatro carioca que centraliza, nos anos 1960, o teatro de protesto e de resistência, núcleo de estudos e difusão da dramaturgia nacional e popular. Fundado em 1964, logo após o golpe militar de 1964, reúne artistas ligados ao Centro Popular de Cultura da UNE - CPC que havia sido colocado na ilegalidade. Seu grande sucesso é o musical “Opinião”, com participação de Zé Kéti, João do Vale e Nara Leão (substituída por Maria Bethânia), sob a direção de João das Neves e Augusto Boal. Como uma força de resistência, aglutina artistas dispersos ligados aos movimentos de arte popular da época. (Nota da IHU On-Line)

**12 Teatro Oficina Uzyna** ou simplesmente **Teatro Oficina:** é uma companhia de teatro do Brasil, localizada em

## “A força ativa era a da criação da cultura brasileira. A ditadura vem como força reativa, como uma paixão triste, infelizmente desejada por grande parcela da população brasileira”

Traços desta criação podem ser claramente percebidos na Bossa Nova<sup>8</sup>,

só mostra plenamente seus tons, cores, formas, texturas, grafismos e textos (mensagens como “Incorporo a Revolta” e “Estou Possuído”), e os materiais com que é executado (tecido, borracha, tinta, papel, vidro, cola, plástico, corda, palha) a partir dos movimentos de alguém que o vista. Por isso, é considerado uma escultura móvel. Em 1965, foi expulso de uma mostra no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro por levar ao evento integrantes da Mangueira vestidos com parangolês. A experiência dos morros cariocas fazia parte da dimensão da sua obra. (Nota da IHU On-Line)

**7 Antônio Carlos Brasileiro de Almeida Jobim (1927-1994):** mais conhecido como Tom Jobim, foi um compositor, maestro, pianista, cantor, arranjador e violonista brasileiro. É considerado o maior expoente de todos os tempos da música brasileira pela revista Rolling Stone, e um dos criadores do movimento da bossa nova. É praticamente uma unanimidade entre críticos e público em termos de qualidade e sofisticação musical. (Nota da IHU On-Line)

**8 Bossa nova:** derivado do samba e com forte influência do jazz, trata-se de um movimento da música popular brasileira do final dos anos 1950 lançado por João Gilberto, Tom Jobim, Vinícius de Mora-

**1 Oswald de Andrade (1890-1954):** poeta, romancista e dramaturgo. Nasceu em São Paulo e estudou na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Sua poesia é precursora do movimento que marcou a cultura brasileira na década de 1960, o concretismo. (Nota da IHU On-Line)

**2 Darcy Ribeiro (1922-1977):** etnólogo, antropólogo, professor, educador, ensaísta, romancista e político mineiro. Completou o curso superior na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, no ano de 1946. Trabalhou como etnólogo no Serviço de Proteção ao Índio, e, em 1953, fundou o Museu do Índio. Foi professor de etnologia e linguística tupi na Faculdade Nacional de Filosofia e dirigiu setores de pesquisas sociais do Centro de Pesquisas Educacionais e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, além de ocupar, no biênio 1959/1961, o cargo de presidente da Associação Brasileira de Antropologia. Foi eleito em 08 de outubro de 1992 para a Cadeira n. 11 da Academia Brasileira de Letras. (Nota da IHU On-Line).

**3 Glauber de Andrade Rocha (1939-1981):** cineasta brasileiro, ator e escritor. Começou a realizar filmagens (seu filme *Pátio*, de 1959), ao mesmo tempo que ingressou na Faculdade de Direito da Bahia, onde atualmente é a Universidade Federal da Bahia, entre 1959 e 1961, e logo abandonou para iniciar uma breve carreira jornalística, em que o foco era sempre sua paixão pelo cinema. Ele se propunha a fazer uma arte engajada ao pensamento e pregava uma nova estética, uma revisão crítica da realidade. Era visto pela ditadura militar que se instalou no país, em 1964, como um elemento subversivo. (Nota da IHU On-Line)

**4 Augusto Boal (1931-2009):** dramaturgo, ensaísta e escritor brasileiro. Tem expressiva obra dramaturgic, além de ser conhecido internacionalmente, com traduções em mais de vinte línguas, de suas teorias acerca do Teatro do oprimido. (Nota da IHU On-Line)

**5 José Celso Martinez Corrêa (Araraquara, São Paulo, 30 de março de 1937):** conhecido como Zé Celso, é uma das figuras mais importantes ligadas ao teatro brasileiro. Destacou-se como um dos principais diretores, atores, dramaturgos e encenadores do Brasil. (Nota da IHU On-Line)

**6 Hélio Oiticica (1937-1980):** pintor, escultor, artista plástico e performático de aspirações anarquistas. É considerado por muitos um dos artistas mais revolucionários de seu tempo e sua obra experimental e inovadora é reconhecida internacionalmente. Em 1959, fundou o Grupo Neoconcreto, ao lado de artistas como Amílcar de Castro, Lygia Clark, Lygia Pape e Franz Weissmann. Na década de 1960, Hélio Oiticica criou o Parangolé, que ele chamava de “antiarte por excelência” e uma pintura viva e ambulante. O Parangolé é uma espécie de capa (ou bandeira, estandarte ou tenda) que

na experiência concretista, no projeto semiológico de produção de uma linguagem do Terceiro Mundo. Toda esta experiência foi alvo das forças repressivas depois de 1964. É importante ressaltar que, no início dos anos 1960, mesmo a Bossa Nova do amor, do sorriso e da flor dá lugar à bossa do Protesto, embalada pelo ritmo das reformas de base do governo de Jango<sup>13</sup>. Retomando a questão, diria que este projeto foi macropoliticamente derrotado pela ditadura; não temos como saber a extensão desta derrota. Quando falo dessas questões lembro-me de Darcy Ribeiro que, ao avaliar sua trajetória, dizia mais ou menos assim: entrei em muitas batalhas, perdi quase todas. Mas

São Paulo no bairro do Bixiga. Foi fundada em 1958 na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP por Amir Haddad, José Celso Martinez Corrêa e Carlos Queiroz Telles. O local de grande parte da experiência cênica internacional, que reuniu de Brecht, Sartre ao Living Theatre. Foi neste lugar que foi lançado um importante manifesto da cultura brasileira, o Tropicalismo, versão na década de 1960 do movimento antropofágico de Oswald de Andrade. Este influenciou músicos, poetas e outros artistas. (Nota da IHU On-Line)

**13 João Belchior Marques Goulart ou Jango (1919-1976):** presidente do Brasil de 1961 a 1964, tendo sido também vice-presidente, de 1956 a 1961 - em 1955, foi eleito com mais votos que o próprio presidente, Juscelino Kubitschek. Seu governo é usualmente dividido em duas fases: fase parlamentarista (da posse, em janeiro de 1961, a janeiro de 1963) e fase presidencialista (de janeiro de 1963 ao golpe militar de 1964). Jango fora ainda ministro do Trabalho entre 1953 e 1954, durante o governo de Getúlio Vargas. Foi deposto pelo golpe militar do dia 1º de abril de 1964 e morreu no exílio. Confira a entrevista "*Jango era um conservador reformista*", em Flavio Tavares, de 19-12-2006, em <http://bit.ly/ihu191206>; *João Goulart e um projeto de nação interrompido*, com Oswald Munteal, de 27-08-2007, em <http://bit.ly/ihu270807>. Confira também as entrevistas com Lucília de Almeida Neves Delgado, intituladas *O Jango da memória e o Jango da História*, publicada na edição 371 da IHU On-Line, de 29-08-2011, em <http://bit.ly/ihuon371> e "*Dúvidas sobre a morte de Jango só aumentam*", de 05-08-2013, em <http://bit.ly/ihu050813>. Veja ainda "*João Goulart foi, antes de tudo, um herói*", com Juremir Machado, de 26-08-2013, em <http://bit.ly/ihu260813> e *Comício da Central do Brasil: a proposta era modificar as estruturas sociais e econômicas do país*, com João Vicente Goulart, de 13-03-2014, em <http://bit.ly/ihu130314>. (Nota da IHU On-Line)

não queria estar na posição dos que me venceram.

**IHU On-Line – Que Bossa Nova é essa que surge nos anos 1950 e como se diferencia desta que sobe o morro? Trata-se de duas bossas distintas?**

**Alexandre Rocha** – Do ponto de vista formal é uma coisa só: sofisticação musical, adoção de versos sem adjetivação, canto delicado e sutil. A Bossa Nova dos anos 1950, especialmente com Tom Jobim e João Gilberto<sup>14</sup>, é a que descobre e se encanta com sua própria forma e divulga as belezas do Rio de Janeiro, das mulheres, de um país que quer se inventar. Nos anos 1960 – com todo o movimento social que havia no governo João Goulart – Nara Leão<sup>15</sup>, Vinícius de Moraes<sup>16</sup>, Carlos Lyra<sup>17</sup> resolvem

**14 João Gilberto Prado Pereira de Oliveira:** conhecido como João Gilberto, violonista e cantor, é considerado um dos pais da bossa nova brasileira, juntamente com Tom Jobim. Nasceu em Juazeiro (BA), em 1931, mudando-se para o Rio de Janeiro em 1950. Perfeccionista, apresentou-se com sucesso em todo o mundo. (Nota da IHU On-Line)

**15 Nara Lofego Leão Diegues (1942-1989):** cantora brasileira. Aos 14 anos, em 1956, resolve estudar violão na academia de Carlos Lyra e Roberto Menescal, que funcionava em um quarto-e-sala na rua Sá Ferreira, em Copacabana. Aos 18 anos, torna-se professora da academia. Daí em diante, Nara se reaproxima de Carlos Lyra, que rompeu a parceria musical com Bôscoli em 1960, e de ideias mais à esquerda. Inicia um namoro com o cineasta Ruy Guerra e se casa com ele um tempo depois. Nessa época passa a se interessar pelo samba de morro. (Nota da IHU On-Line)

**16 Vinícius de Moraes (1913-1980):** nascido Marcus Vinícius de Moraes, no Rio de Janeiro, foi um diplomata, dramaturgo, jornalista, poeta e compositor brasileiro. Poeta essencialmente lírico, o que lhe renderia a alcunha "poetinha", que lhe teria atribuído Tom Jobim, notabilizou-se pelos seus sonetos. Conhecido como um boêmio inveterado, fumante e apreciador de uísque, era também conhecido por ser um grande conquistador. O poetinha casou-se por nove vezes ao longo de sua vida. Sua obra é vasta, passando pela literatura, teatro, cinema e música. (Nota da IHU On-Line)

**17 Carlos Eduardo Lyra Barbosa (1936):** cantor, compositor e violonista brasileiro. Junto com Roberto Menescal, era uma das figuras jovens da bossa nova. Fez parte de uma bossa nova mais ativista, propondo o retorno do ritmo às suas raízes no samba. Em 1960, escreveu a trilha sonora de *A mais-valia vai acabar, seu Edgard*, peça teatral de Oduvaldo Vianna Filho com direção de

mudar de rumo da bossa, embora nunca tenham rompido com os ideais estéticos do movimento. O que eles fazem é redescobrir o morro, redescobrir Cartola<sup>18</sup>, Zé Keti<sup>19</sup>, que já escreviam versos sem adjetivações, como os bossanovistas. Portanto, não diria que há uma outra Bossa Nova; há, sim, uma ruptura com os conteúdos das canções, que antes falavam, como disse, do amor, do sorriso e da flor e, nos anos sessenta, passam a dizer: "Podem me prender, podem me bater / Podem até deixar-me sem comer / Que eu não mudo de opinião"<sup>20</sup>.

Chico de Assis. Nesse ano, conheceu Vinícius de Moraes, que se tornaria seu parceiro em inúmeras composições de sucesso, como "Você e eu", "Coisa mais linda", "Primavera" e "Minha namorada", entre outras. Atuou também como diretor musical do Teatro de Arena. (Nota da IHU On-Line)

**18 Angenor de Oliveira (1908-1980):** mais conhecido como Cartola, foi cantor, compositor e violonista brasileiro. (Nota da IHU On-Line)

**19 Zé Keti (1921-1999):** nome artístico de José Flores de Jesus, foi um cantor e compositor do samba brasileiro. Em 1964, participou do espetáculo "Opinião", ao lado de João do Vale e Nara Leão, que o levou ao concerto que tornou conhecidas algumas de suas composições, como "Opinião" e "Diz que Fui por Ai" (esta em parceria com Hortêncio Rocha). No ano seguinte, lançou "Acender as velas", considerada uma de suas melhores composições. Esta música incluiu-se entre as músicas de protesto da fase posterior a 1964; a letra deste samba possui um impacto forte, criado pelo relato dramático do dia a dia da favela. Nara Leão e Elis Regina fizeram um enorme sucesso com a gravação desta música. (Nota da IHU On-Line)

**20 Opinião:** foi um espetáculo musical dirigido por Augusto Boal, produzido pelo Teatro de Arena e por integrantes do Centro Popular de Cultura da UNE - instituição que, a esta altura, havia sido colocada na ilegalidade pelo regime militar recentemente instaurado no Brasil. O elenco era formado por Nara Leão (depois substituída por Maria Bethânia), João do Vale e Zé Keti. Os atores-cantores intercalavam canções a narrações referentes à problemática social do país. O texto era assinado por Armando Costa, Oduvaldo Vianna Filho e Paulo Pontes. O show-manifesto estreou em 11 de dezembro de 1964, alguns meses depois do golpe militar, no teatro do Shopping Center Copacabana, sede do Teatro de Arena no Rio de Janeiro. Opinião tornou-se uma referência na chamada "música de protesto" e é considerado um dos mais importantes da história da música popular brasileira. O registro do show deu origem ao álbum homônimo, lançado em 1965. (Nota da IHU On-Line)

**IHU On-Line – Qual a relação entre a Bossa Nova e o tropicalismo no contexto político em que cada um deles surge?**

**Alexandre Rocha** – O contexto do surgimento da Bossa Nova foram os anos JK<sup>21</sup> no Brasil, que aparentemente crescia, era um país democrático onde as instituições pareciam se fortalecer. O projeto de desenvolvimentismo de JK se expressou na Bossa Nova, havia ali uma estética da beleza formal. A Tropicália surge em 1968, meses antes do fechamento do Congresso e do AI-5<sup>22</sup>, em um contexto político bastante diferente. A Tropicália revisita a Bossa Nova, mas também aqueles que ficaram no lixo da história, como Vicente Celestino<sup>23</sup>, e apresenta no seu discurso uma ordem de diversidade estética bastante alinhada à ideia de micropolíticas, cuja maior expressão foi o maio de

1968 francês. A Tropicália propunha uma micropolítica do corpo, do sexo, da voz, da estética.

**IHU On-Line – Durante o período ditatorial, devido à repressão e à censura agressivas, os artistas – tendo em vista o governo como ‘inimigo comum’ – eram obrigados a ser mais criativos e sutis para transmitir sua mensagem. Qual o espaço delegado a essa criatividade com a abertura democrática? É possível pensar em um esvaziamento desse tipo de produção artística?**

**Alexandre Rocha** – Eu acho que a produção mudou apenas o foco, passou a enfatizar, em termos de crítica social, outras mazelas diferentes daquelas expressas pela figura dos militares no poder. A produção artística depois da ditadura continuou criativa: o cinema, o teatro, a música, as artes plásticas não morreram com a ditadura, pelo contrário. Chico Science<sup>24</sup>, por exemplo, veio depois do fim da ditadura, o Cazuza<sup>25</sup> também é desse período. Os artistas de que falávamos anteriormente continuaram seus trabalhos. A ditadura passou, eles passarinho. É possível também referir o cinema recente do Nordeste, principalmente de Pernambuco, que está aí demonstrando alta qualidade. Não penso que isso tenha se esgotado, o que mudou foi a forma de engajamento, agora mais livre e diversa. São muitas as questões que advieram – violência policial, vida na periferia, libertação das mulheres, movimento negro e LGBT. Mudou também a indústria que forma esses artistas. A geração dos grandes nomes da música brasileira – Chico Buarque<sup>26</sup>, Caetano

Veloso<sup>27</sup>, Elis Regina<sup>28</sup>, Gal Costa<sup>29</sup>,

do Brasil. Abordou a ditadura e, fugindo dela, criou um pseudônimo para continuar compondo e não ser barrado pela censura - Julinho da Adelaide - com o qual compôs apenas três músicas. Sobre a canção Cálice, além do título da composição ter som idêntico à expressão cale-se, seus versos poderiam ser confundidos com uma divagação religiosa, tal como no trecho “Pai, afasta de mim esse cálice, De vinho tinto de sangue, Como beber dessa bebida amarga, Tragar a dor, engolir a labuta, Mesmo calada a boca, resta o peito, Silêncio na cidade não se escuta”. Gilberto Gil e Chico Buarque foram proibidos pela censura de cantar a canção em parceria no festival Phono 73, que aconteceu de 11 a 13 de maio de 1973, no Anhembi, em São Paulo. A dupla resolveu peitar a censura ao vivo, mas teve os microfones desligados. (Nota da IHU On-Line)

**27 Caetano Veloso (1942):** músico, produtor, arranjador e escritor brasileiro. Com uma carreira que já ultrapassa quatro décadas, construiu uma obra musical marcada pela releitura e renovação, considerada de grande valor intelectual e poético. Em 1969, é preso pelo regime militar e parte para exílio político em Londres, onde lança Caetano Veloso (1971). Transa (1972) representou seu retorno ao país e seu experimento com compassos de reggae. Em 1976, une-se a Gal, Gil e Bethânia para formar o Doces Bárbaros, típico grupo hippie dos anos 70, lançando um disco, Doces Bárbaros. Na década de 80 apadrinhou e se inspirou nos grupos de rock nacionais, aventurou-se nas produções dos discos Outras Palavras, Cores, Nomes, Uns e Velô, e em 1986 participou de um programa de televisão com Chico Buarque. Na década de 90, escreveu Verdade Tropical (1997), e o disco Livro (1998) ganha o Prêmio Grammy em 2000, na categoria World Music. (Nota da IHU On-Line)

**28 Elis Regina Carvalho Costa (1945-1982):** cantora brasileira, conhecida por sua presença de palco, sua voz e sua personalidade. Com os sucessos de Falso Brilhante e Transversal do Tempo, ela inovou os espetáculos musicais no país e era capaz de demonstrar emoções tão contrárias, como a melancolia e a felicidade, numa mesma apresentação ou numa mesma música. Em 2013, foi eleita a segunda melhor voz da música brasileira pela revista Rolling Stone Brasil, superada apenas por Tim Maia. Elis foi citada também na lista dos maiores artistas da música brasileira, ficando na 14ª posição, sendo a mulher mais bem colocada. (Nota da IHU On-Line)

**29 Maria da Graça Costa Penna Burgos - Gal Costa (1945):** mais conhecida como Gal Costa, é uma cantora brasileira. Gal estreou, ao lado de Caetano Veloso, Gilberto Gil, Maria Bethânia, Tom Zé e outros, o espetáculo Nós, Por Exemplo..., em 22 de agosto de 1964, que inaugurou o Teatro Vila Velha, em Salvador. Nesse mesmo ano participou de Nova Bossa Velha, Velha Bossa Nova, no mesmo local e com os mesmos parceiros. (Nota da IHU On-Line)

**21 Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976):** médico e político brasileiro, conhecido como JK. Foi presidente do Brasil entre 1956 e 1961, sendo o responsável pela construção de Brasília, a nova capital federal. Juscelino instituiu o plano de governo baseado no slogan “Cinquenta anos em cinco”, direcionado para a rápida industrialização do país (especialmente via indústria automobilística). Além do progresso econômico, no entanto, houve também um grande aumento da dívida pública. Sobre JK, confira a edição 166, de 28-11-2005, *A imaginação no poder. JK, 50 anos depois*, disponível em <http://bit.ly/ihuon166>. (Nota da IHU On-Line)

**22 AI-5 (Ato Institucional Número Cinco):** decretado pelo Presidente Arthur da Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968, foi um instrumento de poder que deu ao regime poderes absolutos e cuja primeira e maior consequência foi o fechamento por quase um ano do Congresso Nacional. Representou o ápice da radicalização do Regime Militar de 1964 e inaugurou o período do regime onde as liberdades individuais foram mais restringidas e desrespeitadas no Brasil. É o movimento final de “legalização” da arbitrariedade que pavimentou uma escalada de torturas e assassinatos contra opositores reais e imaginários ao regime. (Nota da IHU On-Line)

**23 Antônio Vicente Filipe Celestino (1894-1968):** foi um dos mais importantes cantores brasileiros do século XX. No dia 23 de agosto de 1968, quando se preparava para gravar um programa de televisão, onde seria homenageado pelo Movimento Tropicalista, passou mal no quarto do Hotel Normandie, em São Paulo, falecendo do coração minutos depois. Seu corpo foi transferido para o Rio de Janeiro, onde foi velado por uma multidão na Câmara dos Vereadores e sepultado sob palmas do público. (Nota da IHU On-Line)

**24 Francisco de Assis França - Chico Science (1966-1997):** mais conhecido pela alcunha de Chico Science, foi um cantor e compositor brasileiro, um dos principais colaboradores do movimento manguebeat em meados da década de 1990. (Nota da IHU On-Line)

**25 Cazuza (1958-1990):** cantor e compositor brasileiro que ganhou fama como vocalista e principal letrista da banda Barrão Vermelho. Sua parceria com Roberto Frejat foi criticamente aclamada. (Nota da IHU On-Line)

**26 Chico Buarque [Francisco Buarque de Hollanda] (1944):** músico, compositor, teatrólogo e escritor carioca. Ganhou fama por sua música, que comenta o estado social, econômico e cultural

Maria Bethânia<sup>30</sup>, Gilberto Gil<sup>31</sup>, Rita Lee<sup>32</sup>, por exemplo – era de um tempo em que a indústria precisava de estrelas, vivia disso. Nos anos 1980, isso começa a mudar. As estrelas duram pouco, porque a indústria já tinha uma diversidade muito grande de novos produtos, então se mudou o modo como são construídos seus ícones. Mas a criatividade artística permanece.

**IHU On-Line – O que eram os Centros Populares de Cultura – CPCs? Qual a importância deles para a história do cinema brasileiro e para as demais artes?**

**Alexandre Rocha** – Os Centros Populares de Cultura tinham o projeto de levar às últimas consequências a indissociabilidade da vida e da arte. O Teatro do Oprimido<sup>33</sup>, de Augusto Boal, ao dar voz às expressões populares, cria-

va um teatro efetivamente coletivo. O teatro não podia estar afastado dos movimentos sociais. Havia uma inter-relação vital entre produção artística e modos de vida. Por isso foram muito importantes. Por esta proposta radical no sentido da reinvenção do povo brasileiro foram fortemente perseguidos pela ditadura militar. Mas, mesmo perseguidos, foram reconhecidos no mundo inteiro. Boal espalhou suas ideias por muitos países. A pergunta que permanece é sobre até onde teríamos ido estética e politicamente se não houvesse a repressão.

“A produção artística depois da ditadura continuou criativa: o cinema, o teatro, a música, as artes plásticas não morreram com a ditadura, pelo contrário”

**IHU On-Line – De que maneira a manifestação cultural que emerge no contexto da ditadura militar tornou-se um movimento de resistência?**

**Alexandre Rocha** – Eu acho que a pergunta precisava ser posta de outra maneira. Para mim, a força que resistiu, ressentida, por 20 anos, foi a ditadura. A força ativa era a da criação da cultura brasileira. A ditadura vem como força reativa, como uma paixão triste, infelizmente desejada por grande parcela da população brasileira. Os coletivos de cultura não estavam resistindo. Pelo contrário: estavam agindo intensa e positivamente, e assim continuam. A ditadura precisou reagir a esses movimentos no sentido reprimir sua proliferação. Nesta perspectiva, os artistas existiam antes da repressão, continuaram existindo,

durante a ditadura, com grandes dificuldades e existem também hoje. O que as formas institucionalizadas e os ditadores de plantão fizeram foi tentar impedir que a alegria proliferasse. Mas a prova dos nove é outra...

**IHU On-Line – Que grandes nomes no cenário cultural surgiram dessa experiência?**

**Alexandre Rocha** – Não dá para citar todos. Na música, por exemplo, temos Chico Buarque de Holanda, Elis Regina – que tinha um programa na televisão chamado O Fino da Bossa, o qual foi o centro do debate da música brasileira no final dos anos sessenta. Tem o Tropicalismo com Torquato Neto<sup>34</sup>, Tom Zé<sup>35</sup>, Caetano, Gal, Bethânia, Gil, Nara. Tem o cinema do Glauber, o cinema marginal do Sganzerla<sup>36</sup> e do Julio Bressane<sup>37</sup>, tem Ruy Guer-

<sup>34</sup> **Torquato Pereira de Araújo Neto** (1944-1972): foi poeta, jornalista, letrista de música popular, experimentador da contracultura brasileira. Torquato envolveu-se ativamente na cena cultural soteropolitana, onde conheceu Gilberto Gil, Caetano Veloso, Gal Costa e Maria Bethânia. Em 1962, mudou-se para o Rio de Janeiro para estudar jornalismo na universidade, mas nunca chegou a se formar. No final da década de 1960, com o AI-5 e o exílio dos amigos e parceiros Gil e Caetano, viajou pela Europa e Estados Unidos com a mulher Ana Maria e morou em Londres por um breve período. De volta ao Brasil, no início dos anos 1970, Torquato começou a se isolar, sentindo-se alienado tanto pelo regime militar quanto pela “patrulha ideológica” de esquerda. Passou por uma série de internações para tratar do alcoolismo, e rompeu diversas amizades. (Nota da IHU On-Line)

<sup>35</sup> **Antônio José Santana Martins - Tom Zé** (1936): compositor, cantor, arranjador e jardineiro brasileiro. É considerado uma das figuras mais originais da música popular brasileira, tendo participado ativamente do movimento musical conhecido como Tropicália nos anos 1960 e se tornado uma voz alternativa influente no cenário musical do Brasil. (Nota da IHU On-Line)

<sup>36</sup> **Rogério Sganzerla** (1946-2004): foi um cineasta brasileiro. Teve como expoente de sua carreira o filme *O Bandido da Luz Vermelha*, de 1968. O diretor, criticado por sua ousadia, concentra em seu primeiro longa-metragem toda a sua radicalidade política. Sganzerla pretendia “ser livre - e ao mesmo tempo - acadêmico”, o que rendeu uma certa complexidade artística e intelectual à sua obra. (Nota da IHU On-Line)

<sup>37</sup> **Júlio Eduardo Bressane de Azevedo** (1946): é um cineasta brasileiro. Um digno representante do cinema marginal brasileiro, Júlio Bressane começou a fazer cinema como assistente de direção de Walter Lima Júnior, em 1965. Em 1967

ra<sup>38</sup> e Nelson Pereira dos Santos<sup>39</sup>. Tem ainda Hélio Oiticica, Zé Celso Martines Corrêa, Darcy Ribeiro. Todos artistas que hoje caracterizam os anos 1960.

**IHU On-Line – Como foi possível fazer cinema de resistência no Brasil durante o regime? Além da censura, que necessitava ser driblada, quem financiava as obras?**

**Alexandre Rocha** – O cinema brasileiro sempre foi predominantemente financiado pelo Estado. Glauber dizia, quando escreveu um texto

estrou como diretor com “Cara a Cara, sendo selecionado para o Festival de Brasília. Em 1970 fundou a Belair Filmes em sociedade com o também cineasta Rogério Sganzerla. Eles optaram por um modelo de realizar filmes de baixo custo e produção e com isso conseguiram rodar seis longas-metragens em apenas seis meses. Ele chegou a se exilar em Londres, no início dos anos 1970, mas voltou ao Brasil alguns anos depois e fez um filme atrás do outro, usando a chanchada e o deboche como suas principais características. Seu penúltimo filme, *Cleópatra*, foi apresentado no Festival de Cinema de Veneza de 2007, fora da competição, além de ter sido premiado como melhor filme do 40º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, em novembro de 2007. (Nota da IHU On-Line)

**38 Ruy Alexandre Guerra Coelho Pereira - Ruy Guerra** (1931): é um realizador de cinema, poeta, dramaturgo e professor nascido em Moçambique, então território português. Vive no Brasil desde 1958. Estudou no Institut des hautes études cinématographiques - IDHEC de Paris a partir de 1952. Até 1958, atuou como assistente de direção, antes de se instalar no Brasil, onde dirigiu seu primeiro filme, *Os Cafajestes* (1962). Ingressando nas fileiras do Cinema Novo, em 1964 realizou o filme *Os Fuzis*, ao qual se seguiram obras notáveis como *Tendres chasseurs* (1969) e *Os Deuses e os Mortos* (1970). A situação política brasileira durante a ditadura militar impôs-lhe uma pausa que terminaria em 1976 com *A Queda*. Em 1980 regressou a Moçambique, onde rodou *Mueda, Memória e Massacre*, o primeiro longa-metragem desse país. Ainda em Moçambique, realizou diversos curtas e contribuiu para a criação do Instituto Nacional do Cinema. Viveu e trabalhou também em Cuba por alguns períodos. (Nota da IHU On-Line)

**39 Nelson Pereira dos Santos** (1928): diretor de cinema brasileiro. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, turma de 1952. Considerado um dos mais importantes cineastas do país, seu filme *Vidas Secas*, baseado na obra de Graciliano Ramos, é um dos filmes brasileiros mais premiados de todos os tempos, sendo reconhecido como obra-prima. Foi um dos precursores do movimento do Cinema Novo. É o fundador do curso de graduação em Cinema da Universidade Federal Fluminense. (Nota da IHU On-Line)

sobre a estética da fome, que o nosso cinema vinha da nossa miséria. Era a transmutação da miséria e da fome. O grande objetivo do Glauber não era fazer um cinema que falasse sobre a nossa miséria, mas que fosse a expressão violenta, revolucionária e radical dessa fome.

**IHU On-Line – Como Deus e o Diabo na Terra do Sol, lançado em 1964, ano do golpe, retrata a situação de desigualdade do Brasil no período?**

**Alexandre Rocha** – *Deus e o Diabo* é um filme revolucionário do ponto de vista estético e que, na relação com a política, vinha no mesmo movimento das reformas de base. Não se tratava de encontrar a população brasileira, pois para Glauber a questão não era a identidade do povo brasileiro, mas a criação do povo brasileiro. Tem um texto de Deleuze<sup>40</sup> sobre ele que diz: “Em Glauber o povo brasileiro não existe, precisa ser inventado”. Então este filme apresenta um rompimento com uma ideia romântica de país. A ideia de que o Brasil ainda precisava ser inventado e a forma de invenção do Glauber era o cinema, do Tom Zé, a música, do Zé Celso, o teatro, etc. A antropologia de Darcy Ribeiro e os exemplos anteriores são projetos de invenção de um país, não de descrição, não de identificação. Trata-se de outra coisa que estava se gestando no início dos anos 1960 e que o golpe civil-militar fez dissipar-se.

**IHU On-Line – A extinção desses processos culturais advém de um desejo de domesticação, de tornar o povo população, para usar os termos do Foucault<sup>41</sup>?**

**40 Gilles Deleuze** (1925-1995): filósofo francês. Assim como Foucault, foi um dos estudiosos de Kant, mas tem em Bergson, Nietzsche e Espinosa poderosas interseções. Professor da Universidade de Paris VIII, Vincennes, Deleuze atualizou ideias como as de devir, acontecimentos, singularidades, conceitos que nos impelem a transformar a nós mesmos, incitando-nos a produzir espaços de criação e de produção de acontecimentos-outras. (Nota da IHU On-Line)

**41 Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido à sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o

**Alexandre Rocha** – Me parece que sim. Um dos dispositivos de poder do regime militar era a questão da identidade. Uma identidade criada por eles, de um país que vai para frente, ligado ao desenvolvimentismo, que destrói suas florestas. Um país disciplinado. Havia ali, sim, a imposição de um dado modelo nacional.

**IHU On-Line – Atualmente, ainda há esse desejo de domesticação?**

saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a sua própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (*História da Loucura, O Nascimento da Clínica, As Palavras e as Coisas, A Arqueologia do Saber*) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores como *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas desse termo. Para ele, o poder não pode ser localizado em uma instituição ou no Estado, o que tornaria impossível a “tomada de poder” proposta pelos marxistas. O poder não é considerado como algo que o indivíduo cede a um soberano (concepção contratual jurídico-política), mas sim como uma relação de forças. Ao ser relação, o poder está em todas as partes, uma pessoa está atravessada por relações de poder, não pode ser considerada independente delas. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em várias edições a IHU On-Line dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>, edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon203>, e edição 364, de 06-06-2011, intitulada ‘*História da loucura e o discurso racional em debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon364>. Confira, também, a entrevista com o filósofo José Terne, concedida à IHU On-Line 325, sob o título *Foucault, a sociedade panóptica e o sujeito histórico*, disponível em <http://bit.ly/ihuon325>. De 13 a 16 de setembro de 2010 aconteceu o *XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana*. Confira a edição 343 da IHU On-Line que traz o mesmo título que o evento, publicada em 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>, e a edição 344, intitulada *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon344>. Além disso, o IHU organizou, durante o ano de 2004, o evento *Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault*, que também foi tema da edição número 13 dos *Cadernos IHU em formação*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuem13> sob o título *Michel Foucault. Sua contribuição para a educação, a política e a ética*. (Nota da IHU On-Line)

**Alexandre Rocha** – Há dois movimentos paralelos. Há um desejo de criação que não tem forma definida e que precisa de liberdade. Não de liberdade no sentido da democracia, mas da liberdade no sentido de produção de formas, de criação. Como queria Maiakovski<sup>42</sup>: não há revolução sem forma revolucionária. A Bossa se desenvolveu assim, o Tropicalismo e o Cinema Novo também. Contra essas formas violentas de criação, sempre haverá uma ordem de reação, e as reações se diferem no tempo. Os militares foram a força reativa possível nos anos 1960. Talvez, hoje, a diluição, as estratégias de diluição, o homem endividado sejam algumas das formas reativas dos novos tempos. É preciso prestar atenção nessas novas estratégias de controle. Vários grupos que hoje fazem movimento social são os mais conservadores; quem está cuidando de quem está na cadeia, de quem passa fome, são os grupos fundamentalistas religiosos, mas eles estão presentes nestes lugares onde em outros tempos esteve o Teatro do Oprimido, o movimento sindical, onde estiveram as forças organizadas de esquerda.

Isso significa que a presença destes grupos nestes outros espaços pode indicar uma nova formalização institucional de poder que está em devir e que a mim preocupa bastante. O presidente Lula<sup>43</sup> foi resultado de uma micropolítica que envolveu

42 **Vladimir Mayakovsky** (1893-1930): também chamado de “o poeta da Revolução”, foi um poeta, dramaturgo e teórico russo, frequentemente citado como um dos maiores poetas do século XX, ao lado de Ezra Pound e T.S. Eliot, bem como “o maior poeta do futurismo”. (Nota da IHU On-Line)

43 **Luiz Inácio Lula da Silva - Lula** (1945): trigésimo quinto presidente da República Federativa do Brasil, cargo que exerce desde o dia 1º de janeiro de 2003. É cofundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1990, foi um dos fundadores e organizadores do Foro de São Paulo, que congrega parte dos movimentos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe. Foi candidato a presidente cinco vezes: em 1989 (perdeu para Fernando Collor de Mello), em 1994 (perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e em 1998 (novamente perdeu para Fernando Henrique Cardoso), e ganhou as eleições de 2002 (derrotando José Serra) e de 2006 (derrotando Geraldo Alckmin). (Nota da IHU On-Line)

## “Um dos dispositivos de poder do regime militar era a questão da identidade. Uma identidade criada por eles, de um país que vai para frente, ligado ao desenvolvimentismo”

a Igreja progressista (destruída pelos agenciamentos conservadores de João Paulo II<sup>44</sup>), o movimento sindical brasileiro, um conjunto de manifestações artísticas, grande parte da inteligência da Universidade de São Paulo – USP e que gerou a experiência do Lula na Presidência. Hoje essas micropolíticas são feitas por grupos muitos conservadores. Temo que grupos fundamentalistas estejam criando as condições para a tomada de poder, e não falo em golpe, como os militares, mas creio que se movimenta no Brasil uma tomada de poder pela direita conservadora.

**IHU On-Line – Qual a importância de *Cabra marcado para morrer*, documentário de Eduardo Coutinho, lançado em 1984, para a compreensão do Brasil do começo da década de 1960?**

**Alexandre Rocha** – Não somente do início da década de 1960, *Cabra marcado para morrer* é um filme que

44 **Papa João Paulo II** (1920-2005): Sumo Pontífice da Igreja Católica Apostólica Romana de 16 de Outubro de 1978 até a data da sua morte, sucedeu ao Papa João Paulo I, tornando-se o primeiro Papa não italiano em 450 anos. (Nota da IHU On-Line)

começa nessa época e é desenvolvido bem depois. O documentário ilustra bem uma das perguntas anteriores, que é de que maneira a ditadura atrapalhou a manifestação artística nacional. Ela atrapalhou, mas a força desse filme era tão grande que ele permaneceu, foi resgatado, foi refeito e, inclusive, Coutinho estava pensando nele agora, um pouco antes de morrer. Essa obra é daquelas experiências radicais da cultura da alegria e da felicidade a que eu me referia anteriormente.

**IHU On-Line – O que determinou a permanência de alguns artistas no Brasil e a saída de outros?**

**Alexandre Rocha** – São razões muito diferentes. Chico Buarque se autoexilou; Caetano Veloso e Gilberto Gil foram presos e exilados. Elis Regina, Nara Leão, Edu Lobo<sup>45</sup> ficaram no país, ainda que permanentemente vigiados e censurados. Talvez se possa avançar se conseguirmos identificar as diferentes formas de protestos que experimentamos. Algumas são mais facilmente identificáveis por se associarem às formas tradicionais de protesto, como o que era feito por Elis Regina, Chico Buarque, Nara Leão, Edu Lobo, Geraldo Vandré<sup>46</sup>, com a chamada música de pro-

45 **Eduardo de Góes Lobo - Edu Lobo** (1943): é um cantor, compositor, arranjador e instrumentista brasileiro. Filho do compositor Fernando Lobo, começou na música tocando acordeão, mas acabou se interessando pelo violão, contra a vontade do pai. Iniciou a carreira nos anos 60 fortemente influenciado pela bossa nova, quando então, numa parceria com Vinicius de Moraes, compôs Só Me Fez Bem. Porém, com o decorrer do tempo adotou uma postura mais político-social, refletindo os anseios da geração reprimida pela ditadura militar brasileira. Nesta fase surgiu uma parceria com Ruy Guerra e as composições engajadas Reza e Aleluia. (Nota da IHU On-Line)

46 **Geraldo Vandré** (1935): nome artístico de Geraldo Pedroso de Araújo Dias, é cantor, compositor e violonista brasileiro, conhecido por ser um dos nomes mais célebres da música popular brasileira. Seu sobrenome é uma abreviatura do sobrenome do seu pai, José Vandregisilo. Em 1968, participou do III Festival Internacional da Canção com Pra não Dizer que não Falei das Flores, muitas vezes chamada de “Caminhando e cantando”. A composição se tornou um hino de resistência do movimento civil e estudantil que fazia oposição à ditadura militar durante o governo militar, e foi censurada. (Nota da IHU On-Line)

testo. Eles eram censurados, controlados, mas protestavam em um tom cuja linguagem era facilmente compreendida pelo regime. O Tropicalismo, por outro lado, mais associado às micropolíticas, introduziram algo que desorganizava os códigos reinantes; os donos do poder repressivo não sabiam claramente o que estava acontecendo ali. Essa micropolítica preconizada pelo Tropicalismo tinha um poder de destruição imenso, talvez até maior que a ordem de discurso político codificado de uma música de protesto encabeçada por Vandré, Chico ou Elis. De certa forma, o poder militar percebeu astutamente isso (já havia a experiência francesa de maio de 68) e mandou Gil e Caetano para o exílio.

#### **IHU On-Line – Qual foi a importância dos festivais de música brasileira no contexto do regime de exceção?**

**Alexandre Rocha** – Foi um momento de agregação de muitos jovens e de muitas ideias. O primeiro deles revelou a Elis como porta-voz desta geração, Edu Lobo como um músico cuja erudição fazia avançar o movimento da Bossa, e reapresentou um poetinha – Vinícius de Moraes – não como o poeta da primeira fase da Bossa Nova, do amor do sorriso e da flor, mas como um autor engajado no projeto de expressar as mazelas dos pescadores no Arrastão. Quando a gente fala desse período dos festivais, tendemos a associá-lo à Música de Protesto, por um lado, e ao Tropicalismo, por outro. O Tropicalismo, que recupera a linha evolutiva da cultura brasileira inaugurada por Oswald de Andrade com a Antropofagia, se recria depois da ditadura, por exemplo, no Mangubeat<sup>47</sup>. Essa linha parece

<sup>47</sup> **Mangubeat**: movimento musical surgido no Brasil na década de 1990, em Recife, que mistura ritmos regionais com rock, hip hop e música eletrônica. Esse estilo tem como ícone o músico Chico Science, vocalista da banda Chico Science e Nação Zumbi, idealizador do rótulo manguê e principal divulgador das ideias, ritmos e contestações do mangubeat. Outro grande responsável pelo crescimento desse movimento foi Fred 04, vocalista da banda *Mundo Livre S/A* e autor do primeiro manifesto do Manguê de 1992, intitulado *Caranguejos com cérebro*. O objetivo do movimento surgiu de uma metáfora idealizada por Zero

## “Os artistas de que falávamos anteriormente continuaram seus trabalhos. A ditadura passou, eles passarinho”

ter se imposto como padrão para se pensar esteticamente a cultura brasileira. Só que há um outro movimento que ficou negligenciado, recalcado, nisso tudo. Penso que seja a ordem do samba de Cartola, do Opinião de Zé Ketí, Nara Leão e, depois, de Maria Bethânia, com Carcará; a revolução musical que aparece em torno da figura de Elis Regina e das canções de Chico Buarque. Essa outra linha evolutiva, que não segue os padrões hegemônicos que descrevem o desenvolvimento da cultura brasileira pelo viés da Antropofagia, da Bossa Nova e do Tropicalismo, ficou por muito tempo negligenciada na história do Brasil. Que movimentos hoje a recuperam, e em que termos?

#### **IHU On-Line – Por que a audiovisualização da música, por meio da transmissão dos festivais musicais, tornou-se popular durante o período? Que relação se pode estabelecer entre o regime militar e essa relação com as emissoras de TV?**

**Alexandre Rocha** – Não foi só com a música. Há uma audiovisualização de toda a cultura. A música fez parte disso. Em um trabalho que desenvolvi denominado Imagem-

Quatro, ao trabalhar em vídeos ecológicos. Como o manguê era o ecossistema biologicamente mais rico do planeta, o mangubeat precisava formar uma cena musical tão rica e diversificada como os manguês. Devido a principal bandeira do manguê ser a diversidade, a agitação na música contaminou outras formas de expressão culturais como o cinema, a moda e as artes plásticas. Confira a entrevista concedida por 04 a Notícias do Dia 25-01-2010, disponível em <http://migre.me/69sle>. (Nota da IHU On-Line)

Música, quando ainda era professor na Unisinos, defendi a tese de que se não fosse a televisão não haveria Elis Regina, pelo menos como a conhecemos. O nome Elis Regina designa não apenas uma cantora, mas o símbolo de uma transição, da transição de uma música de rádio (portanto sem imagem) para uma música de televisão, onde a imagem é fundamental. Tão fundamental que a cantora, muitas vezes, chegou a comprometer, com gestos exagerados, a delicadeza da bossa nova. Elis, de certa forma, mata a bossa nova e vai à televisão... Daí, uma nova estética começa a ganhar forma. De 1960 para cá tudo parece estar sendo traduzido para a forma audiovisual, audiovisualizado, como sugeres. O Tropicalismo brincava com isso com um certo distanciamento irônico. A Elis vivenciava tragicamente isso. Dois projetos estéticos que subsistiram à ditadura.

Essa audiovisualização da cultura também foi problematizada por Glauber Rocha no Programa Abertura. Ali, o cineasta defendia a necessidade de se fazer cinema na televisão. Para ele, cinema não era uma tecnologia, mas um exercício de linguagem audiovisual. Exercitar a linguagem na televisão – ou seja, fazer cinema em termos glauberianos –, recuperando a potencialidade performática do ‘ao vivo’ que caracteriza o meio, parecia ser a indicação do diretor de *Terra em Transe* (Glauber Rocha, Brasil, Drama, 1h51min) para as gerações futuras. Esse desafio permanece.

## Leia mais...

- *Tropicalismo. O desejo de uma modernidade amorosa para o Brasil*. Edição 411, de 10-12-2012, da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/ihuon411>.
- *Alexandre Rocha da Silva*. Perfil publicado na editoria IHU Repórter na edição 253 **IHU On-Line**, de 07-04-2008, disponível em <http://bit.ly/ihuon253>.

# Conquistas e derrotas da Campanha da Legalidade

Para a historiadora Claudia Wasserman, a lição da Campanha foi demonstrar a capacidade de mobilização da sociedade em momentos de grande polarização ideológica

POR RICARDO MACHADO E ANDRIOLLI COSTA

**E**m 1961, inicia um movimento convocado pelo então governador gaúcho, Leonel Brizola, para defender a permanência de João Goulart na Presidência após a renúncia de Jânio Quadros. Com apoio do general Machado Lopes, a assim chamada Campanha da Legalidade contou com apoio de alguns setores das Forças Armadas e da sociedade civil, levando milhares de pessoas às ruas em uma manifestação que se estendeu por 14 dias – atrasando o futuro Golpe Militar em alguns anos.

Para a historiadora Claudia Wasserman, o grande legado da Campanha foi demonstrar a capacidade de mobilização da sociedade em momentos de grande polarização ideológica. Nesta entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Wasserman relembra os papéis de Machado Lopes, Leonel Brizola e João Goulart durante a Campanha, o papel da imprensa e da Rádio Guaíba e o que significaram – e significam – as reformas de base no contexto brasileiro. “Os temas, conteúdos e projetos dos anos 1950/70 continuam como utopia para

o Brasil e para as sociedades latino-americanas”, destaca. “O debate sobre os anos 1960 oportuniza, nesse sentido, que não percamos de vista as lutas que eram travadas na época.”

Claudia Wasserman possui graduação e mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, com a dissertação *A Revolução Mexicana (1910-1940): um caso de hegemonia burguesa na América Latina*. Doutorou-se em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, com a tese *A questão nacional na América Latina no começo do século XX: Brasil, Argentina e México*. Seu pós-doutorado foi na Universidade Federal Fluminense. Wasserman é autora das obras *História Contemporânea da América Latina (1900-1930)* (Porto Alegre: EDUFRGS, 1992); *História da América Latina: do descobrimento a 1900* (Porto Alegre: EDUFRGS, 1996); *Palavra de Presidente* (Porto Alegre: EDUFRGS, 2002); e *Ditaduras Militares na América Latina* (Porto Alegre: EDUFRGS, 2004).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – O que foi a Campanha da Legalidade e de que maneira ela contribuiu no adiamento do Golpe Civil-Militar?**

**Claudia Wasserman** – A Campanha da Legalidade foi um movimento convocado pelo então governador do estado do Rio Grande do Sul em 1961, Leonel Brizola<sup>1</sup>, para defender a pos-

se de João Goulart<sup>2</sup> na Presidência da

Sul, deputado federal pelo extinto Estado da Guanabara e duas vezes governador do Rio de Janeiro. Sua influência política no Brasil durou aproximadamente 50 anos, inclusive enquanto exilado pelo Golpe de 1964, contra o qual foi um dos líderes da resistência. Por várias vezes foi candidato a presidente do Brasil, sem sucesso, e fundou um partido político, o PDT. Sobre Brizola, confira a primeira edição dos **Cadernos IHU em formação** intitulado *Populismo e trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em <http://bit.ly/ihuem01>. (Nota da IHU On-Line)

**2 João Belchior Marques Goulart** ou

**Jango** (1919-1976): presidente do Brasil de 1961 a 1964, tendo sido também vice-presidente, de 1956 a 1961 - em 1955, foi eleito com mais votos que o próprio presidente, Juscelino Kubitschek. Seu governo é usualmente dividido em duas fases: fase parlamentarista (da posse, em janeiro de 1961, a janeiro de 1963) e fase presidencialista (de janeiro de 1963 ao golpe militar de 1964). Jango fora ainda ministro do Trabalho entre 1953 e 1954, durante o governo de Getúlio Vargas. Foi deposto pelo golpe militar do dia 1º de abril de 1964 e morreu no exílio. Confira a entrevista “*Jango era um conservador reformista*”, com Flavio Tavares, de 19-12-2006, em <http://bit.ly/ihu191206>; *João Goulart e um projeto de nação in-*

<sup>1</sup> Leonel de Moura Brizola (1922-2004): político brasileiro, nascido em Carazinho, no Rio Grande do Sul. Foi prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do

República depois da renúncia de Jânio Quadros<sup>3</sup>. Sua prédica em torno do respeito à Constituição e às leis surtiu efeitos momentâneos e impediu que a polarização que o Brasil vivia entre o capitalismo e o socialismo se expressasse através de um golpe. Significa dizer que o fato de a população ter sido sensível à convocação pela Legalidade teve como resultado o retraimento momentâneo de militares e civis que planejavam romper com os preceitos da Constituição.

### **IHU On-Line – Qual a grande lição da Campanha da Legalidade? Para que haja um golpe de Estado, quem é mais decisivo, os generais ou o apoio da sociedade?**

**Claudia Wasserman** – Ainda que a História não seja “mestre da vida”, a importante lição da Campanha da Legalidade diz respeito à capacidade de mobilização da sociedade em momentos de grande polarização ideológica. Neste sentido, para que haja um golpe ou uma grande transformação social, o consenso da sociedade é decisivo, muito mais do que a coerção, seja ela exercida pelas forças armadas, policiais ou políticas.

### **IHU On-Line – Como Machado Lopes<sup>4</sup>, general-comandante do III**

*terrompido*, com Oswaldo Munteal, de 27-08-2007, em <http://bit.ly/ihu270807>. Confira também as entrevistas com Lucília de Almeida Neves Delgado, intituladas *O Jango da memória e o Jango da História*, publicada na edição 371 da **IHU On-Line**, de 29-08-2011, em <http://bit.ly/ihuon371> e “*Dúvidas sobre a morte de Jango só aumentam*”, de 05-08-2013, em <http://bit.ly/ihu050813>. Veja ainda “*João Goulart foi, antes de tudo, um herói*”, com Juremir Machado, de 26-08-2013, em <http://bit.ly/ihu260813> e *Comício da Central do Brasil: a proposta era modificar as estruturas sociais e econômicas do país*, com João Vicente Goulart, de 13-03-2014, em <http://bit.ly/ihu130314>. (Nota da **IHU On-Line**)

**3 Jânio da Silva Quadros** (1917-1992): político e o vigésimo segundo presidente do Brasil, entre 31 de janeiro de 1961 e 25 de agosto de 1961 - data em que renunciou. Em 1985 elegeu-se prefeito de São Paulo pelo PTB. (Nota da **IHU On-Line**)

**4 José Machado Lopes** (1900-1990): militar brasileiro que participou da FEB durante a 2ª Guerra Mundial. Foi uma das figuras centrais da Campanha da Legalidade. (Nota da **IHU On-Line**)

### **Exército, Leonel Brizola, o pivô do início do movimento de resistência no Rio Grande do Sul, e João Goulart se tornaram figuras-chave para a Campanha da Legalidade?**

**Claudia Wasserman** – No dia 28 de agosto de 1961, o então comandante do III Exército, general Machado Lopes, recebeu ordens do ministro da Guerra de bombardear o Palácio Piratini<sup>5</sup>. Porém, ele não acatou a determinação e aderiu à Campanha da Legalidade, liderada por Brizola em apoio à posse de João Goulart. Assim, as três personagens tornam-se centrais para explicar o relativo sucesso do movimento.

### **IHU On-Line – De que maneira os ideais da Legalidade sobrevivem em nossa sociedade?**

**Claudia Wasserman** – Para Norberto Bobbio<sup>6</sup>, a legalidade é concebida como “um atributo e um requisito do poder quando é exercida no

âmbito ou de conformidade com leis estabelecidas ou pelo menos aceitas” e, nesse sentido, foi reivindicada por diferentes grupos naqueles dias, mas nem todos reivindicavam a palavra como o direito do vice-presidente João Goulart em exercer o poder presidencial na ausência do chefe de governo, em função de sua renúncia. Por isso, eu acho que os “ideais de legalidade” não existem idealmente, mas dependem muito da visão de mundo e da posição político-ideológica de cada um.

### **IHU On-Line – A negociação de Jango, que acabou cedendo à pressão e aceitando o parlamentarismo, com as demais siglas e militares foi a saída encontrada em 1961. No que se diferenciam os arranjos político-partidários da década de 1960 e os atuais? Por que, atualmente, as mobilizações sociais de rua parecem se distanciar dos partidos?**

**Claudia Wasserman** – A Campanha da Legalidade obteve sucesso ao conclamar o povo, mobilizar a sociedade e talvez adiar o golpe de 1964 uma vez mais, mas foi derrotada em sua meta principal que era de dar posse a João Goulart como Presidente da República no regime para o qual ele fora eleito vice-presidente. A Jango foi concedido o direito de tomar posse como Presidente da República em um regime no qual seus poderes eram limitados, conferindo a legalidade – leis válidas ou aceitas –, mas não a legitimidade, cujo significado refere-se ao exercício do poder; Jango passa a ter o poder de direito (Legalidade), mas não de fato (Legitimidade). Acho que os arranjos político-partidários atuais teriam as mesmas características no sentido de acomodar as partes. Agora, a afirmação de que as mobilizações de rua atuais se distanciam dos partidos, não me parece que isso seja correto. Ainda que haja outro tipo de organização além da partidária, não significa que as mobilizações não estejam também fortemente informadas e influenciadas pelos objetivos político-partidários.

<sup>5</sup> **Palácio Piratini**: atual sede do Poder Executivo do estado do Rio Grande do Sul. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>6</sup> **Norberto Bobbio** (1910-2004): filósofo e senador vitalício italiano. Considerado um dos grandes intelectuais italianos, Bobbio era doutor em Filosofia e Direito pela Universidade de Turim, fez parte do grupo antifascista *Giustizia e Libertà* (Justiça e Liberdade). Adepto do socialismo liberal, Bobbio foi preso durante uma semana, em 1935, pelo regime fascista de Benito Mussolini. Em 1994, Bobbio assumiu publicamente uma posição contra as políticas defendidas por Silvio Berlusconi, que representava o centro-direita nas eleições gerais. Nesta altura, escreveu um dos seus ensaios mais conhecidos, *Direita e Esquerda* (São Paulo: Unesp, 2001), no qual se pronunciou contra a “nova direita”. Além desta obra, Bobbio assinou e realizou mais de 1300 livros, ensaios, artigos, conferências e entrevistas. Norberto Bobbio recebeu o doutoramento Honoris Causa pelas Universidades de Paris, Buenos Aires, Madrid, Bolonha e Chambéry (França). Autor de livros de impacto, tinha como principais matrizes de sua obra a discussão da guerra e da paz, os direitos humanos e a democracia. Escreveu ainda *Teoria Geral da Política* (Rio de Janeiro: Campus, 1999); *Diálogo em Torno da República* (Rio de Janeiro: Campus, 2001); *Entre Duas Repúblicas* (Brasília: Ed. UnB, 2001); *Elogio da Serenidade* (São Paulo: Ed. Unesp, 2002); *O Filósofo e a Política* (Rio de Janeiro: Contraponto, 2003). Em virtude de seu falecimento, aos 94 anos, a edição 89 da **IHU On-Line**, de 12-01-2004, apresenta a biografia de Norberto Bobbio, disponível em <http://bit.ly/ihuon89>. (Nota da **IHU On-Line**)

**IHU On-Line – Qual foi a importância da imprensa para o movimento (particularmente a Rádio Guaíba) na década de 1960?**

**Claudia Wasserman** – A imprensa teve um papel fundamental na mobilização social, papel atualmente desempenhado pelas redes sociais da internet. A imprensa, hoje, tem um papel mais amortecedor do que agitador da luta de classes.

**IHU On-Line – De que maneira o apelo civil pelas reformas de base de Jango, defendidas por Brizola, ressurgiu 50 anos depois, na atual conjuntura brasileira?**

**Claudia Wasserman** – Os temas, conteúdos e projetos dos anos 1950/70 continuam como utopia para o Brasil e para as sociedades latino-americanas. Muitas das propostas reformistas – diminuição das desigualdades sociais, harmonização das relações entre capital e trabalho, liberdade de imprensa, melhoria da educação de massas, ampliação

do acesso à saúde e cultura para o povo brasileiro – ainda não foram realizadas.

O debate sobre os anos 1960 oportuniza, nesse sentido, que não percamos de vista as lutas que eram travadas na época – o que se estava disputando, quais eram as forças sociais e políticas envolvidas e o que pode ser reatualizado daquele contexto? Retomar aquele desenvolvimento cultural, político, educacional e projetos de desenvolvimento menos submissos, mais independentes é tão difícil quanto retornar do exílio para o sujeito ao qual foram negados os direitos de cidadania durante 20 ou 30 anos.

Os processos movidos pelas organizações como Anistia Internacional<sup>7</sup> e pelas Comissões de Resistência

**7 Anistia Internacional (AI):** organização não governamental fundada em 1961 pelo advogado britânico Peter Benenson. A Anistia defende os direitos humanos e é vencedora do Prêmio Nobel da Paz de 1977 por sua campanha contra a tortura. (Nota da IHU On-Line)

contra a Ditadura vêm obtendo reconhecimento dos prejuízos causados a sujeitos que se envolveram na luta contra a Ditadura, resultando em indenizações a algumas dessas pessoas. Mas quem indeniza o povo brasileiro por ter sido perdida, jogada fora, essa época de ouro da cultura nacional, da educação, dos projetos de desenvolvimento autônomos do capitalismo, das reformas de base que até hoje não foram implementadas?

**Leia mais...**

- *Um neonacionalismo popular na América Latina.* Entrevista com Claudia Wasserman na edição 213 da **IHU On-Line**, em <http://bit.ly/ihuon213>.
- *Revolução Mexicana, independência e futuros da América Latina.* Entrevista com Claudia Wasserman na edição 347 da **IHU On-Line**, em <http://bit.ly/ihuon347>.

**Acompanhe o IHU no Blog**



# Dossiê Jango – Vida e morte de controvérsias

Para o cineasta Paulo Henrique Fontenelle, diretor de *Dossiê Jango* (2012), investigar com seriedade a morte de João Goulart é se recusar a fechar os olhos para nossa própria história

POR RICARDO MACHADO E ANDRIOLLI COSTA

No dia 06 de dezembro de 1976, morreu João Belchior Marques Goulart – o Jango. Vice de Juscelino a partir de 1955, e de Jânio, a partir de 1960, assume a Presidência do país com apoio da Campanha da Legalidade – encabeçada por Brizola. De tendência esquerdista, Jango era conhecido por medidas “populistas”, que desagradavam as elites brasileiras. Em 1953, então Ministro do Trabalho, assume a pasta dobrando o salário mínimo e acalmando os ânimos dos grevistas. Como presidente, tenta instituir as reformas de base, com diversas medidas polêmicas, especialmente a reforma agrária. Figura controversa, apoiada pelo povo e com grandes inimigos políticos, sua morte por ataque cardíaco ainda hoje permanece um mistério.

O cineasta Paulo Henrique Fontenelle problematiza todas estas questões em seu documentário *Dossiê Jango* (2012). Para ele, “ainda não é possível afirmar com certeza que Jango foi assassinado, mas também não se pode afirmar com certeza o contrário. Fechar os olhos para as circunstâncias e mistérios que rondam a morte de Jango é fechar os olhos para a nossa própria história”. Para o cineasta, a mensagem do filme extrapola a própria figura do presiden-

te. “Precisamos esclarecer o que houve não só em relação a Jango, mas também a todas as vítimas da ditadura.”

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Fontenelle retoma, a partir de seu documentário, sua visão da história de lutas de Jango, de sua visão política de vanguarda e das controvérsias que envolvem sua vida e morte. “Recuperar as circunstâncias da morte desses homens é recuperar a nossa história”, defende o cineasta. “As histórias oficiais estão repletas de lacunas e inverdades e, somente conhecendo o nosso passado, poderemos avançar como nação.”

Paulo Henrique Fontenelle é graduado em Cinema, Radialismo e Jornalismo. É editor e diretor de programas, documentários e DVDs musicais. Dirigiu e produziu o curta *Mauro Shampoo* (2006), que ganhou mais de 20 prêmios de melhor filme, no Brasil e exterior. Seu primeiro longa, *Loki* (2008), documentário que retrata a vida do ex-Mutante Arnaldo Baptista, rendeu 10 prêmios de melhor filme no Brasil, em Nova York, em Toronto e em Miami e ficou quatro meses em cartaz no Brasil. Seu último trabalho foi *Dossiê Jango* (2012).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Por que Jango conseguiu, já em 1956, ter sido eleito vice-presidente de JK? Aliás, por que foi eleito vice se obteve 500 mil votos a mais que o mineiro?**

**Paulo Henrique Fontenelle** – Naquela época, o sistema de votação era diferente e você elegia não somente o presidente, mas também o vice, mesmo que fossem de chapas diferentes.

Jango era da chapa de Juscelino<sup>1</sup>, mas

<sup>1</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976): médico e político brasileiro, conhecido como JK. Foi presidente do Brasil entre 1956 e 1961, sendo o responsável pela construção de Brasília, a nova capital federal. Juscelino instituiu o plano de governo baseado no slogan “Cinquenta anos em cinco”, direcionado para a rápida industrialização do País (especialmente via indústria automobilística).

teve a maioria da preferência do povo para ocupar a Vice-Presidência.

Além do progresso econômico, no entanto, houve também um grande aumento da dívida pública. Sobre JK, confira a edição 166, de 28-11-2005, *A imaginação no poder. JK, 50 anos depois*, disponível em <http://bit.ly/ihulon166>. (Nota da **IHU On-Line**)

**IHU On-Line – A partir das eleições de 1960, como foi a relação de Jango com Jânio Quadros? Por que a estratégia política de Jânio deu errado?**

**Paulo Henrique Fontenelle** – Jango foi eleito para Vice-Presidência, mas disputando o cargo pela chapa concorrente a de Jânio Quadros<sup>2</sup>. Jânio chegou à Presidência com uma vitória esmagadora sem precedentes e, após poucos meses no poder, tentou uma manobra arriscada ao renunciar, acreditando que voltaria nos braços do povo e, assim, teria plenos poderes. Sua estratégia falhou, e a reação popular que Jânio imaginava não ocorreu. Jango então assumiu a Presidência após um conturbado retorno ao Brasil de sua missão na China.

**IHU On-Line – Quando Jango se descobriu presidente brasileiro estava em viagem de negócios à China. Passados 50 anos, o país oriental tornou-se um parceiro fundamental aos negócios dos países capitalistas. Havia certo vanguardismo no pensamento de Jango ou foi coincidência? O que aproxima e o que distancia estas duas realidades separadas por cinco décadas?**

**Paulo Henrique Fontenelle** – Naquele momento, o Brasil se tornava o primeiro país ocidental a abrir relações com a China comunista. Uma atitude pioneira que abriria o mercado exportador com o maior país do mundo. Hoje em dia, passado todo esse tempo, todo mundo quer negociar com a China. Isso só demonstra como era visionária aquela missão em 1961.

**IHU On-Line – Por que as Reformas Estruturais de Base, como fundamento ao desenvolvimento do país, encontravam ampla resistência das elites nacionais? Como a falta da realização dessas reformas impactam em nossa sociedade atual?**

**Paulo Henrique Fontenelle** – Porque elas iam de encontro aos interesses das classes dominantes, principal-

2 Jânio da Silva Quadros (1917-1992): político e o vigésimo segundo presidente do Brasil, entre 31 de janeiro de 1961 e 25 de agosto de 1961 - data em que renunciou. Em 1985 elegeu-se prefeito de São Paulo pelo PTB. (Nota da IHU On-Line)

mente no que diz respeito à reforma agrária, que sempre foi o grande calcanhar de Aquiles do governo Jango. Essas medidas batiam de frente com os interesses dos Estados Unidos, que influenciaram diretamente na vida política do Brasil, culminando com o golpe de 64. Hoje, o nosso país se recente desse corte. Vemos, nas manifestações populares de hoje, pessoas reivindicando reformas sociais que faziam parte do projeto de governo de Jango há 50 anos, e aí percebemos o quanto nosso país estagnou por conta de um Golpe Militar. Para nós, fica a pergunta de quanto o Brasil poderia ter avançado como nação se essas reformas tivessem tido continuidade há meio século.

**IHU On-Line – Em que medida a Campanha da Legalidade foi fundamental para que Jango conseguisse retornar ao país e seguir como líder nacional até o golpe derradeiro? Aceitar o parlamentarismo foi uma derrota ou uma vitória?**

**Paulo Henrique Fontenelle** – A Campanha da Legalidade iniciada por Brizola<sup>3</sup> no Rio Grande do Sul foi decisiva para evitar um golpe de estado naquele momento. Foi uma mobilização popular iniciada no Sul e que se espalhou pelo país, possibilitando o retorno de Jango ao Brasil com segurança para assumir a Presidência dentro de um regime parlamentarista. João Goulart ter aceitado essas condições foi a única maneira de evitar que o caos se instalasse no país com um possível golpe militar. Foi um ato de sabedoria de Jango diante das circunstâncias. Mais tarde, com o plebis-

3 Leonel de Moura Brizola (1922-2004): político brasileiro, nascido em Carazinho, no Rio Grande do Sul. Foi prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul, deputado federal pelo extinto estado da Guanabara, e duas vezes governador do Rio de Janeiro. Sua influência política no Brasil durou aproximadamente 50 anos, inclusive enquanto exilado pelo Golpe de 1964, contra o qual foi um dos líderes da resistência. Por várias vezes foi candidato a presidente do Brasil, sem sucesso, e fundou um partido político, o PDT. Sobre Brizola, confira a primeira edição dos *Cadernos IHU em Formação* intitulado *Populismo e trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em <http://bit.ly/ihuem01>. (Nota da IHU On-Line)

cito, ele retomaria o poder de maneira pacífica.

**IHU On-Line – Em que medida o resultado do Plebiscito de 1963, com ampla vitória à retomada do presidencialismo, foi uma resposta do povo brasileiro às intenções dos militares?**

**Paulo Henrique Fontenelle** – O plebiscito representou uma vitória incontestada de Jango e do povo brasileiro. Mais do que isso, demonstrou a capacidade e o poder de estratégia de Jango, que, numa admirável manobra política, conseguiu, sem nenhuma violência ou crise, retomar o poder de forma democrática e pacífica.

**IHU On-Line – Houve alguma vitória de Jango depois de 1964? Algo seu permaneceu no país?**

**Paulo Henrique Fontenelle** – Infelizmente o golpe de 64 significou uma ruptura com todo o projeto de governo de Jango que fazia do Brasil uma grande potência naquele momento. Um corte violento que, passados 50 anos, ainda representa uma enorme lacuna no nosso país.

**IHU On-Line – O que foi a Frente Ampla<sup>4</sup> e por que não conseguiu fazer frente aos militares?**

**Paulo Henrique Fontenelle** – A Frente Ampla foi um movimento de resistência civil à ditadura militar, tendo como principais líderes João Goulart, Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda<sup>5</sup>. Foi uma tentativa de resta-

4 **Frente Ampla**: Grupo político que reuniu Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart criado em 1966. Antigos adversários, uniram-se para formar oposição ao regime militar, instaurado a partir de 1966. (Nota da IHU On-Line)

5 **Carlos Lacerda** [Carlos Frederico Werneck de Lacerda] (1914-1977): jornalista carioca. Iniciou sua carreira profissional em 1929, escrevendo artigos para o *Diário de Notícias*, publicados numa seção dirigida por Cecília Meireles. Em início de 1934, acadêmico de Direito, aproximou-se da Federação da Juventude Comunista, órgão do PCB. Durante um tempo foi comunista, passando para a extrema-direita, nos anos 1940. Editava o jornal *Tribuna da Imprensa*. Foi o principal inimigo de Getúlio Vargas. Para Lacerda, Vargas era excessivamente tolerante para com os comunistas, e seu governo era minado pela corrupção endêmica e pelo favorecimento dos seus aliados. Em 1955, publicou uma série de reportagens denominada *A Batalha do*

belecer a democracia no país, mas que não pôde ser levado adiante pelo endurecimento do regime em 1968 com a implantação do AI 5.

**IHU On-Line – Em seu documentário a mensagem que fica é que a parada cardíaca de Jango decorreu de um assassinato e não de causas naturais. O jornalista e historiador gaúcho Juremir Machado, em seu livro *Jango* (Porto Alegre: LP&M, 2013), dá a entender que a morte foi natural. Qual sua posição em relação ao caso?**

**Paulo Henrique Fontenelle –** O documentário deixa em aberto essa questão, expondo os fatos e indícios que nunca foram investigados com a devida seriedade. Ainda não é possível afirmar com certeza que Jango foi assassinado, mas também não se pode afirmar com certeza o contrário. Fechar os olhos para as circunstâncias e mistérios que rondam a morte de Jango é fechar os olhos para a nossa própria história. A mensagem do filme é de que nós, mais do que nunca, precisamos esclarecer o que houve não só em relação a Jango, mas também a todas as vítimas da ditadura.

**IHU On-Line – Passados todos estes anos após as mortes de JK, Lacerda e Jango, por que se torna importante recuperar as circunstâncias**

Rio, que puxou a favela para a mídia e colocou-a no centro do conflito ideológico, o qual não desaparecera com a simples prescrição jurídica do Partido Comunista, que foi posto na ilegalidade. (Nota da IHU On-Line)

**das mortes desses homens, dois deles ex-presidentes?**

**Paulo Henrique Fontenelle –** Recuperar as circunstâncias da morte desses homens é recuperar a nossa história. É entender o que foi o período da ditadura no Brasil, o que foi a operação Condor e todas as suas consequências. As histórias oficiais estão repletas de lacunas e inverdades e, somente conhecendo o nosso passado, poderemos avançar como nação.

**IHU On-Line – Que tipo de conjuntura no Conesul latino-americano resultou na morte sistemática de diversas pessoas ligadas a Jango e à resistência contra a ditadura?**

**Paulo Henrique Fontenelle –** Após o golpe militar de 64 no Brasil, a América Latina se viu tomada por uma verdadeira epidemia de ditaduras, todas apoiadas pelo nosso governo e, principalmente, pelo governo dos Estados Unidos. Com a eleição de Jimmy Carter<sup>6</sup>, a Presidência dos Estados Unidos em 1976 e a consequente retirada de apoio às ditaduras sul-americanas, os países do Mercosul se viram diante da possibilidade de uma redemocratização que ameaçaria seus governos. Diante dessas circunstâncias, inicia-se uma série de assassinatos a políticos de oposição que seriam eleitos, caso

<sup>6</sup> James Earl Jimmy Carter (1924): Político norte-americano. Foi o 39º presidente dos Estados Unidos da América. Esteve à frente do governo dos Estados Unidos entre 1977 e 1981, convertendo-se no mediador do primeiro acordo de paz entre um país árabe e Israel (Nota IHU On-Line).

a democracia se restabelecesse, como foi o caso, por exemplo, de Juan José Torres<sup>7</sup>, da Bolívia, Héctor Gutiérrez Ruiz<sup>8</sup> e Zelmar Michelini<sup>9</sup>, do Uruguai. É nesse panorama que, também no ano de 1976, ocorrem as mortes de JK e Jango.

**IHU On-Line – O filme *Dossiê Jango* é, sem dúvida, um documento da extensa memória da Ditadura Militar, tendo como pano de fundo a morte de João Goulart. Como pensa a importância deste documentário para nossa sociedade atual?**

**Paulo Henrique Fontenelle –** Fico feliz que o filme tenha conseguido essa repercussão a ponto de, finalmente, depois de tanto tempo de luta por parte da família de Jango, o Estado brasileiro ter decidido exumar o corpo de nosso ex-presidente. Espero que o filme sirva como um documento que ajude a resgatar a figura de Jango e, acima de tudo, entender um pouco o que foi a ditadura no Brasil e na América Latina, os horrores da operação Condor e suas consequências em nossa sociedade. Um povo que não conhece as tragédias de seu passado corre o enorme risco de repeti-las.

<sup>7</sup> Juan José Torres Gonzáles (1920 - 1976): Militar de carreira e político boliviano, presidente do país entre 1970 e 1971. (Nota da IHU On-Line)

<sup>8</sup> Héctor Gutiérrez Ruiz (1934 - 1976): Político uruguaio pertencente ao Partido Nacional. Foi assassinado durante a Operação Condor. (Nota da IHU On-Line)

<sup>9</sup> Zelmar Michelini (1924 - 1976): Jornalista e político uruguaio assassinado em Buenos Aires durante a Operação Condor. (Nota da IHU On-Line)

LEIA OS CADERNOS IHU

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

# Baú da IHU On-Line

Confira outras edições da **IHU On-Line** cujo tema de capa aborda autores e temas ligados à história do Brasil e violência institucionalizada, tendo como perspectiva a conjuntura do país.

- **1964. Um golpe civil-militar. Impactos, (des)caminhos, processos.** Edição 437, de 17-03-2014, disponível em <http://bit.ly/ihuon437>;
- **25 anos da Constituição: avanços e limites.** Edição 428, de 30-09-2013, disponível em <http://bit.ly/ihuon428>;
- **O Desenvolvimentismo em debate.** Edição 392, de 14-05-2012, disponível em <http://bit.ly/ihuon392>;
- **Anistia. Memória e justiça.** Edição 358, de 18-04-2011, disponível em <http://bit.ly/ihuon358>;
- **A política econômica do governo Dilma. Continuidade ou mudança?** Edição 356, de 04-04-2011, disponível em <http://bit.ly/ihuon356>;
- **Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate.** Edição 344, de 21-09-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon344>;
- **O (des)governo biopolítico da vida humana.** Edição 343, de 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>;
- **A propriedade da terra deve ser limitada?** Edição 339, de 16-08-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon339>;
- **Movimentos sociais. Perspectivas e desafios.** Edição 325, de 19-04-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon325>;
- **Tortura, crime contra humanidade. Um debate urgente e necessário.** Edição 269, de 18-08-2008, disponível em <http://bit.ly/ihuon269>;
- **Movimentos sociais. Criminalização é um atentado à democracia.** Edição 266, de 28-07-2008, disponível em <http://bit.ly/ihuon266>;
- **Mai de 1968: 40 anos depois.** Edição 250, de 10-03-2008, disponível em <http://bit.ly/ihuon250>;
- **Raízes do Brasil.** Edição 205, de 20-11-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon205>;
- **A imaginação no poder. JK 50 anos depois.** Edição 166, de 28-11-2005, disponível em <http://bit.ly/ihuon166>;
- **1985-2005. A Nova República. 20 anos depois.** Edição 132, de 14-03-2005, disponível em <http://bit.ly/ihuon132>;
- **Getúlio.** Edição 112, de 23-08-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon112>;
- **A Era Vargas em questão 1954-2004.** Edição 111, de 16-08-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon111>;
- **Leonel de Moura Brizola 1922-2004.** Edição 107, de 28-06-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon107>;
- **O regime militar: a Economia, a Igreja, a Imprensa e o Imaginário.** Edição 96, de 12-04-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon96>;
- **1964-2004. Hora de passar o Brasil a limpo.** Edição 95, de 05-04-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon95>;
- **Economia Brasileira: Entre os neoliberais e os nacionais-desenvolvimentistas.** Edição 86, de 01-12-2003, disponível em <http://bit.ly/ihuon86>;
- **11 de setembro: Trinta anos do golpe contra Allende. Dois anos da queda do WTC. Centenário de T. W. Adorno.** Edição 74, de 08-09-2003, disponível em <http://bit.ly/ihuon74>;
- **Tolerância! Contra o choque e o terror.** Edição 52, de 24-03-2003, disponível em <http://bit.ly/ihuon52>.

LEIA OS CADERNOS TEOLOGIA PÚBLICA  
NO SITE DO IHU  
[WWW.IHU.UNISINOS.BR](http://WWW.IHU.UNISINOS.BR)

Tema  
de  
Capa

**Destques  
da Semana**

IHU em  
Revista

# Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas **Notícias do Dia** do site do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, de 24/03/2014 a 28/03/2014.

## Soberania, governança global e ecossistema compartilhado em debate

Entrevista com Gabriel Ferrer, especialista em Direito Ambiental que atuou como consultor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, da Comissão Europeia e do Comitê Olímpico Internacional.

Publicada no dia 28-03-2014

Acesse o link <http://bit.ly/ihu280314>

Almejar um mundo sustentável, com tudo que este conceito implica, não significa somente tratar das questões ambientais que envolvem o termo. É necessário transpor esse debate para as questões sociais, econômicas e políticas. É a partir desta perspectiva que Gabriel Ferrer, professor titular de Direito Administrativo da Universidade de Alicante, na Espanha, propõe as discussões acerca do assunto. “Os problemas ambientais são os mesmos no mundo todo e isso tem uma vantagem sobre as áreas econômicas e sociais: a sua relação é com o conhecimento, não com a moral, com a ética ou com a religião”, afirma o pesquisador.

## A biotecnologia e as preocupações jurídicas

Entrevista com Taysa Schiocchet, doutora em Direito das Relações Sociais e professora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Unisinos.

Publicada no dia 26-03-2014

Acesse o link <http://bit.ly/ihu260314>

O avanço biotecnológico tem suscitado algumas preocupações jurídicas no Brasil. Entre elas, como proteger os interesses das sociedades tradicionais e como repartir os benefícios gerados a partir da utilização dos conhecimentos tradicionais para o desenvolvimento de biotecnologias, discute a pesquisadora Taysa Schiocchet. “O acesso aos recursos biológicos é acompanhado do conhecimento tradicional associado à biodiversidade das comunidades tradicionais, para o desenvolvimento de produtos farmacêuticos e cosméticos”. Nesse contexto, ela assinala, “o valor econômico acaba por determinar as relações de poder e seus beneficiários”.

## Biopirataria X internacionalização: a utilização econômica da biodiversidade

Entrevista com André de Paiva Toledo, doutor em Direito e professor da Escola Superior Dom Helder Câmara e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas.

Publicada no dia 25-03-2014

Acesse o link <http://bit.ly/ihu250314>

A exploração dos recursos naturais sem autorização do poder público, conhecida como biopirataria, é um processo recorrente na história do Brasil. Entretanto, o país “não rompe com esse modelo, porque há nele uma relação de interdependência econômica internacional que cria uma série de obstáculos a um rompimento absoluto”, esclarece o professor de Direito André de Paiva Toledo. “Ou seja, os demais Estados, frequentemente apoiados por setores da própria sociedade brasileira e em vista de seus interesses, pressionam o Brasil no sentido de se manter nessa condição”, explica.

## Oscar Romero. 34 anos depois. “El Salvador, um país dividido”

Entrevista com Juan Hernández Pico, teólogo e professor da Universidade Centro-Americana (UCA).

Publicada no dia 24-03-2014

Acesse o link <http://bit.ly/ihu240314>

“Um símbolo da opção preferencial pelos pobres da Igreja até hoje”. É assim que o arcebispo de San Salvador, Óscar Romero, é lembrado pelo teólogo Juan Hernández Pico e alguns setores da Igreja, 34 anos depois da sua morte. Assassinado por um atirador do exército salvadorenho em 24 de março de 1980, enquanto celebrava uma missa, Romero está entre os mártires da Igreja latino-americana moderna, que atuaram politicamente para combater as injustiças sociais do continente. “A hierarquia salvadorenha, hoje, não está à altura de Romero. Durante 13 anos, tivemos até um arcebispo do Opus Dei. Mas simplesmente não há figuras episcopais desse porte. É o ‘legado’ das nomeações de João Paulo II e Bento XVI”, avalia o teólogo.

# Noite e nevoeiro: “Um alerta para as futuras gerações”

“Para François Truffaut, *Noite e Nevoeiro* trata-se do maior filme da história do cinema, sendo impossível falar dele com as palavras da crítica cinematográfica”, destaca o crítico de cinema Marcus Mello

POR MÁRCIA JUNGES E PATRÍCIA FACHIN

A polêmica obra cinematográfica do cineasta francês Alain Resnais, *Noite e Nevoeiro*, foi a primeira a tratar do Holocausto e a apresentar “imagens até então desconhecidas dos campos de concentração nazistas, nos quais seis milhões de judeus foram brutalmente exterminados”. Produzida dez anos depois da Guerra que chocou o mundo, *Noite e Nevoeiro* abordou “um acontecimento ainda recente, que permanecia como uma chaga incomodamente aberta, a ser necessariamente enfrentada”, afirma Marcus Mello em entrevista à **IHU On-Line**, por e-mail.

Quase 60 anos depois da primeira exibição, “*Noite e Nevoeiro* se impõe ainda hoje como um modelo ético de abordagem a um objeto tão delicado, colocando em xeque versões mais espetaculares do Holocausto”, avalia o crítico de cinema. Para Mello, o longa coloca o espectador em “uma posição de grande vulnerabilidade. A memória é um bem precioso, que define a existência de cada ser humano. Ao mesmo tempo, algumas expe-

riências são tão traumáticas que o esquecimento é a única forma de seguir vivendo. Mas este esquecimento, claro, só é admissível no âmbito individual, já que em relação ao coletivo temos obrigação de não apagar os acontecimentos terríveis de nossa história”.

Marcus Mello é mestre em Literatura Brasileira pela Universidade do Rio Grande do Sul – UFRGS. Crítico de cinema, é editor da revista *Teorema* e colaborador das revistas *Aplauso* e *Cinética*. Em 2000, assumiu a função de programador da Sala P. F. Gastal, na Usina do Gasômetro, em Porto Alegre, primeiro cinema municipal de Porto Alegre, mantido pela Secretaria Municipal da Cultura. Também organizou os livros *Cinema Falado – 5 Anos de seminários de cinema em Porto Alegre* (Porto Alegre: Unidade Editorial, 2001), *Sublime obsessão* (Porto Alegre: Unidade Editorial, 2003), de Tuio Becker, e *Trajatórias do cinema moderno e outros textos* (Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; A Nação, 2007), de Enéas de Souza.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Quais foram os motivos de comoção e polêmica que *Noite e Nevoeiro* (*Nuit et Brouillard*) gerou entre o público?**

**Marcus Mello** – A comoção se deu inicialmente pelo fato de *Noite e Nevoeiro* ser a primeira obra cinematográfica a abordar diretamente o Holocausto, trazendo a público imagens até então desconhecidas dos campos de concentração nazistas, nos quais seis milhões de judeus foram brutalmente exterminados. É importante notar que o filme foi lançado

em 1955, apenas 10 anos após o final da Segunda Guerra Mundial e a consequente liberação dos sobreviventes desses campos pelas tropas aliadas. Ou seja, um acontecimento ainda recente, que permanecia como uma chaga incomodamente aberta, a ser necessariamente enfrentada. Outro motivo de polêmica está relacionado à nacionalidade do filme, uma produção francesa, país que após a invasão das tropas alemãs manteve um governo colaboracionista, apoiando os nazistas.

Resnais<sup>1</sup> era então um jovem diretor, com apenas 33 anos de idade, conhecido por uma série de curtas bastante elogiados, como o libelo anticolonialista *As Estátuas Também Morrem* (1953), e ainda não havia realizado *Hiroshima Meu Amor* (1959) e *O Ano Passado em Marienbad* (1961), com os quais revolucionaria a narrati-

<sup>1</sup> **Alain Resnais** (1922): cineasta francês, nascido em Vannes. Ficou conhecido por suas obras de ficção poética *Hiroshima meu amor* (1959) e *O ano passado em Marienbad* (1961). (Nota da IHU On-Line)

va cinematográfica. *Noite e Nevoeiro* era uma obra de encomenda, feita a pedido do Comitê de História da Segunda Guerra Mundial, com a intenção de ser um documento imagético sobre um dos episódios mais terríveis da história da humanidade. Mas a princípio o próprio Resnais teve dúvidas em relação aos inúmeros impasses éticos envolvidos na produção do filme e só foi convencido a realizá-lo devido à adesão do roteirista Jean Cayrol<sup>2</sup>, um sobrevivente dos campos de concentração.

**IHU On-Line – Por que *Noite e Nevoeiro* é considerado um “dispositivo de alerta” contra o nazismo e todas as formas de extermínio?**

**Marcus Mello** – Justamente pela forma que Resnais deu ao filme, o qual, embora seja classificado como um documentário, é na verdade um filme-ensaio. Em apenas 32 minutos, Resnais combina imagens de arquivo com filmagens com cenas do presente nos antigos campos, rodadas em cor. Por meio de um extraordinário trabalho de montagem, o jovem diretor intercala tempos históricos distintos – ainda que separados por apenas uma década – e sobrepõe a essas imagens um texto extremamente poético, assinado pelo escritor Jean Cayrol. É pela manipulação habilidosa desses elementos – imagem, texto, montagem – que Resnais transforma seu filme em um alerta para as futuras gerações, prevenindo-as sobre o fato de a barbárie estar sempre à espreita, e não apenas relegada a um passado remoto.

**IHU On-Line – Qual é a importância desse documentário na narrativa sobre o Holocausto?**

**Marcus Mello** – É enorme, não apenas por seu aspecto seminal, mas, sobretudo, pela influência que irá exercer em outros diretores que passarão a abordar o tema, como Marcel Ophüls<sup>3</sup> em *A Tristeza e a Piedade*

<sup>2</sup> **Jean Cayrol** (1911 - 2005): Poeta francês, conhecido por escrever a narração do filme de Alain Resnais, *Noite e Nevoeiro* (1955). Durante a ocupação nazista na França, Cayrol tomou parte da Resistência Francesa até ser traído, preso, e enviado para o campo de concentração de Gusen em 1943. (Nota da IHU On-Line)

<sup>3</sup> **Marcel Ophüls** (1927): Diretor e ator francês, vencedor do Oscar de melhor

“*Noite e Nevoeiro* foi a primeira obra cinematográfica a abordar diretamente o Holocausto, trazendo a público imagens até então desconhecidas dos campos de concentração nazistas”

(1969) e Claude Lanzmann<sup>4</sup> em *Shoah* (1985). *Noite e Nevoeiro* se impõe ainda hoje como um modelo ético de abordagem a um objeto tão delicado, colocando em xeque versões mais espetaculares do Holocausto, como as da famosa minissérie televisiva *Holocausto* (1978) e as recriações hollywoodianas levadas a cabo por Alan J. Pakula<sup>5</sup> em *A Escolha de Sofia* (1982) e Steven Spielberg<sup>6</sup> em *A Lista de Schindler* (1993). A fortuna crítica

documentário em 1989 por *Hotel Terminus: The Life and Times of Klaus Barbie* (Nota da IHU On-Line).

<sup>4</sup> **Claude Lanzmann** (1925): Escritor e diretor francês, mais conhecido pelo documentário *Shoah* (1985), que demorou 10 anos para ser produzido. O filme, com duração de 9 horas, retrata depoimentos dos sobreviventes do holocausto judeu. Lanzmann revisita o tema em seu film mais recente, *Le Dernier des Injustes* (2013), que retrata a vida de Benjamin Murmelstein, o último presidente do Conselho Judeu de TheresinStadt, responsável por negociar diariamente com Eichmann. (Nota da IHU On-Line).

<sup>5</sup> **Alan J. Pakula** (1928 - 1998): Diretor, roteirista e produtor de cinema norte-americano. É reconhecido como diretor de *Todos os Homens do Presidente* (1976) e *A Escolha de Sofia* (1982). (Nota da IHU On-Line)

<sup>6</sup> **Steven Spielberg**: (1946): Cineasta e produtor estadunidense, é um dos diretores mais populares e influentes da história do cinema. Spielberg é vencedor do Oscar de melhor diretor pelos filmes *A Lista de Schindler* (1994) e *O Resgate do Soldado Ryan* (1999) (Nota da IHU On-Line).

do filme é imensa e majoritariamente positiva. Para François Truffaut<sup>7</sup>, crítico da prestigiada revista *Cahiers du Cinéma* à época do lançamento de *Noite e Nevoeiro*, trata-se do maior filme da história do cinema, sendo impossível falar dele com as palavras da crítica cinematográfica, pois ele ultrapassa o documentário, a denúncia ou o poema para afirmar-se como uma meditação sobre o fenômeno mais importante do século XX.

**IHU On-Line – Como analisa o recurso de mescla entre o passado e o presente nessa produção de Resnais?**

**Marcus Mello** – Ela é fundamental para que o diretor atinja seu objetivo principal, que é justamente fazer um filme que sirva de alerta para impedir a repetição da barbárie no futuro. Este embaralhamento temporal, vale notar, será o pilar fundador da obra de Resnais, como logo confirmariam suas experiências ficcionais nos já citados *Hiroshima Meu Amor* e *O Ano Passado em Marienbad*, e ao longo de toda a sua filmografia, de *Muriel* (1963) a *Eu Te Amo, Eu Te Amo* (1968), passando por *Providence* (1977) e *Meu Tio da América* (1980), até chegar a produções recentes como *Vocês Ainda Não Viram Nada!* (2012).

**IHU On-Line – Godard<sup>8</sup> pensava que o cinema errou de modo inexplícito ao não filmar a construção dos campos de concentração. Em que sentido o documentário de Resnais “chega depois”, mas cumpre um papel importante junto à categoria da memória?**

<sup>7</sup> **François Truffaut** (1932-1984): cineasta francês, um dos fundadores do movimento cinematográfico conhecido como Nouvelle Vague e um dos maiores ícones da história do cinema do século XX. Em quase 25 anos de carreira como diretor Truffaut dirigiu 26 filmes, conseguindo conciliar um grande sucesso de público e de crítica na maior parte deles. Os temas principais de sua obra foram as mulheres, a paixão e a infância. Além da direção cinematográfica, ele foi também roteirista, produtor e ator. (Nota da IHU On-Line)

<sup>8</sup> **Jean-Luc Godard** (1930): cineasta francês, reconhecido por um cinema vanguardista e polêmico, que tomou como temas e assumiu como forma, de maneira ágil, original e quase sempre provocadora, os dilemas e perplexidades do século XX. Além disso, é também um dos principais nomes da *Nouvelle Vague*, assim como Truffaut. Um de seus filmes é *Vivre sa Vie* (1962). (Nota da IHU On-Line)

**Marcus Mello** – Godard, não esqueçamos, é um eterno provocador, um polemista nato, que adora lançar bombásticas frases de efeito. Provavelmente, se Resnais tivesse chegado antes e pudesse ter filmado a construção desses campos ou o próprio extermínio dos judeus, Godard teria chamado seu colega de imoral, por haver preferido registrar a barbárie ao invés de fazer algo para impedi-la. Vale lembrar que alguns dos ataques mais violentos contra Spielberg e seu *A Lista de Schindler* partiram de Godard. Acredito que Resnais chegou exatamente no momento em que deveria ter chegado, nem antes nem depois, e isto pode ser comprovado a cada nova revisão do filme, que, passados mais de 50 anos, mantém intacta a sua força. A propósito, *Noite e Nevoeiro* mostra imagens da construção dos campos, o que desde logo denuncia a fragilidade do discurso de Godard.

**IHU On-Line** – Em que medida o desespero de não lembrar ou de não poder esquecer são elementos importantes que aparecem nessa obra do cineasta francês?

**Marcus Mello** – Na medida em que a incapacidade de lembrar ou a impossibilidade de esquecer são experiências igualmente terríveis, por paradoxal que isso possa parecer. Ambas colocam o indivíduo e, por consequência, o espectador, em uma posição de grande vulnerabilidade. A memória é um bem precioso, que define a existência de cada ser humano.

Ao mesmo tempo, algumas experiências são tão traumáticas que o esquecimento é a única forma de seguir vivendo. Mas este esquecimento, claro, só é admissível no âmbito individual, já que em relação ao coletivo temos obrigação de não apagar os acontecimentos terríveis de nossa história. Essa contradição permeia o filme de Resnais do início ao fim, e faz dele uma obra que, embora se debruce sobre o passado, está dirigida ao futuro. Um futuro que esteja sempre alerta aos erros do passado, em constante vigilância para não repeti-los.

**IHU On-Line** – Como esse documentário dialoga com a pretensa invisibilidade que os campos tinham à época de seu funcionamento?

“Acredito que Resnais chegou exatamente no momento em que deveria ter chegado, nem antes nem depois, e isto pode ser comprovado a cada nova revisão do filme”

**Marcus Mello** – Por seu caráter revelatório, que mostra de forma pioneira o horror da experiência dos campos de concentração, até então conhecidos apenas através de fotografias e cinejornais. Também vale assinalar mais uma vez o fato de *Noite e Nevoeiro* ser uma produção francesa, país que tem uma relação bastante discutível com o regime nazista. Após o final da Segunda Guerra, muitos franceses tentaram apagar seu envolvimento com os nazistas, evitando falar sobre seu colaboracionismo com o regime de Hitler<sup>9</sup> ou mesmo sobre a

<sup>9</sup> **Adolf Hitler** (1889-1945): ditador austríaco. O termo Führer foi o título adotado por Hitler para designar o chefe máximo do Reich e do Partido Nazista. O nome significa o chefe máximo de todas as organizações militares e políticas alemãs, e quer dizer “condutor”, “guia” ou “líder”. Suas teses racistas e anti-semitas, bem como seus objetivos para a Alemanha ficaram patentes no seu livro de 1924, *Mein Kampf* (Minha Luta). No período da ditadura de Hitler, os judeus e outros grupos minoritários considerados “indesejados”, como ciganos e negros, foram perseguidos e exterminados no que se convencionou chamar de Holocausto. Cometeu o suicídio no seu Quartel-General (o Führerbunker) em Berlim, com o Exército Soviético a poucos quarteirões de distância. A edição 145 da **IHU On-Line**, de 13-06-2005, comentou na editoria Filme da Semana, o filme dirigido por Oliver Hirschbiegel, *A Queda - as últimas horas de Hitler*, disponível em <http://bit.ly/ihuon145>. A edição 265, intitulada *Nazismo: a legitimação da irracionalidade e da barbárie*, de 21-07-2008, trata dos 75

omissão da maior parte da sociedade diante daquele momento de exceção. Quando a guerra terminou, procurou-se dar a impressão de que todos os cidadãos franceses fizeram parte da Resistência, incluindo aí vários intelectuais de ponta, o que sabemos que não é verdade.

**IHU On-Line** – Em que aspectos Auschwitz e Hiroshima, outra temática de Resnais, são “possíveis” somente através da arte?

**Marcus Mello** – Trata-se de uma questão meramente retórica, pelo simples fato de que tanto Hiroshima quanto Auschwitz ocorreram realmente, vitimaram milhões de seres humanos e não houve nada de arte ali. Pergunte a um sobrevivente de Auschwitz – são poucos, mas eles ainda existem – se aquilo só foi possível através de uma experiência artística. Certamente ele lhe dará uma resposta bastante dura.

**IHU On-Line** – Em que consiste o maior legado cinematográfico de Resnais, recentemente falecido?

**Marcus Mello** – Resnais foi um dos maiores renovadores da arte cinematográfica, ao explorar novas formas narrativas, a partir de seu interesse pelas questões envolvendo o tempo e a memória. Nesse sentido, sua contribuição à história do cinema é inestimável, fazendo esta arte atingir um outro patamar, capaz de dar conta da complexidade da experiência humana, e transformando em imagens estados de consciência até então não representados por seus antecessores.

## Leia mais...

- *O Decálogo de Kieślowski e o debate sobre os Mandamentos*. Entrevista com Marcus Mello na edição 321 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/ihuon321>
- *“O que engendra a violência é a pobreza absoluta verificada nas periferias brasileiras”*. Entrevista com Marcus Mello publicada na edição 250 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/ihuon250>

anos de ascensão de Hitler ao poder, disponível em <http://bit.ly/ihuon265>. (Nota da **IHU On-Line**)

# Estante

## K. em busca da verdade

Livro do jornalista Bernardo Kucinski reúne realidade e ficção para resgatar do fundo da memória os acontecimentos sombrios do período do regime militar no Brasil

POR LUCIANO GALLAS

Um pai em busca da filha, sequestrada pelo regime de repressão militar brasileiro e desaparecida desde então. Este é o fio condutor central da história narrada pelo jornalista e professor Bernardo Kucinski no livro *K. Relato de uma busca* (São Paulo: Cosac Naify, 2014), finalista dos prêmios Portugal Telecom e São Paulo de Literatura de 2012, traduzido para o espanhol, catalão, alemão e inglês e em tradução para o italiano e o hebraico. A obra, relançada no contexto da efeméride de 50 anos do golpe civil-militar de 1964, utiliza-se de uma narrativa ficcional para contar a história da família do autor: *K.*, o personagem central, é inspirado no pai de Bernardo, Majer Kucinski, e na sua busca por informações sobre a filha Ana Rosa Kucinski Silva, sequestrada pelos órgãos de repressão dentro do campus da Universidade de São Paulo – USP, instituição na qual exercia a função de professora de Química.

Ao narrar sobriamente a trajetória angustiada do pai na procura sobre a verdade em torno do desaparecimento da filha, Bernardo Kucinski resgata da memória de familiares, amigos e interlocutores em geral os fatos que estavam guardados nas lembranças de cada indivíduo – muitas vezes esquecidos, até –, reconstruindo a pesada atmosfera que encobriu o Brasil em meados da década de 1960 e que acobertou atos de opressão, arbitrariedade, desrespeito a direitos, perseguições, impunidade e uma sensação disseminada de insegurança. Produzido com objetivos majoritariamente literários,

“*K.* não tem nenhum objetivo educativo, ou de denúncia, ou o que seja”, afirma o autor, nesta entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. “*K.* não vai mudar a postura de complacência da sociedade brasileira em relação aos crimes e criminosos da ditadura. Poderia mudar um pouquinho se o governo incluísse sua leitura e de alguns outros livros sobre o período nos currículos escolares. Mas, para isso, seria preciso antes mudar o próprio governo e, mais que isso, mudar a natureza do nosso aparelho de Estado e de nossa forma de fazer política”, completa.

Bernardo Kucinski é descendente de uma família de judeus imigrantes da Polônia – o pai, Majer Kucinski, foi escritor e crítico literário da língua iídiche. Possui doutorado em Ciências da Comunicação pela USP, aposentou-se como professor titular da mesma instituição junto à Escola de Comunicações e Artes – Departamento de Jornalismo e Editoração, foi assessor especial da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República entre 2003 e 2006, editor-assistente da revista *Veja* e do jornal *Gazeta Mercantil* e correspondente no Brasil dos jornais ingleses *The Guardian* e *Latin America Political Report*, além de cofundador de jornais alternativos, entre os quais *Amanhã*, *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo*, e do sítio *Carta Maior*. É autor também do livro *Você vai voltar pra mim e outros contos* (São Paulo: Cosac Naify, 2014).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Em geral, a história brasileira é pouco conhecida no exterior. Um dos méritos do livro *K.* seria o de revelar no estrangeiro este período marcado pela violência e**

**pelo autoritarismo que foi o regime de ditadura militar?**

**Bernardo Kucinski –** A história brasileira é pouco conhecida no exterior, mas bem conhecida pelos

poucos que a conhecem; no Brasil, é mal conhecida por quase todos que a deveriam conhecer. O que nos ensinam são chavões. Quanto à ditadura militar, é menos ainda conhecida. Já

foi esquecida como presente e ainda não entrou nos currículos como História. Com tudo isso, *K.* não foi escrito com nenhum objetivo pedagógico ou outro. Foi escrito por necessidade pessoal do escritor. Só isso.

**IHU On-Line – Embora seja uma obra de ficção, o livro é baseado na história real de familiares que inspiraram os personagens retratados na trama. Por que sua opção pela ficção em detrimento de uma obra biográfica? Em complemento, quanto há de autobiografia nesta obra ficcional?**

**Bernardo Kucinski** – A opção foi pela criação literária e começou com uma outra obra, ainda não publicada, que não tem as características autobiográficas de *K.* Também escrevi muitos contos tratando de situações diversas, não apenas de repressão e ditadura. Em meio a esse processo de conversão à literatura, nasceu *K.*, como um fenômeno não planejado e imprevisto. Quanto há de autobiográfico em *K.*? Eu diria que é tudo autobiográfico, mas tudo recriado no plano literário através de fusões de personagens e deslocamentos no tempo e no espaço. A matéria-prima é autobiográfica, a narrativa é ficcional.

**IHU On-Line – O personagem *K.* é baseado na história do seu pai, Majer Kucinski, que tinha origem judia e nacionalidade polonesa. O nazismo foi o motivo de Majer Kucinski ter viajado para o Brasil? De que forma se entrelaçam os autoritarismos do nazismo e do regime militar brasileiro no livro?**

**Bernardo Kucinski** – Meu pai não veio fugido do nazismo. Veio um pouco antes, fugido da polícia polonesa que o perseguiu para ajudar a fundar um partido político sionista de esquerda, o *Poalei Zion Smal* (Partido dos Trabalhadores Sionistas de Esquerda). O nexos entre tudo o que aconteceu na Europa e o que aconteceu aqui está na natureza universal dos regimes ditatoriais, seus traços comuns de desumanidade, estupidez e maus propósitos. Cada um tem seu discurso, sua bandeira, suas particula-

“No Brasil, [a história] é mal conhecida por quase todos que a deveriam conhecer. O que nos ensinam são chavões”

ridades, mas todos têm em comum o uso da violência e a bestialidade.

**IHU On-Line – No enredo do livro, o personagem *K.* procura pela filha, uma militante política desaparecida durante o regime de exceção. A personagem é baseada na história de sua irmã, Ana Rosa Kucinski Silva, professora de Química na Universidade de São Paulo – USP. Em que circunstâncias ocorreu a prisão de sua irmã pelos militares?**

**Bernardo Kucinski** – O pouco que se sabe é que minha irmã e meu cunhado foram sequestrados em plena luz do dia por grupos ligados ao DOI-Codi<sup>1</sup> de São Paulo e ao delegado Fleury<sup>2</sup>. Desapareceram sem deixar traços. Não há nenhum registro de ordem de prisão, entrada em delegacia, abertura de inquérito, nada. Os órgãos de repressão agiam como quadrilhas de bandidos, totalmente à revelia de qualquer lei, mesmo das leis que eles mesmos baixaram. Seus corpos nunca

1 DOI-Codi: sigla de Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna, órgão repressor criado pela ditadura militar brasileira e que funcionava como polícia política, responsável pela prisão e tortura de pessoas contrárias ao regime autoritário. (Nota da IHU On-Line)

2 Sérgio Fleury (Sérgio Fernando Paranhos Fleury, 1933-1979): delegado do Departamento de Ordem Política e Social - DOPS de São Paulo, conhecido pelos métodos de tortura brutais que usava para obter confissões de presos políticos na época do regime militar no Brasil. (Nota da IHU On-Line)

foram encontrados. Ambos tinham vida normal, legal, com empregos, e usavam seus nomes reais. Também eram casados de papel passado. Ambos eram militantes da ALN<sup>3</sup>.

**IHU On-Line – O ex-delegado do DOPS Cláudio Guerra afirmou em entrevista ao jornalista Alberto Dines<sup>4</sup> que recebeu o corpo de Ana Rosa para ser incinerado. Que informações a família tem a esse respeito?**

**Bernardo Kucinski** – Nenhuma informação. A do Cláudio Guerra é a única e deve ser recebida com reservas.

**IHU On-Line – O livro *K.* reúne muitos e diversos pontos de vista sobre o regime militar. O esforço para aproximar-se da veracidade dos fatos incluiu a abordagem de métodos usados pelos militantes na clandestinidade, algumas vezes violentos. Este esforço corresponde a um exercício de reflexão sobre uma banalidade do mal presente nas ações humanas implementadas durante o regime de exceção?**

**Bernardo Kucinski** – *K.* de forma alguma coloca no mesmo nível opressores e suas vítimas. O livro não apresenta personagens favoráveis ao golpe, no sentido de endossá-los. O livro apresenta uma variedade de colaboradores com a repressão, desde agentes diretos, como um torturador, até juízes de tribunais e donos de redes de televisão, passando por infor-

3 Ação Libertadora Nacional - ALN: organização política de ideologia socialista que participou da luta armada contra a ditadura militar no Brasil. O grupo surgiu no fim de 1966, com a saída de Carlos Marighela do Partido Comunista Brasileiro - PCB, após sua participação na conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade - Olas, em Havana, Cuba. A ALN se definia da seguinte forma: “Todos nós somos guerrilheiros, e não homens que dependem de votos de outros revolucionários ou de quem quer que seja para se desempenharem do dever de fazer a revolução. O centralismo democrático não se aplica a organizações revolucionárias como a nossa”. (Nota da IHU On-Line)

4 A entrevista foi gravada em 2012 para o programa de televisão Observatório da Imprensa. (Nota da IHU On-Line)

mantes e professores da Universidade de São Paulo em estado de desrazão.

Quanto aos militantes da clandestinidade, eu os cobro essencialmente por não terem o discernimento de parar quando a luta já estava perdida, o que levou à perda desnecessária de muitas vidas, inclusive as de meu cunhado e minha irmã. É absolutamente falso o pressuposto de que métodos usados pelos militantes na clandestinidade eram algumas vezes tão violentos quanto aqueles usados pelos agentes da ditadura. Os militantes da clandestinidade nunca penduraram ninguém num pau de arara, nunca estupraram, nunca mutilaram, nunca deram choques elétricos na vagina de mulheres amarradas e indefesas, nunca torturaram pais na frente de seus filhos, nunca levaram ninguém à loucura e ao suicídio. Nunca desapareceram com corpos. Para não dizer que nunca casaram professores de universidades.

Quanto à tese da banalidade do mal, não passa de um jogo de palavras. Não tem fundamento. A Hannah Arendt<sup>5</sup> pisou na bola, por motivos que não vou aqui discutir. Não há banalidade nenhuma no mal. Esse tipo de malignidade é fruto de ações con-

<sup>5</sup>Hannah Arendt (1906-1975): filósofa e socióloga alemã, de origem judaica. Foi influenciada por Husserl, Heidegger e Karl Jaspers. Em consequência das perseguições nazistas, em 1941, partiu para os EUA, onde escreveu grande parte das suas obras. Lecionou nas principais universidades deste país. Sua filosofia assenta numa crítica à sociedade de massas e à sua tendência para atomizar os indivíduos. Preconiza um regresso a uma concepção política separada da esfera econômica, tendo como modelo de inspiração a antiga cidade grega. Entre suas obras, citamos: *Eichmann em Jerusalém - Uma reportagem sobre a banalidade do mal* (Lisboa: Tenacitas, 2004) e *O Sistema Totalitário* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978). Sobre Arendt, confira as edições 168 da IHU On-Line, de 12-12-2005, sob o título *Hannah Arendt, Simone Weil e Edith Stein. Três mulheres que marcaram o século XX*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon168> e a edição 206, de 27-11-2006, intitulada *O mundo moderno é o mundo sem política. Hannah Arendt 1906-1975*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon206>. Veja também, na edição 207 de 04-12-2006, a entrevista *Um pensamento e uma presença provocativos*, de Michelle-Irène Brudny, disponível em <http://bit.ly/ihuon207>. (Nota da IHU On-Line)

“O nexo entre tudo o que aconteceu na Europa e o que aconteceu aqui está na natureza universal dos regimes ditatoriais, seus traços comuns de desumanidade”

cretas, de lavagens cerebrais, de lutas pelo poder, de mentes doentias e psicopatas, que nada têm de banal.

**IHU On-Line – K. pode contribuir para que a sociedade brasileira revise e reflita sobre seu passado, de forma a criar condições para compreender muitos de seus problemas atuais? Pode também colaborar para superarmos a condição de impunidade dos crimes de tortura e assassinato praticados no Brasil pelo regime de exceção?**

**Bernardo Kucinski** – Como eu já disse, *K.* não tem nenhum objetivo educativo, ou de denúncia, ou o que seja. É uma obra literária. Em todo o caso, *K.* não vai mudar a postura de complacência da sociedade brasileira em relação aos crimes e criminosos da ditadura. Poderia mudar um pouquinho, um *tantico*, se, por exemplo, o governo incluísse sua leitura e de alguns outros livros sobre o período nos currículos escolares. Mas, para isso, seria preciso antes mudar o próprio governo e, mais que isso, mudar a natureza do nosso aparelho de Estado e de nossa forma de fazer política.

**IHU On-Line – Uma das ideias mais fortes presentes no livro é a continuidade da luta de K., que mili-**

**tava pela causa judia, na luta da filha, e contra a violência do regime militar brasileiro. Ele não conhecia a militância da filha. Em que contexto este valor de defesa dos direitos humanos está presente na vida de seu pai?**

**Bernardo Kucinski** – Trata-se, nesse caso, de um humanismo muito presente na cultura judaica, talvez por sermos um povo tão perseguido. No caso específico do meu pai, há também o componente do iluminismo, que marcou a sua geração e a herança do papel dos intelectuais na Europa dos séculos XIX e XX, a “*intelligentsia*”, com eram chamados. Essa *intelligentsia* não conseguia se ver senão no papel de críticos e contestadores.

**IHU On-Line – Quais suas expectativas ao escrever e publicar K.?**

**Bernardo Kucinski** – Ao escrever, nenhuma. Ao publicar, alguma satisfação, em especial pela forma como foi recebido pelos antigos militantes da luta armada e presos políticos da época. Como se trata de um livro único, pela forma como nasceu, digamos, de parto natural, ou, para usar outra imagem, como se tivesse sido psicografado, não me disse muito sobre minhas possibilidades como escritor. Nesse sentido, o novo livro de contos *Você vai voltar pra mim* tem uma importância especial para me dizer se sou escritor ou mero escrevinhador.

## Leia mais...

- *Um capital sem pátria e sem marca.* Entrevista com Bernardo Kucinski publicada na edição 322 da **IHU On-Line**, de 22-03-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon322>.
- *As grandes transformações do jornalismo brasileiro.* Entrevista com Bernardo Kucinski publicada na edição 254 da **IHU On-Line**, de 14-04-2008, disponível em <http://bit.ly/ihuon254>.
- *“A política macroeconômica é inconsistente”.* Entrevista com Bernardo Kucinski publicada na edição 230 da **IHU On-Line**, de 06-08-2007, disponível em <http://bit.ly/ihuon230>.

## Teologia Pública

# “Os animais são nossos companheiros, não nosso alimento”

O teólogo Charles Camosy, autor de livros sobre o amor cristão aos animais, alerta sobre a cumplicidade do consumidor com a crueldade contra os animais

POR MÁRCIA JUNGES E ANDRIOLLI COSTA / TRADUÇÃO: ISAQUE GOMES CORREA

“**C**rescei e multiplicai-vos, enchei e dominai a terra. Dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todos os animais que se movem na terra”, comanda o primeiro capítulo do livro do Gênesis. No entanto, para o teólogo Charles Camosy, este “domínio” que Deus deu ao homem vem sendo muitas vezes mal interpretado ao longo dos anos. “Nosso domínio deveria seguir o exemplo de Jesus, para quem liderança significa serviço não violento aos que estão à margem. Os animais devem constar como pertencentes a este tipo de população marginal”, propõe.

Camosy, que concede entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, critica duramente a crueldade contra os animais para fins de alimentação. De acordo com ele, o simples fato de desejarmos nos alimentar de suas carnes não é motivo suficiente para promover o sofrimento dos “animais não humanos”. “Para muitas pessoas, o único momento em que elas interagem com animais durante todo o dia é quando os comem.” O filósofo trata do veganismo e do

vegetarianismo como alternativas, destaca a diferença de seu pensamento com o de Peter Singer (outro autor que defende os direitos dos animais) e marca sua posição sobre os fetos humanos, cujos direitos – tal como dos animais – são muitas vezes recusados.

Charles Camosy possui graduação em Filosofia e em Comunicação e Teatro pela Universidade de Notre Dame. Pela mesma universidade, possui também mestrado em Teologia Sistemática e doutorado em Ética Cristã, além de doutorado em Filosofia pela *University of California*. Atualmente é professor assistente de Ética Cristã na Universidade de Fordham (EUA). Além do livro que baseia esta entrevista, intitulado *For Love of Animals: Christian Ethics, Consistent Action* (Franciscan Media: Cincinnati, 2013), Camosy é autor de *Too Expensive to Treat? – Finitude, Tragedy, and the Neonatal* (Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans Press, 2010) e *Peter Singer and Christian Ethics: Beyond Polarization* (Cambridge: University Press, 2012).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Em que consistem as práticas condenáveis às quais você se refere sobre a criação de animais em confinamento nas fazendas industriais nos EUA?**

**Charles Camosy** – Estas práticas não estão limitadas às fazendas americanas, mas são projetadas para maximizar as “unidades proteicas por metro quadrado”. Elas incluem manter os porcos em “gaiolas de parto” nas quais eles passam a maior parte de suas vidas sem mesmo ter um espaço para se virar para trás. As peruas criadas possuem o peito tão grande que sequer

conseguem fazer sexo com seus pares, precisando que o sêmen do macho seja “obtido manualmente” para inseminar artificialmente a fêmea. Galinhas chocadeiras passam a vida inteira em gaiolas empilhadas, com 50 cm<sup>2</sup> de espaço, sendo atingidas pelas fezes das galinhas acima. Hoje, as galinhas são geneticamente manipuladas de tal forma que elas nunca se sintam “estufadas” e comam tanto quanto possível, no menor espaço de tempo; portanto, elas estão constantemente famintas. Eu poderia dizer muito mais, incluindo as práticas repugnantes empregadas

para matarmos estes animais, mas você entendeu. Eles são vistos como meras “coisas” que estão ao nosso dispor, como qualquer outro tipo de produto em um supermercado.

**IHU On-Line – Em que aspectos consumir a carne desses animais é compactuar com um ato vergonhoso e pecaminoso?**

**Charles Camosy** – Na medida em que compramos carne com base no preço, somos cúmplices dos atos vergonhosos e pecaminosos acima trazidos. Afinal, o motivo pelo qual as “fa-

zendas industriais” tratam os animais de forma tão terrível é porque tentam reduzir os custos para que possamos comprar seus produtos pelo preço mais baixo. Precisamos comprar carnes de animais que foram bem tratados – e, portanto, mais caras – ou teremos de nos recusar a comprá-las de vez.

**IHU On-Line – Em que medida há uma compreensão equivocada do livro do Genesis sobre como devemos conviver com os animais não humanos?**

**Charles Camosy** – O livro de Gênesis, capítulo 1, diz que nos foi dado o “domínio” sobre os animais. Porém, nosso domínio deveria seguir o exemplo de Jesus, para quem liderança significa serviço não violento aos que estão à margem. Os animais devem constar como pertencentes a este tipo de população marginal. De fato, Gênesis 1 diz que os animais estão “bem”, independentemente dos seres humanos, e ordena a nós, humanos, que tenhamos uma dieta vegetariana (comer animais aparece apenas após o pecado ter entrado no mundo). Gênesis, capítulo 2, mostra que Deus traz os animais a Adão “porque não é bom que o homem esteja só”. A compreensão é a de que os animais são nossos companheiros, não nosso alimento.

**IHU On-Line – Por que a humanidade deve bondade aos animais não humanos?**

**Charles Camosy** – Bem, se a pessoa for católica, podemos citar o Catecismo da Igreja Católica que insiste que “devemos bondade aos animais”. A linguagem de justiça é usada. Devemos bondade aos animais, e precisamos dar isso a eles, especialmente se respeitarmos o ensino (a doutrina) católico.

**IHU On-Line – A partir disso, em que medida o antropocentrismo é um dos pilares que explica esse comportamento consumista e exploratório que a humanidade vem demonstrando para com os animais não humanos?**

**Charles Camosy** – O antropocentrismo é uma parte significativa deste comportamento. Para muitas sensibilidades modernas, especialmente conforme mais e mais pessoas migram para as cidades, os animais se tornam simplesmente invisíveis. Não pensamos sobre eles, e certamente não pensamos no que *devemos* a

eles em termos de justiça. Para muitas pessoas, o único momento em que elas interagem com animais durante todo o dia é quando os comem. É preciso mudar isso e nos tornarmos mais conscientes de como nossas ações contribuem para o sofrimento dos animais não humanos, além de nos recusarmos a tomar parte deste comportamento consumista e abusivo.

**IHU On-Line – Deixar de consumir carne ou mesmo reduzi-la em nossa dieta podem ser contrapontos ao consumismo no qual a humanidade se encontra mergulhada?**

**Charles Camosy** – Sim, poderia. E as tradições cristãs têm uma longa história de práticas alimentares éticas, incluindo a rejeição de consumir carne. Deveríamos prestar mais atenção a estas práticas, especialmente durante a Quaresma.

**IHU On-Line – O veganismo e o vegetarianismo surgem como opções éticas para deixarmos de lado o consumo de carne?**

**Charles Camosy** – Sim, são. E eu acho que eles são métodos úteis de resistência. Não há uma “única resposta certa para todo mundo” quando se trata de como resistir à exploração de animais em nossa cultura consumista. O que precisamos é encontrar formas que funcionem para cada um de nós.

**IHU On-Line – Ao mesmo tempo em que boa parte da humanidade nega a dignidade dos animais não humanos, o mesmo ocorre com os fetos, por muitos considerados “sem direitos”. Quais são as implicações éticas desse tipo de posicionamento?**

**Charles Camosy** – De algum modo, nossa história humana de pecado pode ser contada como constituindo episódios em que o poderoso domina o fraco, principalmente quando a dignidade do fraco é inconveniente para o poderoso. A dignidade dos animais é inconveniente àqueles de nós que querem comer carne fresca. Mas a dignidade de nossas crianças no pré-natal também é inconveniente àqueles no poder, especialmente quando estes bebês representam prejuízos às nossas carreiras e capacidades de vivermos um estilo de vida consumista. É por isso que o a Doutrina Social Católica insiste que devemos ter uma opção preferencial pelos mais vulne-

ráveis; estas populações precisam de uma voz que as defenda em sua dignidade contra os poderosos. Eu acredito que tanto os animais não humanos quanto nossas crianças pré-natais (embora obviamente os bebês não sejam iguais aos animais) são populações marginalizadas que precisam de nós para falarmos por eles.

**IHU On-Line – Quais são os principais pontos de debate e convergência de seu pensamento com Peter Singer<sup>1</sup>?**

**Charles Camosy** – Em primeiro lugar, as opiniões de Peter Singer estão em meus pensamentos quando trato deste assunto; então eu o agradeço por isso. Ele tem feito um belo trabalho no sentido de que levemos mais a sério o status moral dos animais. E embora eu concorde com ele sobre o fato de que nosso interesse em comer carne animal não pode justificar o mal que lhes causamos, discordo, sobretudo, de seu utilitarismo preferencial. Discordo, obviamente, por completo dele sobre o status moral das crianças em estado pré-natal e neonatal, mas também discordo dele sobre a forma como descrevemos o valor dos animais não humanos.

A teoria moral dele o limita a falar somente de prazer, dor e preferências, mas os cristãos podem falar do florescer dos animais, já que Deus os criou. Se um pássaro morre, isso é ruim. Mas ele pode ter morrido sem dor, caso no qual o utilitarismo terá problemas para explicar por que tal morte é ruim. Os cristãos podem dizer que a morte de um pássaro é ruim por ter falhado em ser e florescer conforme os desígnios de Deus a fim de contribuir para com o universo repleto de vida criatural. Como falhou em ser e florescer como o animal que é, sua morte é ruim. Assim, a forma como nós, humanos, tratamos os demais animais é terrível, não só porque eles sofrem, mas também porque a estas criaturas não se permite ser e viver como as espécies que elas constituem, na forma como Deus desejou.

<sup>1</sup> **Peter Singer** (1946): filósofo australiano. Concedeu entrevista na edição 191 da **IHU On-Line**, de 14-08-2006, intitulada *Por uma ética do alimento. Sobriedade e Compaixão*, em <http://bit.ly/ihuon191>. Singer é autor, entre outros, de *The way we eat. Why our food choices matter?* (New York: Rodale, 2006). (Nota da **IHU On-Line**)

**Tema  
de  
Capa**

**Destques  
da Semana**

**IHU em  
Revista**

# Agenda de Eventos

Eventos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU  
programados para o período de 01-04-2014 a 07-04-2014.

## 01-04-2014

**Evento: Mesa-redonda: O golpe e a ditadura militar: 50 anos depois**

**Debatedores:** Prof. Dr. Jacques Távora Alfonsín e Profa. Dra. Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos – Unisinos

**Horário:** 19h30min às 22h

**Local:** Auditório Central

**Evento: Feminismo, configurações de gênero e a ditadura no Brasil**

**Debatedora:** Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

**Horário:** 19h30min às 22h

**Local:** Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

## 03-04-2014

**Evento: IHU ideias – Memórias da Resistência e da Solidariedade: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as Ditaduras do Cone Sul e sua Conexão Repressiva**

**Debatedor:** Jair Krischke

**Horário:** 17h30min às 19h

**Local:** Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

**Evento: Exibição do Documentário Shoah (Claude Lanzmann, Documentário/Testemunhos, França, 1985, parte 2, 116 min)**

**Horário:** 19h30min às 22h

**Local:** Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

## 07-04-2014

**Evento: O Golpe de 64 e os direitos humanos**

**Debatedores:** Prof. Dr. Solon Eduardo Annes Viola e Profa. Dra. Sirlei Gedoz – Unisinos

**Horário:** 19h30min às 22h

**Local:** Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

LEIA OS CADERNOS IHU IDEIAS

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

Especial

# A memória do regime empresarial-militar brasileiro

A publicação **Cadernos IHU ideias**, do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, lançou recentemente o número 205 intitulado **A memória do regime empresarial-militar brasileiro**, de Fábio Konder Comparato. O artigo articula a história do Brasil com os atores sociais que sempre estiveram muito próximos do poder, seja como protagonistas ou coadjuvantes: as elites econômicas e os militares. Desde este espectro, Comparato, ao escrever o artigo, tenta compreender como o regime político que se instalou no país após o Golpe de 1964 fundou-se na aliança das Forças Armadas com os latifundiários e os grandes empresários, nacionais e estrangeiros, e como esse consórcio político engendrou duas experiências pioneiras na América Latina: o terrorismo de Estado e o neoliberalismo capitalista. “Em todo o curso da História do Brasil, a organização do poder apresentou uma estrutura dualista, englobando, de um lado, os agentes estatais e, de outro, os potentados privados, ou seja, os grandes proprietários e empresários. Enquanto os primeiros se apresentaram oficialmente como titulares do poder político e administrativo, os segundos, graças ao seu poderio econômico, não deixaram de exercer sobre aqueles uma influência determinante”, aponta Comparato em seu texto.

“Em todo o curso da História do Brasil, a organização do poder apresentou uma estrutura dualista”

Para pensar as complexidades inerentes à história do Brasil, o autor recorre à história do Brasil desde o período colonial, passando pelo período imperial, república velha, “Era Vargas”, final dos anos 1950 e o pré-golpe. Nesse sentido, explica como os grandes empresários não hesitaram em financiar a instalação de aparelhos de terror estatal, como a Operação Bandeirante (embrião do futuro DOI-CODI), ou ainda a Federação das Indústrias de São Paulo – FIESP, que convidou empresas a colaborar – enquanto a Ford e a Volkswagen forneciam automóveis, a Ultragás emprestava caminhões e a Supergel abastecia a carceragem militar com refeições congeladas. “Na gênese do golpe de Estado de 31 de março de 1964, encontramos a

profunda cisão lavrada entre os dois grupos que sempre compuseram a oligarquia brasileira: os agentes políticos e a classe dos grandes proprietários e empresários. (...) Deve-se notar, aliás, que naquela época boa parte das nossas classes médias havia abandonado sua tradicional colocação à direita do espectro político, passando a apoiar as chamadas “reformas de base” do governo João Goulart: a reforma agrária, a bancária, a tributária e a política de repúdio ao capital estrangeiro”, frisa o autor.



## Quem é Fábio Konder Comparato



**Fábio Konder Comparato** possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (1959) e doutorado em Direito pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1963). Professor Emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra. É especialista em Filosofia do Direito, Direitos Humanos e Direito Político. Titular da Medalha Rui Barbosa, conferida pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

# Publicação em destaque

## Cadernos Teologia Pública

# O lugar da mulher nos escritos de Paulo

Eduardo de la Serna

ISSN 1807-0590

ano XI • número 82 • 2014

INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS



JESUITAS

UNISINOS  
Somos Brincos possíveis

### Cadernos Teologia Pública

#### O lugar da mulher nos escritos de Paulo

**Cadernos Teologia Pública**, em sua 82ª edição, de 20 de fevereiro de 2014, apresenta *O lugar da mulher nos escritos de Paulo*, de autoria de Eduardo de la Serna, professor de Teologia no Instituto Superior de Estudos Teológicos de Buenos Aires e no Instituto de Formação Teológica da Diocese de Quilmes. Tomando como referência a unidade “escatológica” que se dá “em Cristo” e superando as divisões existentes na humanidade entre os pares judeus e gregos, escravos e livres, homens e mulheres, citados em Gálatas 3:28, este estudo se debruça sobre a questão doutrinal do lugar da mulher nos escritos paulinos. Mediante uma análise minuciosa destas dicotomias em relação a outros textos bíblicos, é demonstrado que a unidade escatológica se dá pela incorporação de todos ao povo de Deus, do qual pagãos, escravos e mulheres participam plenamente e em igualdade de direitos com judeus, livres e varões, numa relação fraternal. A categoria “irmão/irmã” é a categoria que – no caso também da mulher – a situa como “par” do homem. O Batismo torna-os irmãos, e a partir dele não há motivos para divisão.

Esta e outras edições dos **Cadernos Teologia Pública** podem ser adquiridas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos – IHU ou solicitadas pelo endereço [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br). Mais informações no telefone +55 (51) 3590 8247.

Acesse a versão em PDF em <http://bit.ly/ihuteo82>. Confira as demais edições dos Cadernos em <http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-teologia>.

Releia algumas das edições já publicadas da **IHU On-Line**.



## O Desenvolvimentismo em debate

Edição 392 – Ano XII – 14-05-2012

Disponível em <http://bit.ly/ihuon392>

O atual governo brasileiro é desenvolvimentista? E o que é o desenvolvimentismo? Não era esse o tema que galvanizou o debate ideológico dos anos 1950 e 1960 do século passado, caracterizando e dividindo a direita e a esquerda brasileiras? Qual é o sentido deste debate hoje? Contribuem para esta edição da **IHU On-Line** economistas e sociólogos como Luiz Werneck Vianna, Luiz Carlos Bresser-Pereira, David Kupfer, Fernando Cardim, Amir Khair e Plínio de Arruda Sampaio Jr.

## A propriedade da terra deve ser limitada?

Edição 339 – Ano X – 16-08-2010

Disponível em <http://bit.ly/ihuon339>

Nos dias 01 a 07 de setembro de 2010 foi realizado o Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade da Terra, promovido pelos movimentos sociais, pastorais sociais, centrais sindicais, que juntamente com outras entidades constituem a Campanha Nacional pelo Limite da Propriedade da Terra. Esta edição da **IHU On-Line** debate o tema central desta iniciativa popular. Contribuem no debate Jacques Alfonsin, Martinho Lenz, Sérgio Sauer, Fernando Prioste e Zander Navarro.



## A imaginação no poder. JK 50 anos depois

Edição 166 – Ano X – 28-11-2005

Disponível em <http://bit.ly/ihuon166>

A oportunidade dos cinquenta anos da eleição, do golpe e contragolpe que garantiu a posse de JK, que marca época na história da modernização conservadora do Brasil, é o tema de capa desta edição da **IHU On-Line**. O número tem como objetivo contribuir para que a academia discuta mias sobre os impasses e problemas de nosso país. Contribuem para a discussão Cláudio Bojunga, Otávio Dulci, Hélio Jaguaribe, José Oscar Beozzo, Lauro Hagemann.

<b>Leia nesta edição</b>	Índice pág. - 2
<b>Tema de capa</b>	
Cláudio Bojunga: "A imaginação no poder" pág. 3	
Otávio Dulci: "Jocelino apertou a noção de Brasil" pág. 4	
Hélio Jaguaribe: "Gostei e procurei o Brasil esta semana" pág. 5	
José Oscar Beozzo: "A complexa relação entre a igreja e Jacinto Kubacki" pág. 12	
Lauro Hagemann: "JK e a direção dos condôminos" pág. 18	
<b>Brasil em Foco</b>	
Cláudio Gryllone: "O social e a única maneira de viver a democracia" pág. 74	
<b>Destques da semana</b>	
<b>Revista da Semana:</b>	
Hélio Lins: "Tu vivo com esse desejo de sair do país" pág. 29	
<b>Esive da Semana:</b>	
José Alberto: "História do Futuro Brasil: Editora da UNB, 2005" pág. 33	
<b>Teologia Pública:</b>	
Hans Küng: "Não há paz sem diálogo" pág. 34	
<b>Análise de Conjuntura:</b>	

## Johann Sebastian Bach e Franz Joseph Haydn em audições comentadas na Unisinos

O Instituto Humanitas Unisinos - IHU apresenta em sua 11ª programação de Páscoa audições comentadas das obras Cantata BWV 6, Bleib bei uns, denn es will Abend werden - *Fica conosco, pois a noite já vem*, de Johann Sebastian Bach, e Missa de Santa Cecília: *Missa Cellensis - In honorem Beatissimae Virginis Mariae, Hob. XXII:5, em Dó maior*, de Franz Joseph Haydn. As obras serão comentadas pela professora Yara Caznok (foto), da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp. Os eventos estão previstos para ocorrer nos dias 10 de abril, quinta-feira, entre 17h30min e 19 horas (a audição de Bach), e 11 de abril, sexta-feira, entre 8h45min e 11h45min (audição de Haydn), ambos na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU. Mais informações em <http://bit.ly/PascoalIHU2014>.



## Palestra debate a obra de Jacques Ellul: a técnica como segunda natureza humana

REVOLUÇÕES  
TECNOCIENTÍFICAS,  
CULTURAS, INDIVÍDUOS E  
SOCIEDADES

Retomando as discussões que têm como objetivo a preparação para o XIV Simpósio Internacional IHU – *Revoluções tecnocientíficas, culturas, indivíduos e sociedades*, o Instituto Humanitas Unisinos – IHU apresenta como conferência de reabertura a palestra *A técnica como*

*segunda natureza humana no pensamento de Jacques Ellul*, do professor Jorge David Barrientos-Parra, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp. O evento ocorrerá a partir das 19h30 na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU. Mais informações em <http://bit.ly/CultSocIHU>.

## Cadernos IHU

### Estética do Acaso: um estudo antropológico sobre a Vila Chocolatão

Concluída a partir de um trabalho de campo realizado durante quatro anos, o **Cadernos IHU** em sua 45ª edição publica *Estética do Acaso: um estudo antropológico sobre a dinâmica estética e econômica na Vila Chocolatão*, de Marcos Freire de Andrade Neves. A pesquisa, realizada nos três últimos anos anteriores à transferência da Vila Chocolatão a um bairro distante do centro, objetivou, ademais, acompanhar o primeiro ano do chamado Residencial Nova Chocolatão, onde foi possível observar o processo de mudança através da perspectiva econômica e estética.

Mais informações em <http://bit.ly/1hF6nP2>.

